



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
MESTRADO EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL**

GUILHERME PEDROLLO MAZER

**AVANÇO DO AGRONEGÓCIO FLORESTAL NO TERRITÓRIO CAMINHOS DO
TIBAGI**

LARANJEIRAS DO SUL

2018

GUILHERME PEDROLLO MAZER

**AVANÇO DO AGRONEGÓCIO FLORESTAL NO TERRITÓRIO CAMINHOS DO
TIBAGI**

Dissertação de mestrado, apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ivan Christoffoli

LARANJEIRAS DO SUL

2018

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Mazer, Guilherme Pedrollo
Avanço do Agronegócio Florestal no Território
Caminhos do Tibagi / Guilherme Pedrollo Mazer. -- 2018.
115 f. : il.

Orientador: Pedro Ivan Christoffoli.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em
Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável-PPGADR,
Laranjeiras do Sul, PR , 2018.

1. Agronegócio Florestal. 2. Território Caminhos do
Tibagi. 3. Desenvolvimento Rural Sustentável. 4.
Celulose. 5. Agronegócio. I. Christoffoli, Pedro Ivan,
orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III.
Título.

GUILHERME PEDROLLO MAZER

AVANÇO DO AGRONEGÓCIO FLORESTAL NO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI

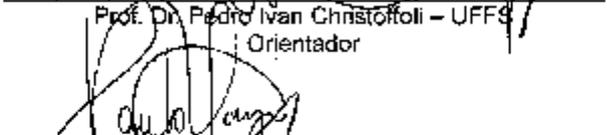
Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, para obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

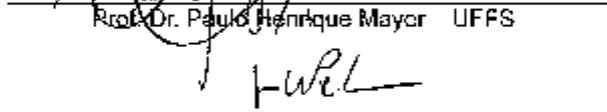
Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

19.10.2019

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Pedro Ivan Christófoli – UFFS
Orientador


Prof. Dr. Paulo Henrique Mayor – UFFS


Prof. Dr. Pedro Henrique Weirich Neto – UEPG


Prof. Dr. Carlos Hugo Rocha – UEPG

RESUMO

Diante da expansão do agronegócio florestal no Território Caminhos do Tibagi, objetivou-se investigar os elementos históricos e materiais, e suas relações com o agronegócio florestal, para tentar extrair da realidade os mecanismos que regem a dinâmica sócio ambiental e econômica do território. Inicialmente, caracterizou-se o território e fez-se um apanhado da sua ocupação, e, na sequência, elencou-se os índices econômicos usados no discurso da empresa e da mídia para afirmar que a Klabin promove Desenvolvimento Rural Sustentável. Em seguida, investigou-se a economia política da celulose, e posteriormente as contradições ambientais e sociais desse modelo de desenvolvimento. Pôde-se concluir que o processo de expansão do agronegócio florestal através do reflorestamento de exóticas é um processo de territorialização do capital no Território Caminhos do Tibagi, que promove a desterritorialização das pessoas, sendo que o resultado desse processo é o ordenamento do reflorestamento no Território conforme os interesses da Klabin, para acumular capital na redução dos custos de produção, promovendo problemas ambientais e sociais para a população daquele território.

Palavras-chave: Território Caminhos do Tibagi. Agronegócio. Reflorestamento.

ABSTRACT

In view of the expansion of the forest agribusiness in the Território Caminhos do Tibagi, it was objectified investigating the historical elements and regions, and its rules with the agribusiness forestry, to try to extract the reality of the mechanisms that govern the environmental and economic idea of the territory. Initially, the territory was characterized and a survey of its occupation was made, following the indexes of use of the discourse of the company and of the media to affirm that Klabin promotes Sustainable Rural Development. Next, we investigated the political economy of pulp, and later as the environmental and social policies of the development model. Expansion process of the forest agribusiness through exotic reforestation is a process of territorialization of the capital in the Território Caminhos do Tibagi, which promote the deterritorialization of people, the process of planning reforestation in the Territory according to Klabin's interests, to accumulate capital in reducing the costs of production, promoting environmental and social problems for the population.

Keywords: Território Caminhos do Tibagi. Agribusiness. Refosrestation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Configuração atual dos territórios priorizados no Projeto Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável	14
Figura 2 – Regiões fitogeográficas do Território Caminhos do Tibagi.....	15
Figura 3 – Linha do tempo da Fazenda Monte Alegre.....	40
Figura 4 – Cadeia de produção de papel e celulose.....	44
Figura 5 – Perfil do mercado de celulose	54
Figura 6 – Perfil do mercado de papel.....	55
Figura 7 – Área de árvores plantadas.....	56
Figura 8 – Esquema da dinâmica do capital na produção de commodities.....	60
Figura 9 – Reflorestamento de exóticas no Território Caminhos do Tibagi em 1986.....	71
Figura 10 – Reflorestamento de exóticas no Território Caminhos do Tibagi em 2001.....	72
Figura 11 – Reflorestamento de exóticas no Território Caminhos do Tibagi em 2016.....	72
Figura 12 – Reflorestamento de exóticas em relação à distância da fábrica da Klabin em Telêmaco Borba	76
Figura 13 – Mapa de reflorestamento inseridos nos Domínios Fitogeográficos do Bioma Mata Atlântica no Território Caminhos do Tibagi em 2016.....	83
Figura 14 – Reflorestamento de exóticas em diferentes Classes Aptidão Agrícola de Usos das Terras no Território Caminhos do Tibagi, 2016.....	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Área dos estabelecimentos rurais, segundo o extrato de área do Território Caminhos do Tibagi, em 2017.....	16
Gráfico 2 – Área ocupada do Território Caminhos do Tibagi, segundo o extrato de área, 2017.....	17
Gráfico 3 – Produtividade e rotação média no Brasil X outros importantes players mundiais	52
Gráfico 4 – Ranking dos Principais Produtores de Celulose, mil toneladas – 2016.....	53
Gráfico 5 – Ranking dos Principais Produtores de Papel, mil toneladas – 2016.....	54
Gráfico 6 – Histórico da produção e consumo de celulose no Brasil, 2006-2016	57
Gráfico 7 – Histórico da produção e consumo de papel no Brasil, 2006-2016	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados demográficos do Território Caminhos do Tibagi.....	16
Tabela 2 – Assentamentos Rurais no Território Caminhos do Tibagi – Dez 2017...	18
Tabela 3 – IDH-M e Índice Gini renda per capita dos municípios do Território Caminhos do Tibagi, referente aos anos de 2000 e 2010.....	25
Tabela 4 – Desempenho dos municípios do Território Caminhos do Tibagi, em 2015, em relação ao Produto Interno Bruto e Valor Agregado Bruto por atividade.....	26
Tabela 5 – Controle Acionário da Klabin em janeiro de 2018.....	61
Tabela 6 – Reflorestamento nos municípios do Território Caminhos do Tibagi nos em 1986, 2001 e 2016.....	75
Tabela 7 – IDH-M de 2000 e 2010 dos Municípios do Território Caminhos do Tibagi e suas posições no Ranking Nacional.....	89
Tabela 8 – Nível de pobreza da Pop. do Território Caminhos do Tibagi - 2010.....	90
Tabela 9 – Nível de escolaridade da população de 25 anos ou mais - 2010.....	90
Tabela 10 – População do Território em 1991, 2000, e 2010.....	91

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	METODOLOGIA.....	11
2	CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI	13
2.1	PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	18
2.1.1	As primeiras expedições- século XVI e XVII	18
2.1.2	Séculos XVIII e XIX - O tropeirismo	20
2.1.3	Século XX	23
3	KLABIN – PROMOVENDO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?	25
3.1	COMO A KLABIN CHEGOU ATÉ OS ANOS 50.....	35
4	ECONOMIA POLÍTICA DA CELULOSE, MADEIRA E PAPEL	44
4.1	A EVOLUÇÃO DA PESQUISA.....	50
4.2	MERCADO INTERNACIONAL DA CELULOSE.....	52
4.3	CENÁRIO ATUAL DA SILVICULTURA BRASILEIRA.....	58
4.4	CAPITAL E TRABALHO.....	59
5	TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	65
5.1	TERRITÓRIO.....	65
5.2	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	66
5.3	AVANÇO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO AGRONEGÓCIO FLORESTAL NO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI.....	71
5.3.1	O papel do Estado	73
5.3.2	Movimento dos Atingidos pelo Deserto Verde	78
5.3.3	Impactos Ambientais	82
5.3.4	Impactos Sociais	88
5.3.5	Disputa do Território Imaterial	92
5.3.6	Uma alternativa dentro da Agroecologia	95

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
	REFERÊNCIAS.....	101

1 INTRODUÇÃO

O agronegócio florestal é um setor da economia brasileira relevante no mercado internacional de *commodities*, devido ao fato de o Brasil ser um dos países que mais produzem e exportam celulose. A celulose está entre os dez produtos mais exportados, e a sua principal utilidade é a produção de papel.

A principal matéria prima para produção de celulose brasileira é a fibra de eucalipto. A produção e extração da matéria prima para a fabricação papelreira mudou ao longo da história, assim como mudaram as regiões de domínio da sua indústria no mundo, baseadas na disponibilidade de sua matéria, o que acompanhou também alterações ocorridas tanto no mercado, quanto na tecnologia e nos arranjos institucionais. Os efeitos destes processos são inúmeros, e abarcam uma série de pesquisas relevantes já desenvolvidas dentro e fora do país, mas cujo cunho especializado muitas vezes desconsidera as contradições inerentes que a atravessam. Esta dissertação busca, portanto, inserir-se neste contexto, visando contribuir para uma interpretação crítica desse setor.

Contemplando um ciclo de pesquisas iniciado ainda na graduação e atualmente no mestrado, trata-se de um estudo que traz a preocupação com uma formulação crítica acerca do desenvolvimento do agronegócio florestal a partir do contexto regional. Fruto de uma prática que observa o cultivo desenfreado do plantio do eucalipto, e os seus deletérios efeitos socioeconômicos e ambientais. Nesse sentido, é um trabalho assentado em uma perspectiva de interdisciplinariedade.

Com exceção do município de Telêmaco Borba, os outros oito municípios que integram o Território Caminhos do Tibagi apresentam historicamente baixos índices de desenvolvimento humano (IDH-M). Devido a essa constatação e à presença de comunidades de agricultores familiares e assentamentos da Reforma Agrária no território, a equipe do Laboratório de Mecanização Agrícola - LAMA, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), tem se dedicado, através de projetos e uma equipe multidisciplinar, a desenvolver atividades de pesquisa e extensão no território.

Como integrante da equipe do Lama, o autor da presente pesquisa atua no Território Caminhos do Tibagi desde 2010, desenvolvendo atividades vinculadas ao desenvolvimento territorial, através de acompanhamento dos conselhos e fóruns participativos do território, bem como de atividades que promovem o manejo sustentável dos sistemas agrícolas, dentre os quais: conservação de sementes

crioulas, produção orgânica de alimento, adequação ambiental das propriedades, iniciativas de circuitos curtos de comercialização, Pastoreio Racional Voisin e etc. Diante da prática e da vivência nessa região, pode-se perceber que o avanço do agronegócio florestal sobre o território é uma preocupação e, conseqüentemente, uma demanda de pesquisa.

O Território Caminhos do Tibagi, bem como os Campos Gerais, por suas características geográficas, históricas e ambientais, teve papel importante nos ciclos econômicos não só em nível estadual, mas também nacional. Mencionados ciclos devem ser remontados para que, através do movimento histórico, possamos compreender em que bases históricas e materiais a realidade atual está alicerçada. Neste trajeto, a primeira dúvida que pode se apresentar, é por que foi necessário um grupo de estrangeiros, erradicados em São Paulo e Rio de Janeiro, se instalar no Paraná para desenvolver a indústria nessa região?

Outro questionamento que se tenta responder com esse trabalho é a escolha para instalação da fábrica em uma região bastante afastada dos centros urbanos e sem infraestrutura, a exemplo da Fazenda Monte Alegre, que se transformou em latifúndio por uma recompensa da Coroa em troca da morte de povos nativos, e que em seguida foi chão para que algumas gerações da família do assassino acumulassem Capital com o tropeirismo, à custa de trabalho escravo.

Porém os principais questionamentos que motivam essa pesquisa são referentes à situação em que o Território e as pessoas que ali vivem se encontram atualmente. Aparentemente, o território parece ser um lugar onde o grupo Klabin, juntamente com Estado, promove o desenvolvimento dito sustentável, através de uma economia baseada no complexo industrial da madeira, papel e celulose. Aparentemente não existe outro modelo de desenvolvimento que supere o modelo em questão.

O elemento que caracteriza esse modelo de desenvolvimento é a presença constante de reflorestamentos de árvores exóticas por todos os lados. Esse avanço não se dá de maneira a evitar conflitos e contradições, sendo estes inerentes aos fenômenos. Os conflitos aparecem de diferentes maneiras contrariando a tese do desenvolvimento sustentável, e também são denunciados por aqueles que produzem a riqueza de uma minoria que controla o território, os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade.

Portanto, é papel da ciência e objetivo desse trabalho tentar entender os múltiplos fatores que sintetizam a realidade para subsidiar uma discussão realista dos rumos do território, do ponto de vista de quem nele produz riqueza.

1.1 METODOLOGIA

Buscou-se entender a realidade do agronegócio florestal do Território Caminhos do Tibagi, com início no resgate histórico de sua ocupação e ciclos econômicos, perseguindo os elementos que interferem no processo histórico e suas mudanças contínuas. A partir do agronegócio florestal, objeto de estudo, analisou-se o desencadeamento dos processos ligados a ele, procurando relacionar e estudar os que lhe influenciam, de maneira a retornar sempre ao elemento central da análise, desenvolvendo o conhecimento na perspectiva de aproximação da realidade.

A própria reflexão, organização de informações através da vivência em processos desencadeados pelo objeto de estudo, com a possibilidade de sistematização neste trabalho, é parte da sua metodologia. O agronegócio florestal, que vem se consolidando como modelo de desenvolvimento hegemônico do território, é a superação de outro modelo hegemônico que outrora também foi superado, nos mostrando que as coisas não são eternas, como os modelos de desenvolvimento também não o são, e o fim destes não representa uma extinção por completo de seus elementos, mas sim que vão dar vida a um novo paradigma, já que a mudança é a transformação de algo em outra, contrária à anterior.

A mudança acontece porque existe luta entre forças, entre antagonismos internos, existe contradição. As coisas mudam porque contêm em si mesmas a contradição (MARX, 2008). Tentou-se compreender os elementos da realidade estudada de maneira unitária, totalizante. Para tanto, partiu-se da percepção cotidiana do agronegócio florestal, através do que aparentemente é uma realidade, nesse caso, a ideia generalizada de que esse modelo inserido num espaço geográfico promove desenvolvimento, para, ao final deste trabalho, tentar decifrar as condições materiais que deram origem a este modelo de desenvolvimento e que o mantém, bem como as contradições inerentes a ele numa tentativa de chegar à essência do agronegócio florestal. A busca é por tentar entender a realidade através da síntese de suas múltiplas determinações, demonstrando como as relações econômicas regem as

relações sociais e ambientais daquele espaço geográfico. Em suma, uma tentativa de aplicar o materialismo dialético (MARX, 2008).

A delimitação do espaço geográfico neste trabalho, o Território Caminhos do Tibagi, é fruto de uma apropriação político-pragmática do conceito de território utilizado no Programa Territórios Rurais para intervenção estatal. O conceito de Território utilizado pelo Programa foi definido como:

[...] um espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (REFERÊNCIAS PARA UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL, 2005; p. 16)

Se tratando do estudo de um espaço delimitado, onde através de um modelo de exploração capitalista da agricultura se exerce o poder para territorialização do capital, representado materialmente de maneira imediata no avanço espacial do reflorestamento de eucalipto, julgou-se coerente usar o território como categoria de análise.

Para quantificar o avanço do reflorestamento de exóticas, nos últimos 30 anos no Território Caminhos do Tibagi, utilizou-se software de Sistema de Informação Geográfica (SIG) para fazer a classificação automática do uso do solo, diferenciando o reflorestamento de exóticas dos demais usos. Foram usadas Imagens do Satélite Landsat 5, e do Satélite Landsat 7, de agosto de 1986, julho de 2001 e a mais recente, setembro de 2016.

Para elencar as consequências sofridas pelos atingidos pelo processo de apropriação do território, em decorrência do avanço do reflorestamento de exóticas, foram utilizados materiais produzidos pela Comissão dos Atingidos pelo Deserto Verde, entrevistas e depoimentos de lideranças das organizações de agricultores, dados secundários, anotações de reuniões públicas realizadas no município de Imbaú, entrevistas com funcionários do setor e a vivência do autor junto a essa população através de trabalhos de extensão universitária.

2 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI

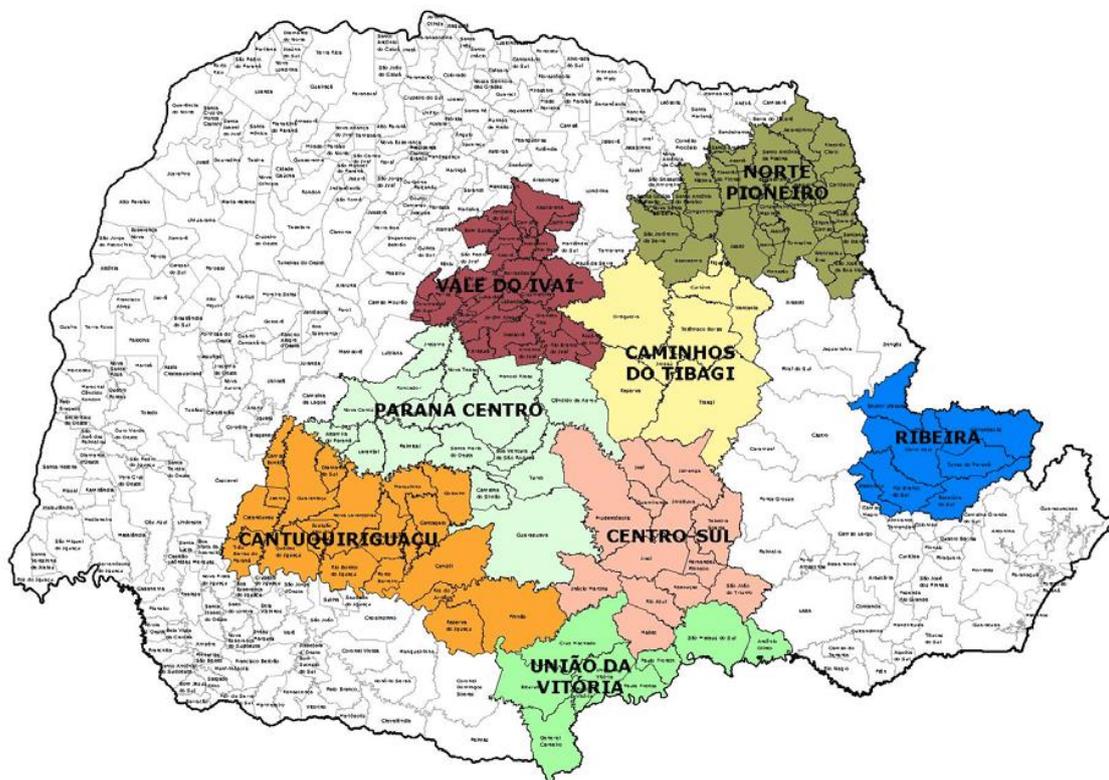
A partir dos anos 2000, o Ministério da Integração Nacional e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) introduziram algumas políticas públicas cujo requisito principal era a organização temática por territórios. Essa ação, no Paraná, desencadeou a organização de municípios em territórios. Um exemplo disso via política pública é o atrelamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) à organização territorial (IPARDES, 2007).

As políticas de crédito do MDA deveriam estar atreladas ao desenvolvimento de regiões com economia estagnada e socialmente deprimidas. A organização em escala territorial facilita a intervenção do Estado no planejamento de ações públicas em torno de um projeto para municípios com características semelhantes (IPARDES, 2007).

No Paraná, o Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável, vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) e à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), localizou e delimitou nove espaços geográficos (territórios) com características físico-ambientais relativamente homogêneas, consideradas as áreas mais vulneráveis para intervenção do Estado. Posteriormente, essas áreas tiveram seus desenhos modificados em uma etapa de validação, quando se transformaram em oito territórios, sendo que o território de Ortigueira foi modificado e passou a ser denominado Caminhos do Tibagi (IPARDES, 2007).

Nesse passo, constituem o Território Caminhos do Tibagi nove municípios: Curiúva, Figueira, Imbaú, Ortigueira, Reserva, Telêmaco Borba, Tibagi, Ventania e Tamarana. O Território localiza-se no Segundo Planalto Paranaense e tem uma área de 10.740,23 km². Faz divisa, ao norte, com os territórios Londrina e Norte Pioneiro; a oeste, com o território Vale do Ivaí e Paraná Centro; a leste, com o território Ponta Grossa, e ao sul, com o território Centro-Sul, conforme demonstra a Figura 1 (IPARDES, 2007).

Figura 1: Configuração atual dos territórios priorizados no Projeto Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável



Fonte: IPARDES, 2007.

A caracterização geológica do Território em questão se dá pela predominância das formações Itararé (37,6%) e Teresina (19,7), e, em menor proporção, tem-se litologias das formações Ponta Grossa (8,3%), Rio do Rastro (7,7%) e Furnas (7,7%). Em relação às vegetações que se apresentavam originalmente no território, eram conforme a Figura 2: Floresta Ombrófila Mista (64,7%), Campos Naturais (25,1%), Floresta Estacional Semidecidual (9,9%) e Cerrado (0,3%) (IPARDES, 2007).

Tabela 1 – Dados demográficos do Território Caminhos do Tibagi

Município	2000			2010		
	Pop. Total (hab.)	Pop. Urbana (hab.)	Pop. Rural (hab.)	Pop. Total (hab.)	Pop. Urbana (hab.)	Pop. Rural (hab.)
Curiúva	12.908	7.030	5.878	13.923	9.573	4.350
Figueira	9.035	7.639	1.396	8.293	7.091	1.202
Imbaú	9.474	5.482	3.992	11.274	7.060	4.214
Ortigueira	25.177	8.356	16.821	23.380	9.587	13.793
Reserva	23.955	9.594	14.361	25.172	12.206	12.966
Tamarana	9.713	4.719	4.994	12.262	5.858	6.404
Telêmaco						
Borba	61.144	58.260	2.884	69.872	68.440	1.432
Tibagi	18.471	10.301	8.170	19.344	11.668	7.676
Ventania	8.004	5.358	2.646	9.957	6.511	3.446
Total	177.881	116.739	61.142	193.477	137.994	55.483

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000; IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Observando o Gráfico 1, pode-se analisar que a maior parte dos estabelecimentos rurais do Território Caminhos do Tibagi, em 2017, está na faixa de estabelecimentos de até 50 hectares, sendo que, em contrapartida, os estabelecimentos de maior área estão presentes em menor número no Território.

Gráfico 1- Área dos estabelecimentos rurais, segundo o extrato de área do Território Caminhos do Tibagi, em 2017

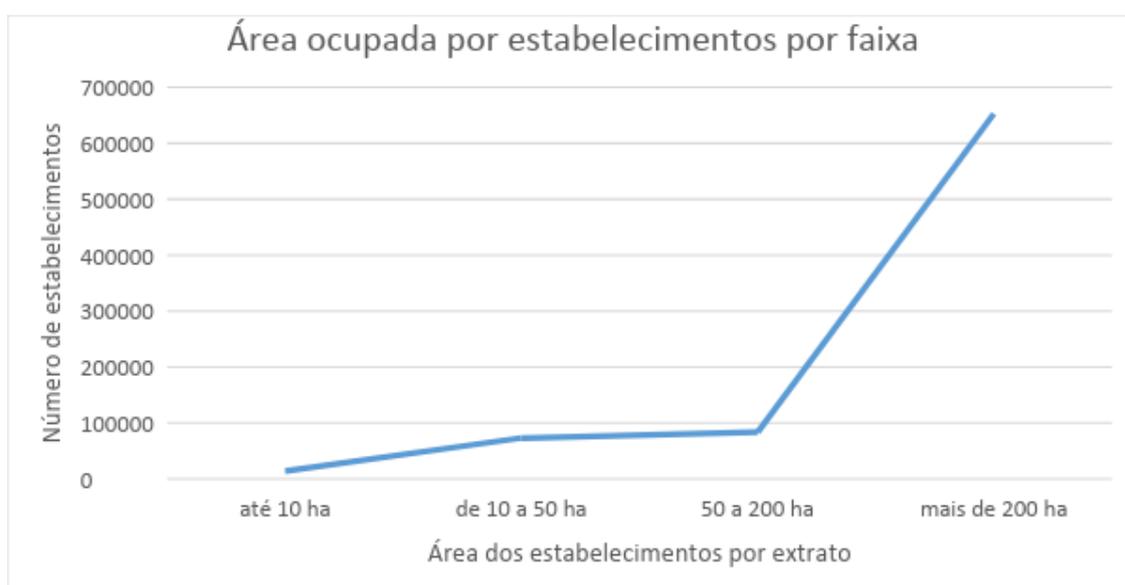


Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

Nota: Adaptado pelo autor.

Porém, a menor quantidade de estabelecimentos grandes ocupa a maior parte do Território, como se pode ver no Gráfico 2. E os estabelecimentos menores, apesar de serem em maior quantidade, ocupam uma área consideravelmente menor do Território, o que evidencia a concentração de terras numa quantidade reduzida de estabelecimentos.

Gráfico 2- Área ocupada do Território Caminhos do Tibagi, segundo o extrato de área, 2017



Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

Nota: Adaptado pelo autor.

Assentamentos da Reforma Agrária estão presentes em seis dos nove municípios do Território. Contabilizam um total de 28 Projetos de Assentamentos, com 1.014 famílias assentadas em 2017, representando uma área de mais de 28.000 ha, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – Assentamentos Rurais no Território Caminhos do Tibagi – Dez 2017

Município	Assentamentos	Área (ha)	Famílias Assentadas
Imbaú	1	1 183,38	35
Ortigueira	4	13 287,37	446
Reserva	7	5 518, 37	182
Tibagi	5	2 702,64	112
Ventania	1	759,77	35
Tamarana	10	5 447,81	204
Total	28	28 899,34	1 014

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2017.

2.1 PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

No século XVII, o Território passou pelos ciclos econômicos do ouro, do tropeirismo, da erva mate e da madeira. Grande parte dele está inserida na região dos Campos Gerais, e, portanto, o processo de ocupação dessa região determina em certa medida o processo de ocupação do Território.

A ocupação dos Campos Gerais se deu muito antes da presença dos colonizadores. Estudos indicam que populações indígenas diversas frequentavam os Campos Gerais, atingindo sua maior concentração 3.000 anos atrás. Esse dado evidencia a ocupação dos Campos Gerais por populações ameríndias, pelo aumento do uso do fogo como instrumento de manejo da vegetação da região (BEHLING, 1997).

Outro indício da presença de populações indígenas na região são os vestígios encontrados em sítios pré-históricos, onde se pode ver pinturas rupestres em abrigos sob rochas. As pinturas seriam de grupos nômades que viviam da caça, pesca e coleta. A coleta de diversas espécies de frutas silvestres poderia ser obtida em capões e matas de galeria, a pesca poderia ser amplamente praticada na rede hidrográfica regional e a caça poderia ser facilitada pelo amplo alcance visual proporcionado pela paisagem dos Campos Gerais (ROCHA e WEIRICH, 2007).

2.1.1 As primeiras expedições- século XVI e XVII

O contato dos colonizadores europeus com os habitantes da bacia do Rio Tibagi, grupos indígenas Jê e Tupi, ocorreu com as primeiras expedições de Portugueses e Espanhóis, quando estes cruzaram a região em busca de metais,

escravos e uma rota para o Paraguai e Peru. Os Campos Gerais, assim como os vales dos rios Ribeira, Tibagi e Iapó, ligavam através de trilhas o litoral sul do Brasil ao Pacífico, formando o Caminho do Peabiru, onde junto a ele Maack (2002) cita um aldeamento de Tupi-Guaranis.

As terras ocidentais do Paraná pertenciam ao rei da Espanha pelo Tratado de Tordesilhas, portanto, esse sistema de caminhos foi utilizado por quase um século por expedições de funcionários da administração espanhola (Maack 2002). Com a fundação da Ciudad Real de Guayrá, em 1556, na foz do rio Piquiri, começa a ser ocupado o território à margem leste do rio Paraná por militares e Jesuítas. O limite oriental das reduções jesuítas, que se estabeleceram a partir do início do século XVII, era o Rio Tibagi (BALHANA et al., 1969).

As reduções duraram pouco tempo, devido à guerra promovida pelos bandeirantes paulistas e pela oposição dos espanhóis desde o seu estabelecimento. Pela preferência dos bandeirantes por indígenas aldeados com os jesuítas, pois estes, acostumados ao trabalho, eram vendidos por alto valor na capitania de São Vicente, e pelo desinteresse por parte dos espanhóis de um estado jesuíta independente no território de seus interesses, até a terceira década do século XVII as reduções foram destruídas, e parte dos indígenas voltou a reocupar seus antigos territórios e parte seguiu para o sul fundar os Sete Povos das Missões junto aos padres. Sem atrativos e com o fim das reduções, os Campos Gerais, durante os séculos XVI e XVII, foram apenas um marco geográfico de passagem no início do período colonial brasileiro (BALHANA et al., 1969).

Com a descoberta do ouro no litoral paranaense no final do século XVII, ocorreu a ocupação do primeiro planalto, onde hoje é a região metropolitana de Curitiba, nos vales do rio Açungui e Iguaçu. A exploração minerária demandou para sua manutenção o desenvolvimento de atividades agrícolas e de criação, e foi nesse período que se iniciou o processo definitivo de ocupação do atual Estado do Paraná. Até esse momento, o Paraná esteve na periferia do sistema econômico colonial, porém o ciclo do ouro durou apenas até o fim do século, e com a descoberta do ouro em Minas Gerais e Mato Grosso, parte dos moradores seguiram para esses estados, e a população remanescente passou a viver de agricultura e subsistência e criação de gado (PADIS, 1981).

2.1.2 Séculos XVIII e XIX - O tropeirismo

Nos séculos XIII e XIX, com a constituição de novas áreas de mineração no interior do País, onde se constituía o principal eixo econômico colonial, também se estabeleceram aglomerados populacionais para suprir as demandas da atividade mineradora. E por consequência, para suprir a demanda dos povoados de mineiros, os comerciantes elaboraram um sistema de transporte baseado em muares (RITTER, 1980).

Foi de suma importância para a ocupação dos Campos Gerais as atividades ligadas ao transporte, comércio e criação de animais entre São Paulo, região Sul e a região mineradora. Essa circunstância atraiu capitais de São Paulo, Paranaguá e Santos, para explorar economicamente o negócio. Nesta época, foram concedidas as primeiras sesmarias da região, e estabelecidas as primeiras fazendas que destinavam suas criações para Sorocaba e São Paulo. Quem administrava as fazendas juntamente com os escravos e os bens dos sesmeiros eram capatazes (PINHEIRO MACHADO, 1968).

Antes do surto de crescimento da economia mineira, a pecuária já era presente na região Sul, porém a atividade era de subsistência baseada na exportação do couro, e os preços praticados eram baixíssimos. Com a economia mineira, desenvolveu-se subsidiariamente a pecuária do Sul do país, demandando animais de criação, gêneros alimentícios e equipamentos (FURTADO, 2005).

Nesse período se estabeleceu um novo fluxo, tendo como eixo a Estrada das Tropas, que ligava Viamão a Sorocaba. Os Campos Gerais, pela facilidade de trânsito nos seus campos, representaram nesse período histórico o corredor de passagem para atender o maior mercado consumidor de animais, a região mineira. Ali se estabeleceram as vilas que viriam a se tornar as cidades de Tibagi, Ponta Grossa, Castro... pela permanência de colonizadores e viajantes (PINHEIRO MACHADO, 1968).

Em seguida, os Campos Gerais passaram a ser ocupados por grandes latifúndios de criação de gado, para atender ao mercado de Sorocaba e para atividades de subsistência das fazendas (vestuários, alimentos, artigos de couro). As fazendas também eram alugadas para invernada, pois os animais chegavam exauridos após atravessar as matas de Santa Catarina. E uma terceira atividade era

a de tropeirismo, representada na compra de animais no Rio Grande do Sul para a venda em Sorocaba (PINHEIRO MACHADO, 1968).

Por dois séculos o tropeirismo foi a principal atividade dos Campos Gerais, devido ao clima favorável para criação do gado, abundância de pastagens nas áreas de campo e disponibilidade de água e mata para abrigo do gado. Ao longo do caminho, a paisagem foi se alterando, sendo demarcada por queimadas para delimitação da posse dos sesmeiros. Algumas fazendas que serviam de pouso para os tropeiros se transformaram em vilas com comércio, e novas pessoas chegavam para prestar serviço às fazendas e aos tropeiros (SAINT HILAIRE, 1978).

Era tamanha a importância do tropeirismo que na metade do século XIX as maiores fortunas da Província do Paraná pertenciam às famílias de fazendeiros dos Campos Gerais. Foi nesse período que a ascensão do café e a decadência da mineração alteraram a rota das tropas de boi das minas para Sorocaba (SAINTHILAIRE, 1978).

Nos Campos Gerais, cada vez mais a criação de gado foi substituída por invernadas, com objetivo de arrendar aos tropeiros, sendo uma forma mais fácil de extrair a renda da terra. Com isso, diminuiu-se a autossuficiência das fazendas, vendeu-se um número crescente de escravos para atividade cafeeira em São Paulo e os fazendeiros foram morar nas cidades (PINHEIRO MACHADO, 1968).

Pequenos agricultores que foram se estabelecendo nos Campos Gerais não tinham condições de adquirir grandes extensões de terras, necessárias para extrair renda da criação do gado, portanto não houve mobilidade social (PARANÁ, 1989). A relação dos fazendeiros, escravos, e a posse da terra deixou marcas culturais ainda hoje visíveis nas estruturas de poder do Estado do Paraná, conforme demonstrado na obra *O Silêncio dos Vencedores: Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná* (OLIVEIRA, 2001).

A tecnologia de produção pecuária não evoluiu, e as queimadas frequentes, impulsionadas pela intensificação do uso das áreas de pastagens, devido à constante divisão de terras entre os herdeiros dos fazendeiros, deterioraram os solos que naturalmente têm baixa fertilidade. Estes capitais apareceram na mão de outros segmentos da sociedade: inicialmente com os “ervateiros”, sendo a erva mate o principal negócio de exportação da então Província do Paraná, e mais tarde na indústria da madeira, e com os descendentes de imigrantes (BALHANA et al., 1969).

Para Serra (1992), após o auge do tropeirismo como principal atividade econômica do Paraná Tradicional, os principais problemas que a atividade enfrentou estão relacionados ao esgotamento das áreas de campo, para onde a atividade poderia avançar; à queda de produção, esgotamento da fertilidade dos solos e falta de recursos técnicos para recuperação da fertilidade dos mesmos; à perda de mercado no Rio de Janeiro e São Paulo para outras zonas de criação, e ao transporte ferroviário do gado, fatores estes que, por sua vez, levaram à decadência completa do tropeirismo.

Somado a desintegração do feudalismo e a proletarização dos camponeses na Europa ao movimento abolicionista, a partir de 1872 foram estimuladas correntes de imigração de camponeses europeus, sendo que grande parte destes se dedicou à exploração pecuária, e outros se entrosaram na economia regional, principalmente trabalhando com a erva mate, seja no transporte ou no comércio. Já os fazendeiros foram abandonando a exploração da terra para investir em outras atividades econômicas, agora na cidade, o que fortaleceu o comércio e o predomínio das cidades (PINHEIRO MACHADO, 1968).

No final do século XIX as serrarias espalharam-se pelo Paraná, o que marcou o início da devastação maciça de florestas com araucárias, com a possibilidade, a partir da década de 1880, do transporte ferroviário para os portos de Antonina, São Paulo e Paranaguá. Até o final do século XX esta foi a principal atividade econômica do Estado do Paraná. Os donos das terras arrendavam, vendiam ou negociavam pinheiros, somando às atividades das fazendas de criação a exploração da vegetação através de sua derrubada (PINHEIRO MACHADO, 1968).

Até o momento, o que se tinha de exploração agropecuária era caracterizada por uma atividade extensiva de criação de gado, extração de erva mate, e a roça de toco em áreas de floresta com araucária. Pode-se afirmar que solos rasos e com baixa fertilidade nas áreas de campo foi um fator preponderante, nesse momento, para a prática da agricultura apenas em áreas de florestas. Já em relação às condições para o desenvolvimento da pecuária na região, pode-se elencar a posição geográfica, os ciclos econômicos da mineração e do café, e a exploração de escravos. Dessa maneira, a economia era altamente simplificada e dependente de dinâmicas externas à região.

2.1.3 Século XX

A imigração europeia modificou a paisagem dos Campos Gerais com pequenas propriedades, localizadas e organizadas em colônias, numa tentativa de reprodução da “estrutura camponesa à maneira da Europa”. Tanto os núcleos urbanos e seus arredores, como os núcleos rurais estabelecidos pelos imigrantes se concentravam na porção sul dos Campos Gerais (PINHEIRO MACHADO, 1968). No Território Caminhos do Tibagi e municípios vizinhos também houve experiências de colonização estrangeira. A região recebia e assentava predominantemente imigrantes russo-alemães, holandeses e poloneses, porém, com predominância nas regiões vizinhas do Território, como Castro, Carambeí e Ponta Grossa (IPARDES, 2007).

Ainda com a imigração permaneceu a criação extensiva de gado como atividade predominante dos Campos Gerais até a década de 1960 (PINHEIRO MACHADO, 1968). Com frequentes partilhas e enfraquecimento da fertilidade dos campos, a produtividade das fazendas diminuiu, fazendo com que a pecuária perdesse a importância econômica e se despovoasse. Um dado interessante é que, na primeira década do século XX, Ponta Grossa já possuía uma população urbana superior à rural, tornando-se, nesta época com quase 15.000 habitantes, a segunda cidade mais povoada do estado. Cresceu o número de estabelecimentos comerciais e instalaram-se as primeiras indústrias. A estrada de ferro já havia se instalado desde o final do século XIX.

As novas estruturas econômicas, a partir da década de 1920, impulsionaram a ocupação de outras regiões do estado, no Norte pioneiro com a cafeicultura, e, mais tarde, no norte e noroeste, no sudoeste e oeste, com lavouras de cereais. Já os Campos Gerais continuaram como importante corredor, agora para as novas matrizes que estavam se estruturando ao norte e noroeste nas regiões florestais do Paraná (ROCHA; WEIRICH, 2007).

Entram numa nova fase as atividades ligadas ao tropeirismo, também com nova escala, para atender o transporte de gado bovino para os centros consumidores e animais de trabalho destinados às fazendas em regiões que estavam sendo desbravadas no estado. Agora com caráter mais regionalizado, estas atividades também passaram a transportar porcos dos safristas do primeiro planalto e mulas arriadas para o transporte de mercadorias entre núcleos rurais e cidades (PARANÁ, 1989), aumentando a zona de acumulação de capital por intermédio comercial. Rocha

e Weirich (2007) relatam que esta atividade fica cada vez mais restrita até o início da década de 1970, com a implantação e melhoria das estradas, carroças e posteriormente caminhões. Confluindo para que Ponta Grossa se configurasse como um polo neste eixo de acumulação.

Paralelamente, segundo Pinheiro Machado (1968), até o início da década de 1960 a criação de gado em manejo extensivo era ainda o principal sistema de produção, atividade ligada a famílias tradicionais proprietárias de grandes fazendas. O autor vincula a predominância do sistema de produção à baixa fertilidade natural dos solos, dificuldades para utilização agrícola das terras e o baixo custo de produção das pastagens nativas.

A partir dos anos 1960, inicia-se um processo de modernização da agricultura, Rocha e Weirich (2007) relacionam a modernização da agricultura na região, com uso das terras, a partir dos sistemas de cultivo intensivo e a conseqüente fragmentação da paisagem.

Para Albuquerque e Aued (2008), os processos de modernização dos sistemas produtivos dos Campos Gerais beneficiaram os latifundiários, bem como produziram a miséria. A elite pôde se beneficiar da renda da terra, através dos projetos de colonização, vendendo parte das propriedades, muitas vezes de mata nativa, para o Estado. E após a década de 70, quem continuou proprietário de terras pôde buscar a reconversão produtiva para a agricultura comercial, ou a renda da terra para arrendamento, nos dois casos beneficiando-se pela logística agroindustrial. Em ambos os momentos foram preponderantes o controle do aparelho estatal pela elite agrária e o monopólio da terra para pecuária e extrativismo, que gerou uma massa de miseráveis obrigada a se deslocar para as cidades.

A parcela dos Campos Gerais onde está inserido o Território Caminhos do Tibagi, diferentemente do restante dos Campos Gerais, hoje tem suas atividades econômicas polarizadas pela grande indústria papeleira alocada inicialmente no Município de Telêmaco Borba (IPARDES, 2007). A formação dessa indústria, que será mais bem detalhada no Capítulo 3, tem seu início num período de decadência da Sociedade Campeira dos Campos Gerais, através da compra da Fazenda Monte Alegre, no então município de Tibagi, pelo grupo empresarial Klabin, no ano de 1932 (CUNHA, 1982).

3 KLABIN - PROMOVENDO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é um índice sintético que tem por objetivo a comparação das desigualdades sociais entre os municípios, possibilitando o auxílio em políticas públicas visando o desenvolvimento socioeconômico. São componentes do IDH-M: Esperança de Vida ao Nascer, Taxa de Alfabetização de Adultos, Taxa de Frequência Escolar (pessoas de 7 a 22 anos de idade) e Renda per capita. Dos municípios do Território, apenas o IDH-M do município de Telêmaco Borba era considerado alto em 2010, contudo, ainda abaixo da média estadual (0,749). Todos os demais se situavam abaixo da média paranaense, estando o município de Ortigueira entre os 10 municípios de piores IDH-M do ranking dos municípios do Paraná (0,609) (IBGE, 2010).

No entanto, no período de 2000 a 2010 houve uma evolução no IDH-M dos municípios do Território, conforme demonstra a Tabela 3 a seguir, bem como no índice Gini renda per capita.

Tabela 3 - IDH-M e Índice Gini renda per capita dos municípios do Território Caminhos do Tibagi, referente aos anos de 2000 e 2010

Município	IDH-M		Índice Gini	
	2000	2010	2000	2010
Curiúva	0,482	0,656	0,51	0,45
Figueira	0,555	0,677	0,53	0,44
Imbaú	0,521	0,622	0,56	0,43
Ortigueira	0,472	0,609	0,59	0,49
Reserva	0,485	0,618	0,60	0,50
Tamarana	0,504	0,621	0,56	0,48
Telêmaco Borba	0,644	0,734	0,57	0,49
Tibagi	0,522	0,664	0,56	0,55
Ventania	0,541	0,650	0,56	0,42

Fonte: Censo 2000 e 2010, IBGE.

Em 2004, o PIB do Território foi de R\$ 2,8 bilhões, representando 1,4% do PIB estadual. A produção agropecuária de 1999 a 2004 passou de 26,5% para 38,1% na participação do PIB do Território, sendo para aquele ano o setor de maior participação, reduzindo o peso da indústria e serviços na participação do PIB. Deve-se destacar que parte expressiva da produção agropecuária está relacionada ao desempenho da silvicultura. A maior participação do PIB nesse ano era de Telêmaco Borba (50,6%) (IPARDES, 2007).

Em 2015, o PIB real do Território foi de R\$ 6,8 bilhões, representando 2,04% do PIB paranaense. O município de Telêmaco continuou responsável pela maior participação, somando um PIB de R\$ 3 bilhões, o que representou para o ano 49,49% do PIB do Território.

Em 2015, somente o Valor Agregado Bruto (VAB) da Indústria do Município de Telêmaco Borba era 1,6 vezes maior que o VAB Agropecuário de todos os municípios do Território Caminhos do Tibagi somados, conforme se pode visualizar na Tabela 4, o que demonstra a relevância do papel da indústria na geração de riquezas em relação à atividade agropecuária.

Tabela 4- Desempenho dos municípios do Território Caminhos do Tibagi, em 2015, em relação ao Produto Interno Bruto e Valor Agregado Bruto por atividade

Município	VAB Agropecuária (R\$1.000)	VAB Indústria (R\$1.000)	VAB Serviços (R\$ 1.000)	VAB Serviços Públicos (R\$1.000)	VAB total, (R\$ 1.000)	PIB. (R\$ 1.000)
Curiúva	55.693	9.965	67.021	51.865	184.544	196.135
Ortigueira	186.300	340.391	136.510	93.726	756.928	977.461
Imbaú	19.958	24.371	73.067	45.148	162.544	177.272
Figueira	19.456	32.977	35.714	31.531	119.678	126.306
Ventania	76.864	15.436	75.547	42.591	210.439	224.101
Reserva	165.224	51.782	176.441	97.011	490.458	526.854
Tamarana	82.414	33.592	89.215	51.091	256.311	277.805
Tibagi	401.661	44.289	226.527	89.229	761.707	807.676
T. Borba	92.697	1.631.588	776.680	291.519	2.792.484	3.055.218
Território	1.100.268	2.184.392	1.656.722	793.710	5.735.092	6.368.827

Fonte: IBGE, 2015.

O Território Caminhos do Tibagi, apesar de ser considerado como uma região prioritária para intervenção do Estado pelo seu baixo índice de desenvolvimento humano, tem uma das dez maiores fábricas de papel do mundo, pertencente ao grupo Klabin, maior produtor e exportador de papel e celulose do Brasil. O desenvolvimento dessa indústria e do complexo madeira-papel-celulose são os elementos principais na posição econômica do município de Telêmaco Borba em relação aos outros municípios.

Só no primeiro trimestre de 2018, a Klabin foi responsável pela exportação de US\$ 180,6 milhões em celulose. Através da Klabin, em seis anos o Paraná aumentou 112 vezes a exportação de celulose, passando de US\$ 4,9 milhões em 2011, para US\$ 553,8 milhões em 2017. Em 2011, a celulose ocupava a posição 81 no ranking de produtos do Paraná, passando para o quarto produto mais exportado do estado no

primeiro trimestre de 2018, ficando somente atrás da soja em grão, carne de frango in natura e farelo de soja (IPARDES, 2018). Um dos motivos desse avanço reside na implantação de uma nova unidade da Klabin no Município de Ortigueira, que entrou em operação em 2016.

A nova unidade da indústria começou a alterar os índices do município desde sua construção, que teve início em 2014. Em 2010, Ortigueira registrava 2.282 empregos com carteira assinada. Em 2015, esse número tinha subido para 8.620 empregos, devido à demanda por trabalhadores nas obras da nova fábrica. Nesse mesmo período, o salário médio passou de R\$ 897,00 para R\$ 2.871,00, de acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho. Esse fato colocou Ortigueira na melhor posição do ranking de crescimento do PIB entre os municípios do Paraná (IPARDES, 2018).

Além de propiciar resultados econômicos positivos para a região, segundo o Relatório de Sustentabilidade da Klabin (2017), a empresa acumula 11 reconhecimentos entre selos e certificações relacionados ao manejo florestal, qualidade dos processos e produtos, conservação da biodiversidade. Ainda consta no relatório que, do total das áreas sob propriedade da Klabin, 46% são de áreas plantadas, e 43% são de áreas preservadas com mata nativa. Em 2017, a empresa também fechou um ciclo de investimento nas comunidades onde está inserida, nas áreas de saúde, cultura, educação, esporte, lazer e meio ambiente, que totalizou R\$ 22,4 milhões, dos quais R\$ 5,6 milhões foram viabilizados com leis de incentivo (Lei Ancine, Lei Rouanet e Lei do Desporto).

Diante dessa gama de fatores, e outros não relacionados, a empresa afirma que promove Desenvolvimento Sustentável. Essa autoadjetivação envolve dois conceitos que abordaremos a frente: desenvolvimento e sustentabilidade. O que interessa à empresa talvez não seja o conteúdo dos conceitos em si, mas a apropriação dos mesmos, uma vez que no imaginário das pessoas são adjetivos absolutos, ligados a coisas positivas, progresso, transformação. Não à toa, todos os vagões da empresa que cortam o território apresentam a seguinte frase, até que vire um mantra: “Compromisso com o Desenvolvimento Sustentável”.

O esforço para relacionar o modelo de desenvolvimento proporcionado pela Klabin no Território como um modelo ideal de desenvolvimento, ocultando os conflitos e as contradições dele decorrentes, não cabe tão somente à empresa. Os indicadores de resultados financeiros obtidos pela Klabin são, com frequência e de forma

planejada, amplamente divulgados pela mídia dos Campos Gerais, do Estado e mesmo em sites e veículos especializados em economia. Deste modo, ao que tudo indica, servem inclusive para tentar justificar projetos empresariais que envolvem acesso e uso do dinheiro público, a partir de empréstimos solicitados e liberados junto ao Estado, em geral através do BNDES.

Faz-se necessário, portanto, problematizar a versão empresarial corrente na mídia, nos meios políticos e, direta ou indiretamente, no discurso das pessoas, que, ao terem acesso apenas ou basicamente às versões dominantes, acabam reproduzindo como (quase) verdades tais informações veiculadas. Para tal reflexão, tomou-se por base algumas reportagens publicadas sobre projetos do grupo Klabin em veículos impressos (e portais eletrônicos) entre meados de 2016 e 2018. Não se trata de um estudo sistemático de análise discursiva ou retórica de mídia. Mas sim uma amostra com materiais publicados em diários locais regionais (Folha de Campo Largo, Diário dos Campos e Gazeta do Povo), em portais informativos (CBN Londrina, portal Super Informado, de Guarapuava, portal Bem Paraná, de Curitiba, Tribuna do Norte, de Apucarana) e também em um jornal segmentado voltado ao setor empresarial (Valor Econômico, editado na capital paulista).

Uma rápida leitura dos materiais de divulgação do grupo e marca empresarial revela que a ênfase na projeção midiática foca em ações resultantes de parcerias com administrações públicas locais da região, obras da própria empresa e, principalmente, geração de emprego e arrecadação aos municípios do entorno do complexo empresarial.

Ao que tudo indica, a mesma estratégia de divulgação e projeção midiática da imagem do grupo empresarial serve para justificar eventuais impactos ambientais registrados na construção das obras da empresa na região. A própria empresa, em seu relatório de sustentabilidade, relatou ter recebido 225 queixas e reclamações relacionadas aos impactos ambientais do projeto em 2014 (Klabin, 2014).

O governo do Paraná, na gestão 2011-2018 (PSDB, DEM, PP, PSC, PSB, PSD e inúmeros outras legendas), lançou um programa nomeado como 'Paraná Competitivo'. Pela proposta, o Estado iria se desenvolver e gerar emprego e renda para milhões de paranaenses.

Pelo programa, indicado como um dos eixos das promessas de campanha nas eleições de 2010 e 2014, os interesses empresariais de grupos – preferencialmente aliados – seriam prioridade no que foi apresentado como 'modelo' de desenvolvimento

do Paraná. É neste 'pacote' que estaria situado o projeto do grupo empresarial Klabin, dentre inúmeras outras iniciativas.

Até porque, deve-se ressaltar, uma das maneiras correntes de influenciar a política e os investimentos do Estado se dava através de doações de recursos para financiar campanhas eleitorais por grupos empresariais. A doação, mesmo quando estava enquadrada dentro dos limites legais, trazia à tona o ciclo vicioso existente, que tornava o poder político dependente do poder econômico e vice-versa. Criava-se uma relação entre o capital e o meio político onde o recurso disponibilizado por uma empresa tornava-se um 'crédito' que a mesma teria caso o candidato por ela financiado fosse eleito, crédito este que, por sua vez, seria exercido através da defesa dos interesses econômicos dos doadores, fosse na elaboração de leis, na execução do orçamento, na elaboração de contratos públicos e licitações, fatores todos que acabavam perpetuando o quadro de desigualdade socioeconômica.

Nesse sentido, André Marengo (2008) afirma que:

A arrecadação de fundos financeiros para custear campanhas eleitorais adquiriu um lugar central na competição eleitoral das democracias contemporâneas, com conseqüências para o equilíbrio da competição e geração de oportunidades responsáveis pela alimentação de redes de compromissos entre partidos, candidatos e financiadores privados, interessados no retorno de seu investimento, sob a forma de acesso a recursos públicos ou tratamento privilegiado em contratos ou regulamentação pública. Dessa forma, a conexão, – incremento nos custos de campanha eleitoral → arrecadação financeira → tratamento privilegiado aos investidores eleitorais nas decisões sobre fundos e políticas públicas passou a constituir fonte potencial para a geração de corrupção nas instituições públicas. De um lado, partidos e candidatos buscando fontes para sustentar caras campanhas eleitorais, e de outro, empresários de setores dependentes de decisões governamentais, como bancos e construção civil. (MARRENCO, 2008, p.381)

Nesse contexto, apenas a título de exemplo, destaca-se que no ano de 2006, o grupo Klabin declarou ter doado um total de R\$4.007.785,43 para financiamento de campanhas, sendo que, destes, R\$260.000,00 destinaram-se ao então candidato a Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva (TSE, 2006). Posteriormente, nas eleições de 2010, declarou a doação de um total de R\$3.000.210,34 destinados a diversas candidaturas, direcionando parte desses recursos a 15 candidatos a cargos de Deputado Estadual e Federal, bem como a 02 candidatos a Senador, todos pelo Estado do Paraná, e até mesmo a um candidato à Vice-Presidência da República (TSE, 2010). Enfim, nas últimas eleições destinadas

aos cargos acima referidos (2014), a empresa afirmou ter doado o montante total de R\$2.960.000,00, conforme consta no site Meu Congresso Nacional (2014).

Pois bem. Feito este parêntese sobre o financiamento empresarial de campanhas eleitorais, foi no contexto do programa 'Paraná Competitivo' que, em 14/03/2016, a Agência Estadual de Notícias (AEN) disponibilizou no portal da assessoria de comunicação de governo um texto sobre o projeto do grupo Klabin no Paraná. Na abertura da matéria, o tom otimista vai além da informação descritiva pelo modo como apresenta o 'novo empreendimento':

Um dos maiores investimentos privados da história do Paraná, a nova fábrica da indústria de papel e celulose Klabin, que entrou em operação no último dia 4, está mudando a realidade de Ortigueira, nos Campos Gerais. O investimento, de cerca de R\$ 8,5 bilhões, apoiado pelo programa de incentivos estadual Paraná Competitivo, trouxe novos empregos, aumentou a arrecadação do município e gerou novos negócios para os setores do comércio e os serviços. (AEN, 2016)

Em seguida, a matéria traz uma declaração do então governador do Estado a respeito do projeto empresarial, uma vez que o próprio gestor prestigiou a inauguração. E, como se vê, trata-se de uma declaração autoral, mais política que jornalística, na medida em que registra um tamanho acima da média de declarações de fontes noticiosas na tradição da produção jornalística brasileira:

“Esta transformação socioeconômica – não só de Ortigueira, mas de toda a região – é fruto da confiança num novo modelo de desenvolvimento, guiado pela segurança jurídica, a relação de maior consenso entre capital e trabalho e a certeza de que o poder público, o Estado, cumpre a parte que lhe cabe, fazendo os investimentos indispensáveis a um empreendimento desta envergadura na infraestrutura (transporte e energia) e nas políticas sociais (saúde, segurança e educação), sem prejuízo dos cuidados com o ambiente”, afirmou o governador Beto Richa. (AEN, 2016)

Daí em diante, a matéria destaca indicadores que, se conferem com realidade, registram importantes mudanças na Região. “A nova fábrica gera 1,4 mil empregos diretos e indiretos. Durante o pico das obras, que duraram 24 meses, cerca de 14 mil pessoas chegaram a trabalhar nos canteiros. O volume equivale a mais da metade da população do município, de 23 mil habitantes”, informa. Em seguida, a assessoria traz um membro da gestão local como fonte noticiosa, louvando o empreendimento ao município.

Durante anos, Ortigueira sofreu com a falta de oportunidades para emprego, baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o êxodo para outras cidades. O município chegou a ter o dobro da sua população atual. “A Klabin é um divisor de águas para a cidade, não apenas pelo investimento em si, mas também pelo que vem com ele. Além de novas oportunidades de emprego, o comércio aumentou suas vendas e pequenos empreendedores ampliaram seus negócios”, ressalta o secretário municipal de Indústria, Comércio e Turismo, Daniel Fartura. (AEN, 2016)

A receita municipal, de acordo com a matéria, também saiu de limites anteriores ao empreendimento, já que “Pelo acordo firmado entre a empresa e o governo estadual, Ortigueira fica com 50% do ICMS gerado pelo projeto. O restante é dividido entre os municípios que fornecem matéria-prima para a fábrica”. E, assim, “a receita tributária do município cresceu 351%, de R\$ 7,79 milhões, em 2012, para R\$ 35,19 milhões em 2015”, completa o texto.

A matéria tem 8,5 mil caracteres e cerca de quatro páginas (folha A4), um tamanho de ‘grande reportagem’ aos atuais padrões do jornalismo brasileiro. Algo difícil de se produzir e, pois, também veicular, ao menos em termos de autoria exclusiva, seja para veículos impressos ou portais eletrônicos. Vindo da assessoria de comunicação de governo, aos veículos que mantêm preocupação exclusiva ou de autoria com ineditismo, a publicação passa a ter um efeito de propaganda e não mais pela função jornalística de informação com interesse público, na medida em que passa a operar como estratégia de divulgação com ênfase em disputas e interesses particulares do campo político. Ao final do texto, na reprodução do mesmo no portal Super Informado deixa-se até mesmo o endereço da autoria (Agência Estadual de Notícias - www.pr.gov.br) e inclusive a localização de uma rede social oficial (www.facebook.com/governopr).

Apenas quatro dias depois (18/03/2016), o jornal Diário dos Campos, editado em Ponta Grossa, reproduz parcialmente a mesma matéria da assessoria. Título e informações principais são mantidos, inclusive fontes, bem como a fala do governador na íntegra, e na mesma estrutura informativa. A versão parcial veiculada é postada, em seguida, no portal Celulose Online.

Posteriormente, no final de junho de 2016, logo após o golpe parlamentar orquestrado pelo chamado “centrão” do Congresso Nacional, sob comando do PMDB e aliados, a divulgação dos ‘prodígios’ da eficiência empresarial econômica da Klabin ganha projeção para além da capital paranaense e dos Campos Gerais. O anúncio da

inauguração da nova fábrica começa a rodar em diários, emissoras de rádio, TV e portais no dia 27/06, e pauta as principais notícias ao longo do dia 28.

A assessoria oficial do governo do Paraná, através da Agência Estadual de Notícias (AEN), praticamente orquestra a divulgação da 'boa nova' na grande maioria dos veículos e espaços de mídia em todas as regiões e principais cidades do Paraná. Uma busca na web pelas palavras 'Klabin, inaugura, fábrica junho de 2016' revela dezenas de endereços eletrônicos onde ainda hoje se pode encontrar a mesma matéria, repassada pela AEN e reproduzida, com pequenas variações estruturais e de imagens, em diversos meios de comunicação com influência local ou regional.

A matéria oficial repassada em 27 de junho de 2016 que a Agência Estadual disponibiliza à imprensa tem em seu resumo que "A nova fábrica da Klabin, (...), vai impulsionar a arrecadação de 12 municípios do Norte Pioneiro e dos Campos Gerais. (...). O investimento da Klabin, (...), é o maior da história do Estado" (AEN, 2016).

Em 28 de junho de 2016, o recém-empossado vice que 'ganhou' cargo de presidente, após o golpe político parlamentar (envolvendo banqueiros e grupos empresariais da mídia), participa da inauguração da nova planta da Klabin, em Ortigueira (PR). A agenda oficial amplia a repercussão midiática com força junto aos mais diversos veículos de comunicação de todo o País, uma vez que o tema vira notícia em agências noticiosas, que repassam o material aos respectivos associados (pagantes).

A Agência do grupo Folha de S. Paulo veicula matéria no mesmo dia, bem como, por ironia, o próprio diário da capital paranaense, Gazeta do Povo, editado cerca de 200 km da indústria inaugurada, que naquela se baseia e abre o texto destacando a participação do Presidente Michel Temer na inauguração da nova fábrica da Klabin, o qual afirmou que "É disso que estamos precisando no nosso país: um movimento para reunificar o pensamento nacional, para que todos se empenhem para o crescimento do país" (Folha de São Paulo, 28/06/2016).

Realçando o investimento inicial da Klabin, o portal Bem Paraná informa em título complementar que o "empreendimento em Ortigueira vai mudar a realidade de municípios", destacando números e indicadores que, pela reportagem, se justificam por si (Bem Paraná, 28/06/2016). A Folha de Campo Largo, que circula na cidade da Região Metropolitana de Curitiba e posta a mesma versão de conteúdo no site do periódico, usa também o mesmo material da assessoria (Agência Estadual), assim como o portal da CBN Londrina, o qual ressalta que "Os números impressionam. (...),

o maior aporte de recursos privados já feito na história do Paraná. (...). Anualmente, a empresa irá desembolsar R\$ 300 milhões em impostos federais, estaduais e municipais” (CBN Londrina, 28/06/2016). Estranhamente, mencionados textos sequer informam seus leitores e internautas de que a fonte noticiosa ali não tem nada de exclusiva e tampouco de autoria própria.

Ou seja, é no mesmo ritmo elogioso, destacando os ‘feitos’ empresariais e as expectativas regionais com a nova fábrica, que outros veículos reproduzem a informação. Ressalta-se que a fonte de base é majoritariamente a ‘Agência Estadual’, leia-se assessoria do governo do Estado, produzida por conta e risco do dinheiro público, e gentilmente repassada para reprodução por jornais, emissoras de rádio e TV ou portais eletrônicos ‘noticiosos’ de diversas regiões do Paraná.

A mesma estratégia de divulgação midiática do grupo Klabin segue em 2017 e 2018. Como se pode constatar, a lógica é praticamente a mesma: destaca-se o tom afirmativo do trabalho social da Klabin na Região, ao aduzir que o grupo empresarial “pratica a responsabilidade social nas comunidades onde atua e considera a educação uma frente de trabalho essencial”, e que, em razão disso, atuando em conjunto com o Governo do Estado, “deu início ao projeto Klabin Semeando Educação, que tem o objetivo de contribuir com o fortalecimento da gestão das escolas públicas estaduais e, conseqüentemente, com o nível de aprendizado dos alunos” (Klabin, 2017). Ao final da matéria, o último parágrafo é emblemático, na apresentação das qualidades do grupo empresarial nas respectivas práticas industriais!

Toda a gestão da empresa está orientada para o Desenvolvimento Sustentável, buscando crescimento integrado e responsável, que une rentabilidade, desenvolvimento social e compromisso ambiental. A Klabin integra, desde 2014, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBovespa. Também é signatária do Pacto Global da ONU e do Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, buscando fornecedores e parceiros de negócio que sigam os mesmos valores de ética, transparência e respeito aos princípios de sustentabilidade. (KLABIN, 2017)

Ademais, de forma geral e frequente, o que mais se veicula como imagem nas matérias sobre a Klabin são retratos da fábrica ou panorâmicas do complexo industrial do grupo na Região, com legendas que associam a números e dados do crescimento econômico gerado pelos empreendimentos da empresa: orçamento em bilhões,

empregos, crescimento, renda aos municípios onde opera a empresa, projetos em andamento, dentre outras ações 'divulgadas' como carro-chefe do grupo empresarial.

Portanto, na era da sociedade globalizada em que predomina a construção e projeção de marcas, através da informação divulgada em redes digitais, seja em portais, sites informativos, blogs ou mesmo redes sociais, a estratégia de mídia do grupo empresarial Klabin opera como ação na disputa por uma forma de entender, explicar e justificar a organização e 'funcionamento' da sociedade, a partir de interesses que sustentam o referido empreendimento.

A narrativa do crescimento econômico é, sobretudo, uma disputa ideológica (BOURDIEU, 1989) para, em última instância, influenciar e até mesmo determinar o modelo de desenvolvimento do território e, assim, exercer o poder social, político e econômico na área (território) de abrangência e ação.

É, pois, deste modo que a versão presente nas reportagens divulgadas por veículos de mídia da Região ou Estado reflete e projeta uma imagem que defende e legitima um modelo de desenvolvimento socioeconômico em andamento e sob comando de alguns poucos grupos que controlam os espaços de gestão e representação política.

O controle e domínio territorial, no caso ilustrativo da indústria Klabin na Região dos Campos Gerais, ocorre em sintonia entre os diversos espaços e formas de poder político, econômico e de representação ideológica, que oportunamente ganha versão corrente nos meios de comunicação e, assim, assegura uma reprodução constante das relações de dominação do território e dos espaços onde residem milhares de pessoas, e que também, direta ou indiretamente, estão sob influência do referido grupo empresarial.

Trata-se, para usar uma oportuna expressão de Pierre BOURDIEU (1989), de um poder de fazer coisas com palavras, dinheiro e controle de gestores eleitos pelo povo, ainda que em disputas custeadas pelo dinheiro do contribuinte.

3.1 COMO A KLABIN CHEGOU ATÉ OS ANOS 50

Em 1890, através do arrendamento de uma tipografia em São Paulo, foi criada por Maurício Klabin a empresa M. F. Klabin e Irmão. Em 1899, foi fundada a Klabin Irmãos e Cia. (KIC), uma sociedade de Maurício Klabin com seus dois irmãos,

Salomão e Hessel, e seu primo Miguel Lafer. A empresa importava produtos de papelaria e produzia artigos para escritório, comércios, bancos e repartições públicas. Em 1902, o grupo inicia no setor de produção de papel ao arrendar a Fábrica de Papel Paulista (KLABIN, 2017).

Uma década após a fundação da KIC, em 1909, houve a constituição da Companhia Fabricadora de Papel (CFP) pela KIC e outros acionistas. Esta fábrica iniciou seu funcionamento em 1914. Oportunamente, em 1920, a KIC instalou um escritório na então capital do Brasil, Rio de Janeiro, centro do poder político do país. Em 1924, a Klabin já é uma das três maiores produtoras do setor papelero nacional, e constituiu uma filial em 1929 em São Paulo. Em 1931, no Rio de Janeiro, arrendou e cinco anos mais tarde comprou a fábrica da Manufatura Nacional de Porcelanas.

É preciso aqui retomar a conjuntura econômica do Brasil anterior à crise de 1929, que coincide com o surgimento da Klabin, e que deu condições para a nova fase de desenvolvimento da economia do país. A Primeira República (1889-1930) teve seu apogeu econômico nas primeiras décadas do século XX devido a fatores externos e internos. O amplo liberalismo econômico e a ascensão da industrialização dos Estados Unidos e Europa elevaram o nível de vida de suas populações, juntamente com o aperfeiçoamento técnico dos sistemas de transporte e organização mercantil e financeira, propiciando o incremento do mercado internacional (PRADO JR, 2006).

Internamente, com a república, num plano secundário, surge o ideário do enriquecimento, a figura do homem de negócio, possibilidade esta limitada na monarquia. O estímulo no campo da economia se dá pela entrada de capital internacional investindo em vários setores, bem como através de empréstimos públicos. Também se tinha a participação intensa de imigrantes (fluxo migratório intenso posterior à abolição dos escravos) ocupando espaços relevantes, principalmente na indústria e comércio. A atividade cafeeira, que já vinha se desenvolvendo anteriormente, com a possibilidade de investimento de capital estrangeiro, faz o café despontar como principal produto de exportação (PRADO JR, 2006).

Esses fatores tornaram o Brasil um dos maiores produtores e exportadores de matérias primas de gênero tropical, mas, como consequência disso, decaiu a produção para o consumo interno, inclusive para alimentação, passando a importar 30% do alimento consumido. As atividades produtivas se concentram em alguns produtos para exportação, e os empréstimos estrangeiros para os serviços públicos, bem como

“pagamento de dividendos e lucros comerciais das empresas estrangeiras operando no Brasil”. Apesar de ampliarem as forças produtivas do país e reforçarem o seu sistema econômico, acentuavam os fatores de um sistema dependente basicamente de relações comerciais longínquas, conseqüentemente frágil e vulnerável (PRADO JR, 2006).

A indústria brasileira no último ano de monarquia contabilizava 600 estabelecimentos industriais, e em 1907, 3.258 estabelecimentos. Com exceção da indústria de fiação, tecelagem de algodão, lã e juta, que apresentam certa concentração, as demais são pequenas unidades com poucos trabalhadores e inversão de capital insignificante. A Grande Guerra (1914-1918) deu amplo impulso às empresas, pelo aumento da importação dos países em guerra e declínio de fornecimento de manufaturas por esses países, bem como forte queda no câmbio, que propiciou a redução da concorrência. Em 1920, o caráter da indústria permanece igual, porém se constata um aumento quantitativo significativo de empreendimentos, agora 13.336 (PRADO JR, 2006).

A indústria, nesse período, toma posição relevante na economia do país, porém sustentada pelas elevadas tarifas alfandegárias e contínua depreciação cambial, o que encarecia a compra de recursos necessários para o seu aprimoramento do exterior. O período de 1924-1930 é um período ruim para a indústria brasileira, principalmente pela valorização da moeda. No pós-guerra, um setor sólido da indústria que veio a se desenvolver foi o das indústrias subsidiárias de grandes empresas estrangeiras, para escapar das políticas alfandegárias, oscilações cambiais e usufruir de mão de obra barata (PRADO JR, 2006).

Segundo Prado Jr. (2006), o capital financeiro internacional se alastra por toda a economia do país, com ênfase para a maior riqueza da época, o café. Porém, se passando de maneira semelhante com os demais setores.

Através do financiamento da produção, do comércio, da exportação, ele retirará uma primeira parcela de lucros, pois embora estas operações se realizem no próprio país, elas se acham direta ou indiretamente em suas mãos, seja por bancos e firmas comerciais da mesma procedência nacional, seja por casas brasileiras a ele ligadas. Depois que o café é embarcado, a exploração do capital estrangeiro, se torna naturalmente maior e mais fácil; aí vem o transporte, a distribuição nos países consumidores, a industrialização do produto (torração, moagem e outras manipulações). É todo um grande aparelhamento comercial e industrial que o café brasileiro vai alimentar; e os lucros de todos estes processos sucessivos (em que entra boa parte de mais-valia brasileira) canalizam-se para a remuneração dos capitais internacionais neles investidos. (PRADO JR, 2006, p. 208)

Nesse contexto, o grupo empresarial Klabin Lafer inicialmente acumulou capital, importando e comercializando artigos de papel e para escritório. Adquiriu conhecimento no setor industrial durante 5 anos, na administração da indústria papelreira arrendada, para investir em sua própria fábrica em 1909. A fábrica contava com maquinário europeu moderno para a época (5 ton/dia de pasta mecanizada; 12 toneladas de papel embrulho e papel para impressão; e 10 toneladas de papelão e cartolina) e técnicos especializados (MARGALHO, 2008). Apesar de a indústria papelreira ser relativamente antiga nesse período, a matéria prima para produção, trapos de panos, só começa a ser substituída pela celulose a partir de 1890, data de início da sua produção na Escandinávia (KLOCK, 2013).

Nas duas primeiras décadas do século XX, a indústria papelreira tinha dificuldades para se desenvolver, já que a celulose não era produzida no Brasil e tinha custo elevado para importação, e a política alfandegária para o papel facilitava sua importação atendendo aos interesses da burguesia mercantil que importava bobinas de papel e vendia papel principalmente para as empresas jornalísticas. Essa política também correspondia aos interesses do capital internacional das indústrias de papel estrangeiras (MARGALHO, 2014).

A burguesia industrial do setor papelreiro se viu diante da necessidade de se organizar para tentar combater os privilégios da burguesia mercantil importadora de papel, a ponto de interferir na política alfandegária, como destaca Margalho (2008):

[...] era primordial que os representantes da burguesia industrial dos artigos de papel, papelão e cartonagem encontrassem os meios que lhe fossem adequados para acumular capital social suficiente para, uma vez tornando-se capital político, viabilizar a formulação de um projeto hegemônico. Inicialmente, esse tipo de acumulação de capital, que com a segunda geração de empresários da Klabin se materializou em poder político, se iniciou no interior da sociedade civil – sobretudo nas associações industriais. Ele se dava através da ampliação do circuito das relações sociais entre empresas / empresários associados / sociedade civil / sociedade política. (MARGALHO, 2008, p.21)

Nesse contexto, em uma carta endereçada ao então Ministro dos Negócios da Fazenda, João Pandiá Calogeras, e outra ao Deputado do Rio de Janeiro, Cincinato Braga, três indústrias papelreiras demonstram sua insatisfação com a política alfandegária brasileira em relação à importação de papel, incluindo como alvo relativa liberdade que as empresas jornalísticas tinham de importar papel imprensa, uma vez

que eram capazes de produzi-lo no Brasil. Porém, o então Ministro, ao assumir a pasta, tinha compromissos com credores estrangeiros, o que lhe impedia o controle alfandegário (MARGALHO, 2008).

Nos anos 1920, a ascensão da Klabin como indústria papelreira prospera, apesar dos problemas com a matéria prima e concorrência com a importação de papel, tornando-se uma das três maiores produtoras de papel no Brasil. Do mesmo modo, o grupo vai consolidando seu capital político, que terá grande importância na década de 1930 para ampliação significativa dos seus negócios.

A crise mundial deflagrada em outubro de 1929 faz cair o valor dos produtos de exportação, especialmente do café, fundamental para a vida econômica do país, e, por consequência, a própria exportação. Ocorre a inversão do afluxo de capitais, que se tornou indispensável para economia, fazendo assim desequilibrar as contas públicas. Com isso, ocorreu controle cambial para remessas ao exterior, as importações declinaram e, conforme Prado Jr. (2006), aumentou-se a produção agrícola e industrial nacional para consumo interno, em vista de reequilibrar a balança de pagamentos do país.

Há necessidade de uma nova economia voltada para as necessidades próprias. Prado Jr. (2006) relata que o problema do café é anterior à crise, que a estagnação nas importações demonstra que o mundo havia atingido um teto para o consumo do produto, somado ao aumento da concorrência. Essa contradição da superprodução levou à destruição de toneladas de café de 1931 até a véspera da guerra. Nesse momento, os capitais estrangeiros investidos no país estavam com os lucros congelados. Todas essas circunstâncias não deixavam outra saída para a economia brasileira que não fosse mudar as suas bases, para “deixar de ser simples fornecedor do comércio e dos mercados internacionais”.

As condições para industrialização da década de 1930, para Furtado (2005), residem na tese da industrialização por substituições de importações, dando eco à análise de Prado Jr. (2006) para o período, que seria: ruptura de importações, exportações e fluxo de capital, onde a economia brasileira encontrou meios para se industrializar; e intervenção do Estado através de políticas de defesa para o café, política cambial, crédito e etc.

A revolução de 30 acabou com a hegemonia da burguesia cafeeira, e o Estado passa a ter uma composição sem a hegemonia da elite agrária. Agora compõem o Estado com a elite agrária os grandes comerciantes importadores e a nascente

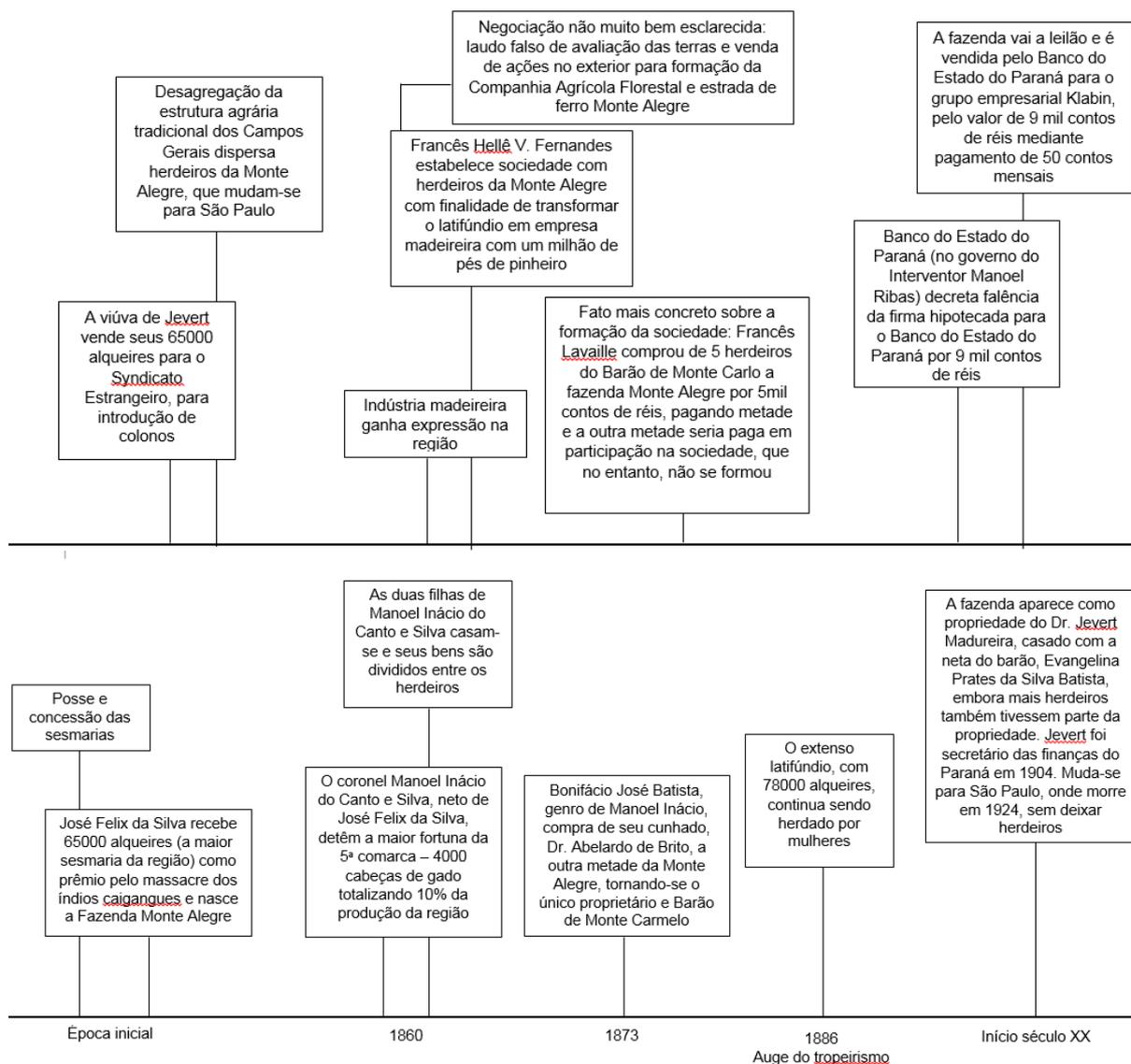
burguesia industrial, além da burocracia estatal. A família Klabin-Lafer foi se consolidando como liderança do setor industrial nesse processo de transformação do Estado e da estrutura produtiva nacional. Símbolo disso é a eleição de Horácio Lafer, em 1934, como Deputado por São Paulo, pelo Partido Constitucionalista. As famílias também estavam inseridas na Federação Industrial do Rio de Janeiro (FIRJAN) e na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) (MARGALHO, 2008).

Nesse período, nos Campos Gerais, a Fazenda Monte Alegre, aonde a Klabin viria a construir sua fábrica, passava pelo processo de desagregação da estrutura agrária tradicional, como o restante dos Campos Gerais, fundamentada na exploração dos campos, criação de gado, comércio de muares e trabalho escravo (PINHEIRO MACHADO, 1963). O aumento do número de núcleos familiares, juntamente com a baixa renda gerada pelas propriedades e a ocupação plena dos campos exerciam pressão sobre o patrimônio indiviso da grande família fazendeira. Os novos membros das famílias dispersavam, indo para as cidades e outras regiões. Com os herdeiros da fazenda Monte Alegre não foi diferente (CUNHA, 1982).

O último dono da mencionada Fazenda, anteriormente à Klabin, foi o Banco do Estado do Paraná, que decretou falência da firma proprietária da fazenda em 1932, no governo do Interventor Manoel Ribas, e a adquiriu em leilão pelo valor da sua hipoteca, 9.000 contos de réis. Pelos mesmos 9.000 contos de réis, a Fazenda foi vendida para a Klabin em 1934 (CUNHA, 1982). Nesse local se construiu a primeira fábrica integrada de celulose e papel do Brasil, inicialmente denominada Indústrias Klabin do Paraná, e posteriormente, a partir de 1941, Indústrias Klabin de Celulose (IKPC) (Klabin, 2017).

A história da Fazenda Monte Alegre auxilia na compreensão da história dos Campos Gerais, desde o período de concessão das sesmarias, quando José Felix da Silva reivindicou e recebeu 65.000 alqueires de terra (maior sesmaria da região) pelo massacre dos Kaingangues, até a decadência do tropeirismo, quando da compra e venda da Fazenda pelo Banco do Estado do Paraná. Da mesma maneira, a formação da IKPC também ajuda a explicar essa fase do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, a partir da compra da Fazenda Monte Alegre. Na Figura 3 está representada a linha do tempo da Fazenda até sua compra pelo Grupo Klabin.

Figura 3 – Linha do tempo da Fazenda Monte Alegre



Fonte: Cunha, 1982.

Obviamente, um negócio de tamanha desenvoltura como a venda e compra da Fazenda Monte Alegre não foi um achado em classificadores de jornais. Além dos fatores já citados ligados à economia do país, da nova conformação dos setores da sociedade que atuam no Estado, do capital político e do relativo sucesso na atividade industrial do grupo Klabin, falta o interesse de quem compra e de quem vende, assim como um intermediário fazendo as articulações necessárias, e o capital para investir.

Por parte do vendedor, o Estado do Paraná, sob o comando do interventor Manoel Ribas, tinha como desafio expandir em novas áreas econômicas, razão pela qual o Paraná seguiu as diretrizes do Estado Novo, iniciando políticas industrializantes (OLIVEIRA, 1997). E o Governo Federal atuava sob a perspectiva do risco de faltar

papel e celulose para sua fabricação, através da importação, tornando relevantes as demandas do setor da imprensa e indústria (MARGALHO, 2008).

Para convencer o grupo Klabin a assumir tal empreitada, o Governo do Estado do Paraná se comprometeu com investimento na construção de estradas e ramais ferroviários, e o Governo Federal se responsabilizou concedendo benefícios fiscais creditícios e empréstimos para viabilizar a construção do complexo industrial. O Banco do Brasil atuou como um dos grandes financiadores do projeto (MARGALHO, 2008).

Somado às vantagens relacionadas supracitadas, a cobertura florestal de Pinheiro do Paraná da Fazenda Monte Alegre como matéria prima para fabricar celulose era muito atraente. E provavelmente o grupo tinha conhecimento dos avanços da indústria química na produção de artigos a partir das fibras de celulose e pasta de madeira para produção de papel e papelão (MARGALHO 2008).

Era comum que tamanha generosidade do Estado com a Klabin despertasse o interesse de outros grupos empresariais do setor. Para lograr êxito nas preferências do Estado com a Klabin, esse grupo contava com um aliado fundamental, Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, um empresário-jornalista, que através de suas relações com agentes do Estado e a detenção do poder midiático, colocava o grupo em posição política privilegiada em relação aos demais. Tanto a relação com os Governos quanto com a imprensa eram sustentadas por contrapartidas financeiras, através de presentes e doações (MARGALHO, 2018).

Em consulta aos documentos do Acervo da Klabin, Margalho (2008) pôde identificar a mão de obra utilizada na fábrica de porcelana do grupo Klabin - Manufatura Nacional de Porcelanas, onde se pode detectar como o grupo acumulou capital através da mais valia, inclusive de crianças. Consta dessa unidade produtiva, em 1931, a diferenciação de salários entre meninas, meninos, mulheres sem prática e práticas, homens sem prática, práticos e especializados. A diferença entre meninas, menor remuneração, e homens especializados, maior remuneração era de mais de 3 vezes.

A construção da fábrica teve contratempos diversos, principalmente relacionados à conjuntura da Segunda Guerra. Houve escassez de alimentos, de combustível, dificuldade no transporte de máquinas importadas, que afetaram também as promessas de Manoel Ribas (CUNHA, 1982). Porém, a Segunda Guerra Mundial trouxe uma conjuntura favorável ao grupo empresarial devido ao risco da importação

de papel imprensa e celulose, fazendo com que Vargas estimulasse o setor através de apoio estatal (MARGALHO, 2008).

Em 1945, na nova fábrica foi iniciada a fabricação de celulose sulfite e, em 1946, celulose kraft, com uma produção de 75 toneladas por dia. Em 1947, é inaugurada a Usina Hidrelétrica de Mauá, e iniciada a produção de papel jornal, vindo atender no mesmo ano os jornais das cidades de Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro (CUNHA, 1982).

Vale lembrar que Lafer foi eleito deputado em 1946. Com o fim do Estado Novo, a carreira política de Horácio Lafer se consolida, com sua indicação para a Pasta da Fazenda, de 1951 a 1953, durante o segundo Governo Vargas (MARGALHO, 2008). Consolidando o projeto de hegemonia da burguesia industrial, fazendo-se classe dirigente do Estado Capitalista pós 1950.

A era Vargas e o Nacional Desenvolvimentismo foram caracterizados pela nacionalização da economia, com papel fundamental na criação das indústrias de base para o desenvolvimento dos outros setores industriais. Nesse período, foi criada a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale, e a Petrobrás. Cabe lembrar, também, a sistematização da Consolidação das Leis Trabalhistas, necessária para regulamentar as relações de trabalho do País. Também foram criados o BNDES, o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (Capes).

Portanto, pode-se dizer que os fatores que culminaram para o grupo Klabin chegar até os anos 50 como complexo industrial de papel e celulose e liderança política da classe dirigente do Estado Capitalista foram: Decadência do tropeirismo nos Campos Gerais; crise da economia cafeeira; instabilidades internacionais e nacionais, principalmente vinculadas às guerras que demandaram produção de celulose e papel nacional; transformação na estrutura produtiva do país; transformação do Estado; relações de interesse entre o grupo Klabin, a burguesia industrial, a imprensa e o Estado; acumulação de capital mercantil e posteriormente industrial; intervenção econômica do Estado, e desenvolvimento de novas tecnologias para transformação da madeira em celulose.

4 ECONOMIA POLÍTICA DA CELULOSE, MADEIRA E PAPEL

A celulose é uma substância natural (polissacarídeo ou carboidrato) fibrosa encontrada em quase todos os vegetais. A polpa de celulose ou pasta de celulose é o material mais comumente utilizado para a produção de papel. A polpa da celulose é extraída de plantas coníferas e folhosas. A cadeia de produção para se chegar ao papel tem uma série de etapas (Figura 4), desde a plantação das árvores até a fabricação dos artigos de papel.

O papel, como mercadoria, tem utilidade para as pessoas, e, portanto, tem valor de uso, e seu valor de troca varia ao longo do tempo e das condições de sua produção social.

Figura 4 – Cadeia de produção de papel e celulose



Os países que primeiro desenvolveram a indústria de papel e celulose foram os países que antes passaram pela industrialização, como Grã-Bretanha, França e Alemanha, dominando a indústria de papel no início da produção mecanizada. Esse domínio, na última metade do século XIX e no século XX, esteve com a América do Norte e com os países nórdicos. Na virada do milênio, o domínio da indústria de papel deslocou-se para o hemisfério sul e para Ásia Oriental, acompanhando assim as tendências internacionais da globalização industrial, mesmo que dependendo de matérias-primas e mercados específicos. Segundo Ojala et al. (2013), mercado, procura e suprimento de matérias-primas são fatores significativos para explicar a evolução desse segmento industrial nos respectivos países.

Analisando entradas e saídas de indústrias de papel, Ojala et al. (2013) dividiram os países em dois grupos de desenvolvimento da indústria papeleira, os pioneiros e os tardios. Consideraram os países pioneiros aqueles que tiveram maior movimentação de entradas e saídas de novas empresas antes da Primeira Guerra Mundial, como Finlândia, Noruega, Suécia, França, Grã-Bretanha, Rússia, África do Sul, EUA e Canadá. Já os tardios, aqueles que tiveram seus picos populacionais após a Primeira Guerra Mundial, como Itália, Países Baixos, Japão, China, Brasil, Portugal e Espanha, sendo que Brasil, Portugal e Espanha atingiram a fase de maturidade da industrialização do papel após a década de 1970.

A tecnologia da produção de papel não mudou drasticamente nos últimos 200 anos. A principal mudança foi a produção mecanizada de papel, no início do século XIX, alterando-se significativamente o tamanho das máquinas. Além da produção mecanizada, ainda no século XIX, a utilização da fibra de madeira para produção de celulose e as tecnologias sulfatadas e sulfatas foram importantes adventos tecnológicos (OJALA et al., 2013).

Isso nos mostra que, para a localização geográfica do domínio da indústria de papel e celulose, a disponibilidade de matéria-prima é fator determinante, o que possibilitou o deslocamento do domínio da indústria na última metade do século XIX para o hemisfério norte e países nórdicos. Com a utilização da fibra de madeira para produção de celulose, as vastas áreas florestais com coníferas dessas regiões justificava a escolha desses locais para produção de papel em larga escala, por questões técnicas e econômicas (TOIVANEN, 2012).

Sendo a disponibilidade de matérias-primas fator preponderante para fabricação de celulose, o deslocamento do domínio geográfico da indústria para América do Sul e sul da Europa, na década de 1990, se deve muito à utilização do eucalipto para obtenção da celulose. No Brasil o eucalipto foi introduzido em 1864, com a finalidade de produzir dormentes de estradas de ferro e carvão para as locomotivas. Devido ao padrão global da época, com utilização de árvores de outras espécies para a produção de papel de melhor qualidade, a utilização de eucalipto para produção de celulose carecia de tecnologia adequada. Até a Segunda Guerra Mundial, pela escassez de matérias-primas para produção de papel, a obtenção de celulose a partir do eucalipto continuou sendo curiosidade da pesquisa (LIMA-TOIVANEN, 2013).

Três fatores influenciaram o setor industrial de papel brasileiro na década de 1950 a investir em pesquisas e desenvolvimento da cultura de eucalipto para obtenção de celulose: o então presidente Juscelino Kubitschek tinha intenção de, através de políticas para industrialização nacional, tornar o Brasil autossuficiente em celulose e madeira até 1960; a escassez global de celulose aumentou em mais de 150% o preço do produto no mercado, aumentando o interesse do Brasil em novas fontes de fibra; e a consolidação da tecnologia de celulose sulfatada. Assim, o BNDES criou instrumentos de financiamento para o setor, e fomentou a economia de escala e aprimoramento tecnológico da indústria. Até 1967 o BNDES ofereceu somente garantias de empréstimo a empresas de celulose e papel. O resultado dessas políticas foi o aumento da participação de fibras curtas, quase unicamente de eucalipto, para produção de celulose, de 4% em 1950 para 60% em 1960 (LIMA-TOIVANEN, 2013).

O BNDES também passou a solicitar, em 1968, que as indústrias obtivessem pelo menos metade de sua celulose através de recursos florestais próprios, e que aprimorassem tecnologias relacionadas ao eucalipto e aos diversos tipos de papel. O mesmo banco motivou a organização nacional de normas técnicas através da ABNT.

Em relação à área institucional, estabeleceu incentivos fiscais ao reflorestamento industrial, e com o Código Florestal de 1965 permitiu o uso em larga escala de eucalipto e pinheiro, com dedução de impostos sobre essas plantações. O setor também se favoreceu com iniciativas público-privadas como, por exemplo, o Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais (IPEF) na Faculdade de Agronomia da Universidade de São Paulo, que deu origem a joint venture em pesquisa e desenvolvimento na indústria. Algumas empresas iniciaram grandes operações de silvicultura para produção de celulose em larga escala, transformando a indústria brasileira, agora passando a visualizar também a exportação (LIMA-TOIVANEN, 2013).

De 1971 a 1974, os reflorestamentos triplicaram em relação ao período de 1967 a 1970. Em 1974, foi aprovado o Plano de Ação para 1974 a 1978, estabelecendo prioridade de estímulo para os projetos que tinham por objetivo a exportação, originando o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), onde foi elaborado o I Programa Nacional de Papel e Celulose (IPNPC). Previa-se autossuficiência em papel e celulose, com geração de excedentes de celulose para exportação (HILGEMBERG; BACHA, 2001).

É importante situar a agricultura no desenvolvimento econômico do período, para auxiliar o entendimento sobre as formulações econômicas para a chamada modernização da agricultura, pois influenciaram e ainda influenciam a situação do agronegócio florestal brasileiro, da mesma forma que influenciam a vida daqueles que vivem do trabalho na agricultura.

Com a estrutura fundiária inalterada, as análises sobre o Brasil pós Segunda Guerra Mundial estavam em disputa nos anos 60. Um diagnóstico é que a concentração de terras do período colonial e sua continuidade até então, além de ser atrasada em sua estrutura desigual, proporcionava relações de trabalho injustas no meio rural. Em linhas gerais, essa leitura da realidade rural foi chamada de “questão agrária”. Os atores preocupados com essa realidade, do ponto de vista dos explorados (CEPAL, Igreja Católica, PCB, Ligas Camponesas), não apresentavam um projeto unificado para enfrentar a questão agrária. Todavia, emerge a partir desses grupos o debate teórico sobre a necessidade da Reforma Agrária (DELGADO, 2001).

Em contrapartida, o conservadorismo econômico, representado intelectualmente por Delfim Neto e seu grupo na USP, ignorava uma “questão agrária”, desconsiderando a estrutura fundiária como um problema econômico fundamental, e

tão pouco preocupava a este grupo as relações de trabalho injustas do rural brasileiro. O grupo sustentava que com essa estrutura fundiária a agricultura cumpriria seu papel no desenvolvimento econômico, que para eles seria liberar mão de obra para a indústria, produzindo a mesma quantidade de alimentos; criação de mercado para os produtos industriais; e financiamento de parte da capitalização da economia. A modernização sem reforma agrária foi a tese adotada após o golpe de 1964 (DELGADO, 2001).

Nasce então, em 1965, a chamada “modernização conservadora”, derrotando a Reforma Agrária, período que vai até 1980, até então, considerado os anos dourados do desenvolvimento de uma agricultura capitalista. A modernização conservadora foi denominada por Delgado (2001) como um processo de integração da técnica-agricultura-indústria, pela crescente presença de insumos industriais e alteração na base técnica dos meios de produção utilizados e máquinas industriais. Também ocorreu uma integração entre a produção primária de alimentos e matérias-primas, assim como vários ramos industriais, inclusive de papel e celulose.

As técnicas agrícolas, que eram rudimentares, com a Revolução Verde deram lugar ao “pacote tecnológico”, que pode ser simplificado pelo uso de variedades de plantas melhoradas geneticamente, com potencial produtivo atrelado ao uso de fertilizantes sintéticos, agrotóxicos e motomecanização (MAZOYER; ROUDART, 2010).

A produção agrícola passou a ocupar lugar importante no mercado, como comprador de insumos e tecnologia, fornecedor de matéria prima para indústria e alimentos para os crescentes centros urbanos (SILVA, 2003; ROSTOW, 1959), ganhando mais tarde a denominação de agronegócio. A terra ocupa espaço no mercado especulativo e de ganhos de função, tornando-se atrativa para o grande capital (KAGEYAMA, 1985). Os agricultores passam a competir com a burguesia nos moldes capitalistas de produção.

Nesse contexto, com a expansão da agricultura brasileira e o aumento participativo da agricultura na economia nacional, na década de 70, o Ministério da Agricultura criou a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). A EMBRAPA foi criada com a finalidade de gerar conhecimento técnico para o agricultor brasileiro através da pesquisa agropecuária, que antes era realizada apenas nas universidades de agronomia e pela iniciativa privada. A Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) foi criada para ser responsável

pela assistência técnica e extensão rural do país. Além da EMBRAPA, em 1975 foi criada a EMATER, com a finalidade de transferência de tecnologia agropecuária e gerencial aos produtores rurais brasileiros (SILVA, 2003).

O camponês continuou à margem da modernização tecnológica. Os efeitos negativos da Revolução Verde não se deram pela adoção das novas tecnologias em si, mas principalmente pela desigualdade estrutural existente nos países capitalistas subdesenvolvidos. A grande propriedade tinha maior capacidade de reter ganhos de produtividade e produção de larga escala, ter acesso a crédito, controlar a comercialização e, sobretudo, influir nas políticas públicas do setor agrícola. Essa nova realidade acabou por agravar, na década de 70, a pré-existente concentração fundiária e desigualdade no meio rural (HOFFMAN & KAGEYAMA, 1985).

No período, foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural, Proagro, Política de garantia de preço, além de incentivos fiscais como desoneração do Imposto de Renda e Imposto Territorial Rural. Não há como negar o incremento dos índices tecnológicos, de produção e diversificação do período, como também não se pode negar que o mesmo foi fundamentado em incentivos fiscais e financeiros por parte do Estado no setor rural (DELGADO, 2001).

A crise econômica dos anos 80 e a transição para liberalização da agricultura dos anos 90 acabam limitando os incentivos fiscais para agricultura de maneira geral. Ainda assim, em 1987 o governo federal lançou outro programa nacional de papel e celulose, o II PNPC, incentivando uma vez mais a expansão e modernização do setor. Nesse período, em média 69,26% da quantidade produzida de papéis foi destinada para a venda doméstica e somente 14,54% para as exportações (MONTEBELLO, 2013).

Com a abertura comercial dos anos 1990, a ruptura da política econômica de substituição por importação, e a retirada de capital Estatal financiando o investimento da indústria, o setor passa por uma reconfiguração. Seguindo a lógica do contexto de globalização, a indústria de papel e celulose acompanhou a tendência mundial desse período de reestruturação patrimonial, através da concentração produtiva por meio de fusões e aquisições de grandes empresas, com objetivo de redução de custo para ter mais competitividade no mercado internacional. Em 1980, existiam 47 empresas de celulose no Brasil, e em 1999 existiam apenas 11; no mesmo período, as empresas de papel passaram de 172 para 83, e de artefatos de papel de 988 para 244. Esse processo de fusões se aprofundou depois dos anos 2000 visando o mercado

internacional, com uma inter-relação entre os grandes grupos, e com o BNDES fazendo parte do controle acionário das grandes empresas (MONTEBELLO, 2013).

De 1986 a 1990, a exportação de celulose brasileira aumentou 5,08% a.a em quantidade. No período de 1990 a 2000, o acréscimo na exportação desse produto foi de 9,78% a.a, e no período mais recente, de 2000 a 2007, o aumento foi de 12,8% a.a. O quadro da indústria de celulose para Montebello e Bacha (2013) é evidenciado pelo incremento em tecnologia, maior concentração de capitais no setor por meio de fusões e aquisições.

A vantagem competitiva pelos custos de produção, na década de 1990, do Brasil em relação aos outros países produtores de celulose é demonstrada por Fonseca (1995); a favor do Brasil relacionou-se os custos inferiores de energia, produtos químicos e mão-de-obra. Além disso, os ganhos de produtividade na atividade de reflorestamento.

4.1 A EVOLUÇÃO DA PESQUISA

Através da necessidade de superar doenças que se propagavam nas plantações de eucalipto, alavancaram-se as pesquisas relacionadas à genética da espécie, culminando na técnica de clonagem de eucalipto com características de alta produtividade e resistência às doenças da época. O início desse processo envolveu a Embrapa, empresas do setor e os institutos florestais das universidades. A homogeneização das plantações de eucalipto através das clonagens teve início tímido nos anos 80, e deslanchou na década de 1990 (FOELKEL, 2005).

O aumento das pesquisas em melhoramento genético com incentivo do Estado, as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da silvicultura para indústria de papel e celulose e os incentivos fiscais, segundo Carvalho, Silva e Soares (2012), foram os principais fatores que influenciaram a produtividade das plantações de eucalipto, e a produtividade por sua vez, foi o efeito que mais contribuiu com o crescimento da produção de fibra longa nas décadas de 1960 e 1970. A produtividade teve uma taxa média de crescimento, em 1960, de 12%, e de 14% por cento em 1970.

Nas décadas de 80 e 90, o grande crescimento das áreas plantadas com eucalipto se deu pelo conhecimento do potencial produtivo dessa cultura que se destaca com grande velocidade de crescimento e produção. Estudos voltados para a área de melhoramento genético e estudos sobre as fibras dessa espécie madeireira

foram fundamentais. Nos anos 2000, as áreas ainda continuavam a crescer significativamente, nesse caso principalmente pela utilização dos clones para a produção de mudas e também pela evolução da mecanização desde o plantio e sobretudo na colheita das árvores (MONTEBELLO; BACHA, 2009).

Carvalho et al. (2012) relatam estudo de 47 anos sobre a cultura do eucalipto no Brasil. Destacam que a pesquisa apresentou papel fundamental para o sucesso da cultura no país. Com isso, as indústrias de produção de madeira e celulose se tornaram competitivas no mercado nacional e internacional.

Pesquisas com relação à produção de mudas de espécies melhoradas para as condições brasileiras, com utilização de substratos específicos e melhorados para essa finalidade, apresentam destaque em estudo realizado por Silva et al (2011). Com mudas mais vigorosas e adaptadas, os resultados de produção são mais elevados.

A mecanização, principalmente na colheita do eucalipto, é fator que propiciou significativamente a ampliação de áreas cultivadas com essa espécie no Brasil. Picchio et al. (2012) expõem que a mecanização de colheita do eucalipto é fundamental para a competitividade dessa cultura. Schettino et al. (2015) relatam também que a evolução da mecanização a partir dos anos 2000 foi primordial para a viabilidade e competitividade do eucalipto no Brasil. Atualmente, o uso de drones para inspeção de eucaliptais vem sendo implementada.

Souza et al (2015a) comentam que estudos estatísticos avançados são aplicados para análises de implantação de lavouras de eucalipto, desde planejamento logístico, espaçamentos voltados para melhor produção e para melhor desempenho das máquinas na colheita. Para Leite et al (2014), o planejamento da lavoura, utilizando das melhores técnicas desde a escolha das mudas, do substrato, do tipo de implantação, dos espaçamentos utilizados, da logística implantada, são fatores que determinam o sucesso da produção de eucalipto.

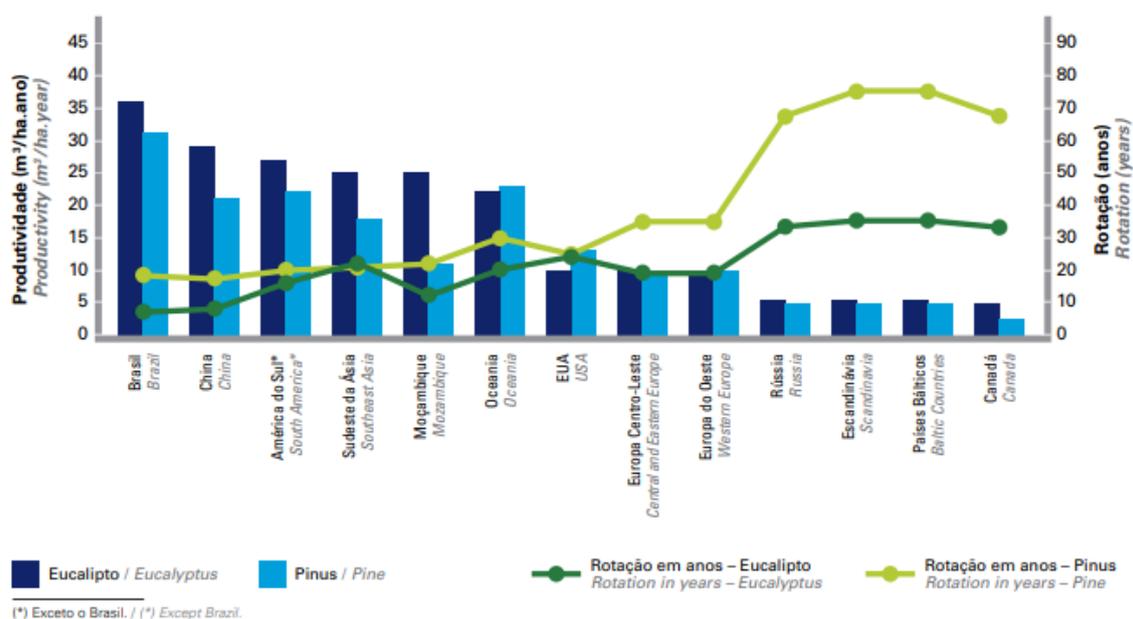
Souza et al. (2015b) comentam que a parte ambiental é fundamental quando do planejamento da implantação da cultura. Estudos desde a implantação de substratos oriundos da indústria são testados e mostraram eficiência com a produção do eucalipto, demonstrando, dessa forma, que o sucesso e evolução da área plantada de eucalipto no Brasil não se deram apenas pelas características climáticas e pelas grandes extensões de terras, mas pela pesquisa que é aplicada a essa cultura.

Para comprovar a eficiência dessa espécie madeireira no Brasil, Motta et al. (2014) apresentaram resultados sobre as características da madeira de três diferentes

espécies florestais no país, destacando-se o eucalipto como a melhor qualidade de madeira em relação à estabilidade dimensional em comparação às demais.

O resultado que evidencia o avanço da pesquisa com melhoramento genético na cultura de eucalipto é a diminuição na idade de corte da planta. Somado às condições climáticas e ambientais favoráveis para o desenvolvimento do eucalipto, a redução da rotação é um elemento fundamental para aumento de produtividade e competitividade na indústria de celulose. Nesse aspecto, o Brasil apresenta vantagem em relação aos outros países produtores de eucalipto, como apresenta o Gráfico 3. Aponta a IBÁ que o Brasil contou com uma média de produtividade de 35,7 m³/ha ao ano para os plantios de eucalipto e 30,5 m³/ha ao ano nos plantios de pinus, ficando em 1º lugar no ranking mundial de produtividade florestal no ano de 2016 (IBÁ e PÖYRY, 2017).

Gráfico 3 – Produtividade e rotação média no Brasil versus outros importantes players mundiais



Fonte: Iba, 2016.

O gráfico acima demonstra a produtividade do Brasil, seguido da China e os outros países produtores de pinus e eucalipto em relação à produtividade de madeira, e como isso está diretamente relacionado com o tempo de rotação das culturas. Pode-se notar que os países nórdicos, que primeiramente dominaram a produção de

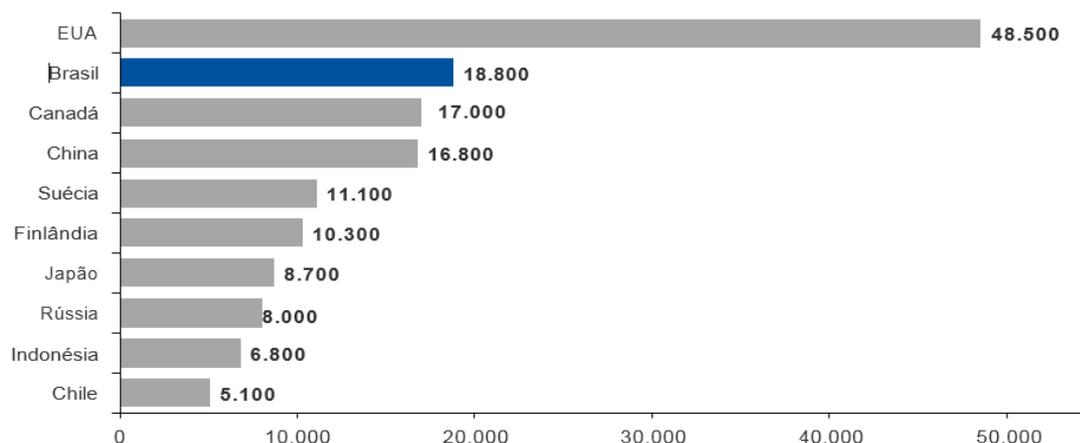
celulose, apresentam as maiores limitações em relação à produtividade de pinus e madeira, o que corrobora o fato de o deslocamento geográfico da indústria de celulose estar relacionado com as condições das regiões obterem maior produtividade de matéria prima.

4.2 MERCADO INTERNACIONAL DA CELULOSE

A celulose é uma *commodity* comercializada internacionalmente. Lamoso (2018) caracteriza a *commodity* como uma mercadoria com baixa transformação industrial, e com pouco valor agregado. Sendo seus preços estabelecidos através da competição, e não pela sua diferenciação, é uma característica das commodities a padronização. Sua comercialização depende de infraestrutura sustentada numa rede técnica, com suporte estável, regular e de custos compatíveis, em condições de movimentações de carga por corporações internacionalizadas ou outros agentes que compõe o circuito produtivo.

Em 2015, as exportações do mercado internacional representaram um mercado de US\$ 30,8 bilhões, ao passo que as importações movimentaram mais de US\$ 34 bilhões. O Brasil figura entre os maiores produtores mundiais de celulose, estando apenas atrás dos Estados Unidos (Gráfico 4). É importante destacar que a evolução da indústria de papel e celulose no Brasil é mais recente que nos países da América do Norte e Europa.

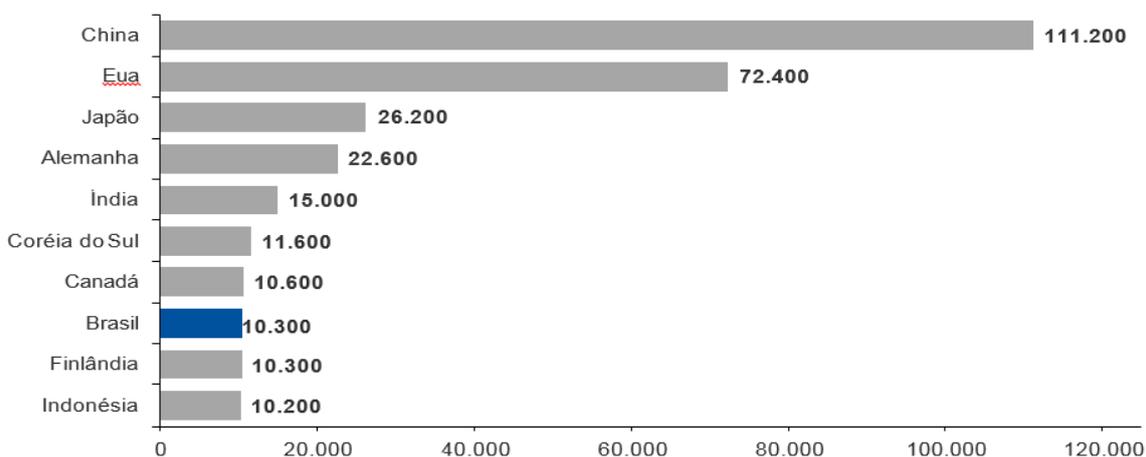
Gráfico 4 – Ranking dos Principais Produtores de Celulose, mil toneladas – 2016



Fonte: IBA, Bradesco, 2018.

Já dentre os maiores produtores de papel (Gráfico 5), destaca-se a China, com uma produção anual de mais de 111,2 bilhões de toneladas em 2016, encontrando-se o Brasil na oitava posição, com produção anual de 10,3 bilhões de toneladas, naquele mesmo ano (IBA, Bradesco, 2018).

Gráfico 5 – Ranking dos Principais Produtores de Papel, mil toneladas – 2016

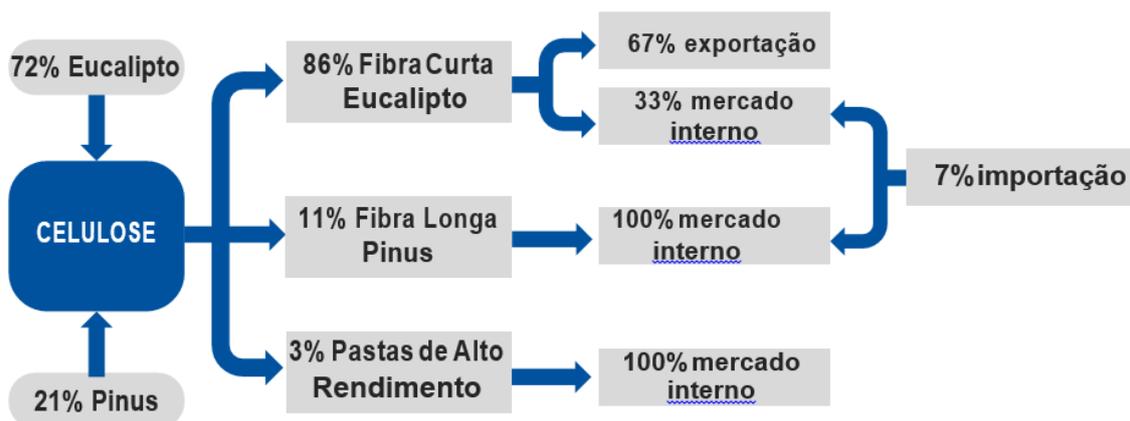


Fonte: IBA, Bradesco, 2018.

Em 2016, 72% de toda a produção de celulose brasileira decorreu das plantações de eucalipto e apenas 21% proveio das plantações de pinus. De toda a celulose produzida, 86% foi destinada à produção de fibra curta, de eucalipto (sendo mais da metade desta exportada), e o restante destinou-se à produção de fibra longa e pastas de alto rendimento (utilizadas integralmente no mercado interno) (IBA, Bradesco, 2018). Nesse passo, o Brasil é o maior produtor mundial de fibra curta.

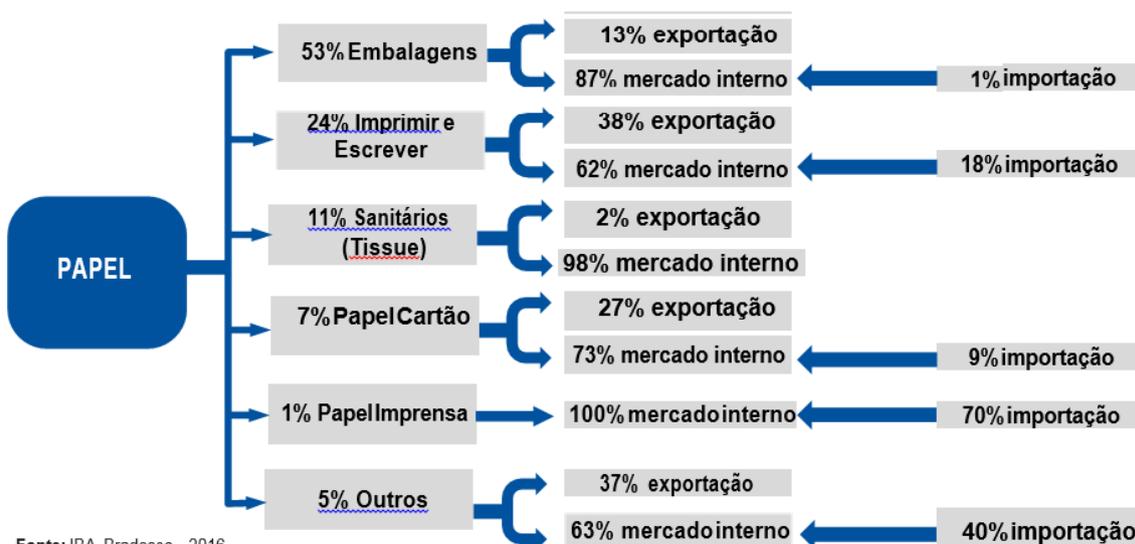
O perfil do mercado brasileiro de produção de celulose e papel encontra-se descrito nas figuras 5 e 6:

Figura 5 – Perfil do mercado de celulose



Fonte: IBA, Bradesco, 2018.

Figura 6 – Perfil do mercado de papel



Fonte: IBA, Bradesco – 2016

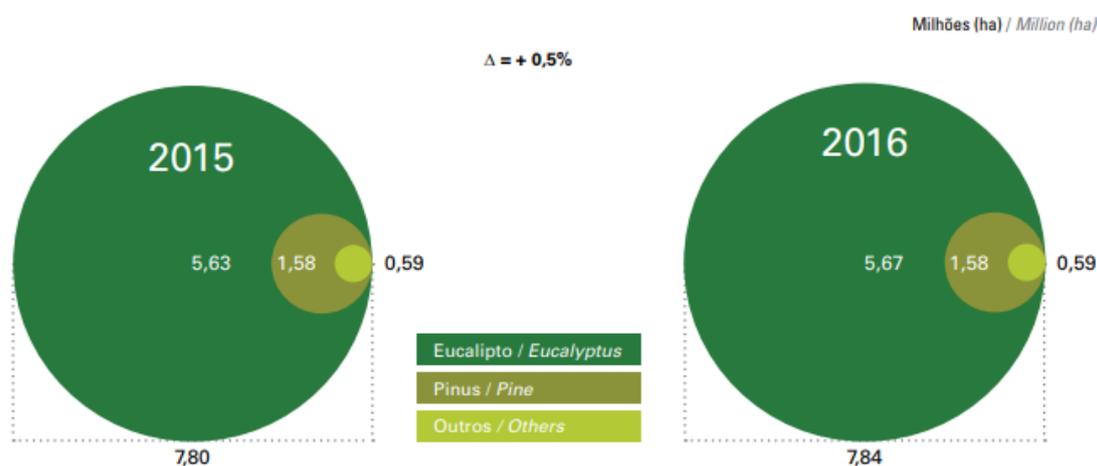
Fonte: IBA, Bradesco, 2018.

Já no ano de 2017, segundo a Indústria Brasileira de Árvores, foram produzidas no Brasil 19.492.000 toneladas de celulose, das quais foram exportadas 13.199.000 toneladas e importadas 211.000 toneladas, obtendo um saldo de U\$6.173 milhões na balança comercial. Do mesmo modo, foram produzidas 10.477.000 toneladas de papel, exportadas 2.114.000 toneladas e importadas 758.000 toneladas, originando um saldo de U\$1.075 milhões na balança comercial (IBÁ, Bradesco, 2018).

Segundo levantamento realizado no primeiro semestre de 2017, das *commodities* agrícolas, a celulose é o 8º produto mais exportado pelo Brasil, atrás de

produtos como soja, minérios de ferro e seus concentrados, óleos brutos de petróleo, automóveis de passageiros e açúcar de cana, mas na frente de produtos como café, aviões, carne bovina, veículos de carga, etc. Como demonstrado na Figura 6, em 2016 houve um crescimento de 0,5% no total de área de árvores plantadas no Brasil com relação ao ano de 2015, totalizando 7,84 milhões de hectares. Mencionado aumento foi devido exclusivamente ao avanço das áreas de eucalipto, sem qualquer acréscimo com relação ao pinus ou outros gêneros, que permaneceram inalteradas no período (IBÁ e PÖYRY, 2017).

Figura 7 – Área de árvores plantadas



Fonte: IBÁ e PÖYRY, 2016.

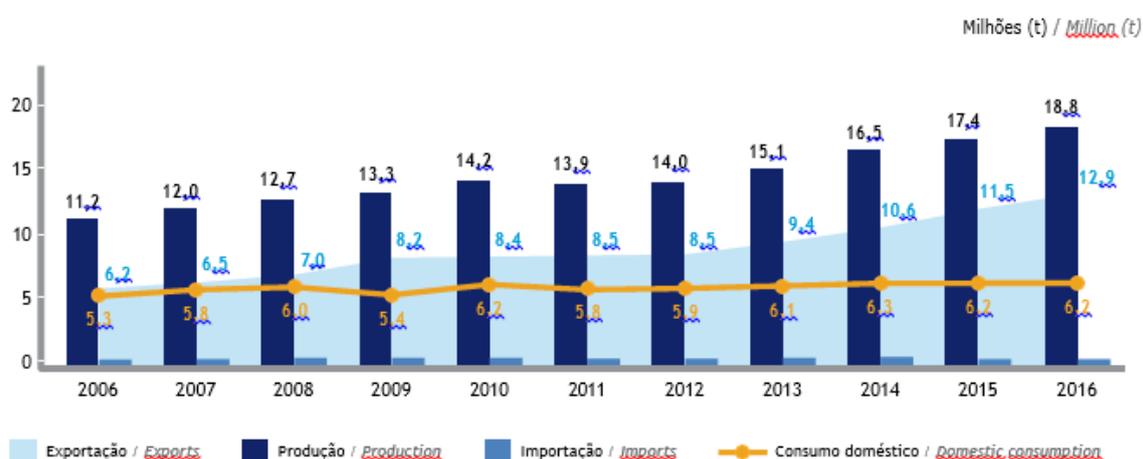
Dos quase 5,7 milhões de hectares de monoculturas de eucalipto plantadas no Brasil, a maior parte localiza-se nos estados de Minas Gerais (24%), São Paulo (17%) e Mato Grosso do Sul (15%), não deixando o Paraná de ter também uma produção significativa (IBÁ e PÖYRY, 2017).

Ademais, destaca-se que do total de 7,84 milhões de hectares de árvores plantadas em território nacional em 2016, 34% pertencem a empresas do setor de produção de papel e celulose, seguida por produtores independentes e estimulados pelo programa de fomento florestal (29%) e, em terceiro lugar, empresas de siderurgia a carvão vegetal (14%) (IBÁ e PÖYRY, 2017).

Portanto, a produção nacional de celulose consolidou-se no mercado mundial da *commodity*, produzindo 18,8 milhões de toneladas em 2016, das quais foram

exportadas 12,9 milhões de toneladas, e consumidas 6,3 milhões de toneladas, tendo um aumento de 8,1% em relação ao ano de 2015. Em sentido contrário, a produção de papel chegou a 10,3 milhões de toneladas, volume menor do que o produzido no ano anterior, em razão da retração das vendas domésticas (IBÁ, SECEX, FAO e PÖYRY, 2017). A evolução da produção e consumo da celulose e do papel podem ser observadas nos Gráficos 6 e 7.

Gráfico 6 – Histórico da produção e consumo de celulose no Brasil, 2006-2016



Fonte: IBÁ, SECEX e PÖYRY, 2016

Gráfico 7 – Histórico da produção e consumo de papel no Brasil, 2006-2016



Fonte: IBÁ, SECEX e PÖYRY, 2016.

Os gráficos acima demonstram que a produção de papel é influenciada pelo consumo interno, ao passo que a produção de celulose é menos dependente do consumo interno e mais atrelada ao mercado internacional. O comportamento dos países importadores de papel e celulose varia conforme seus indicadores econômicos. Segundo Salles et al. (2011), quanto maior o PIB per capita dos países importadores, menos importam papel e mais importam celulose. A explicação se dá na relação do nível de industrialização com o PIB per capita, portando, países mais industrializados com maior PIB per capita demandam mais matéria prima, celulose, para produção de papel. Isso ajuda a explicar o caso da China, que com índices crescentes do PIB e aumento da classe média, se apresenta em 2016 como o maior importador de celulose (quantidade) do Brasil.

Apesar da produção de celulose ser voltada para exportação, o dólar valorizado pode afetar o setor, uma vez que algumas empresas como a Klabin têm dívidas em dólar, aumentando o custo das despesas financeiras. Da mesma maneira, o custo de exportação que envolve transporte oceânico, encargos portuários e tarifas aduaneiras. Em um setor como o de celulose, que tem margens estreitas, para Fisher (2015), os custos com exportação são significativos em relação ao custo de produção.

Em 2015, o Brasil foi o país que apresentou o menor preço médio por tonelada exportada, U\$ 572,00. O preço mais competitivo no mercado internacional se deve por ter apresentado o menor custo de produção global por tonelada de celulose entre os países, U\$ 235,00. Os dados da FIEP (2016) ainda demonstram que o total da produção de celulose em 2015 foi de 17,3 milhões de toneladas, e de papel 10,3 milhões. Porém, a receita líquida de vendas de ambos os setores foi de R\$13,5 bilhões e R\$ 18 bilhões, respectivamente. O valor de transformação do setor de papel também é maior que o setor da celulose, representando uma maior intensidade tecnológica desse setor. A produção de riqueza por trabalhador é maior no setor de papel, propiciando maior acumulação de capital.

4.3 CENÁRIO ATUAL DA SILVICULTURA BRASILEIRA

De acordo com a Pesquisa da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) 2017, do Censo Agropecuário, o valor de produção da silvicultura e da extração vegetal somou, em 2017, R\$19,1 bilhões, com um aumento de 3,4% em

relação ao ano anterior. Deste total, 77,3% advieram da silvicultura, e 22,7% da extração vegetal. Importante ressaltar que a indústria de papel e celulose, na produção de madeira, gerou R\$5,1 bilhões em 2017, sendo, portanto, o setor que originou o maior valor de produção, que adveio principalmente das regiões Sul e Sudeste do país, responsáveis por 62,3% deste valor (IBGE, 2018).

Dentro deste quadro, o Município de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, liderou o ranking nacional, produzindo R\$387,5 milhões, mas foi o Estado do Paraná que obteve o maior valor de produção da silvicultura, R\$3,3 bilhões, superando Minas Gerais, que apresentou o resultado de R\$3,2 bilhões, em 2017. Impulsionado pelo seu novo parque industrial, o Paraná teve um crescimento de 15,6% no valor de produção de madeira em tora para papel e celulose (IBGE, 2018).

Em relação às áreas plantadas de florestas, 95,8% são de pinus e eucalipto. O eucalipto corresponde a 75,2% das áreas de florestas plantadas, um total de 7,4 milhões de hectares. Minas Gerais, com quase 2 milhões de hectares de área plantada, continua com a maior área, seguido do Paraná, com 1,6 milhão de hectares. O município de Três Lagoas lidera o ranking de áreas plantadas, com 245 mil hectares, seguido de outro município mato-grossense, Rio Pardo, com 215 mil hectares, e em terceiro lugar o município de Telêmaco Borba, com 159 mil hectares, todos com predomínio de eucalipto (IBGE, 2018).

4.4 CAPITAL E TRABALHO

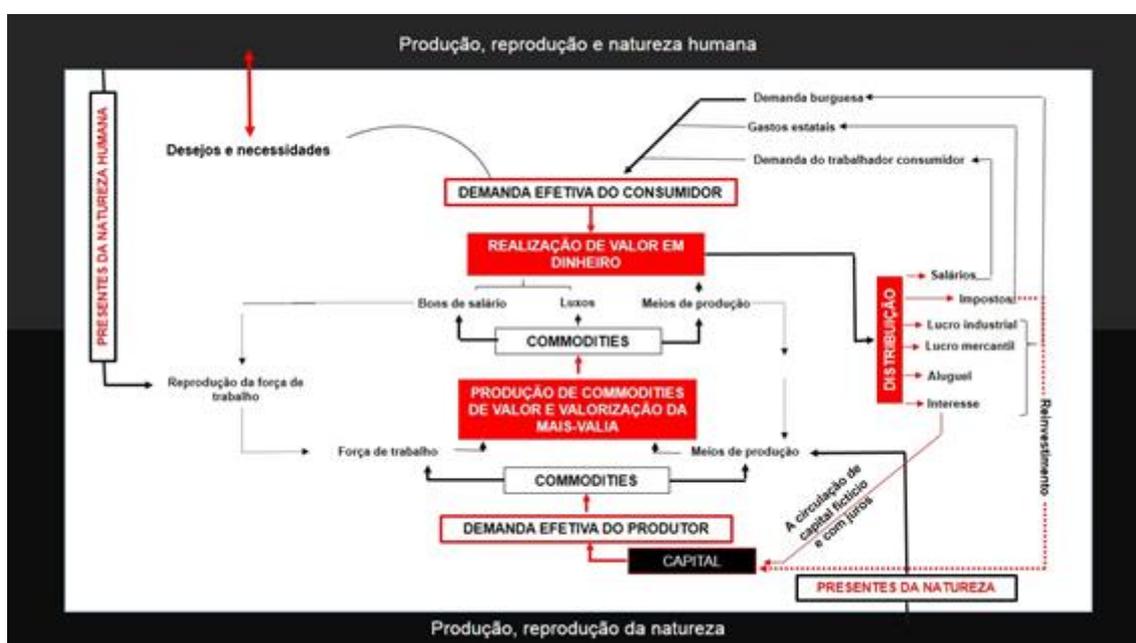
Desde a modernização conservadora da agricultura brasileira, o capital financeiro está cada vez mais integrado com a agricultura, passando a dominá-la, perseguindo acumulação através da renda da terra (DELGADO, 2003).

Estudando três empresas do setor de papel e celulose, Chagas e Machado (2012) concluíram que existe uma tendência de distribuição do valor adicionado do setor, porém, o principal beneficiário foi o capital financeiro através de suas instituições, situação que pode ser explicada pela utilização de recursos externos para financiamento da atividade. Já os governos e os acionistas detêm a menor distribuição do valor adicionado do setor.

A posição do Brasil como exportador de celulose é condicionada pelas suas vantagens competitivas no mercado internacional. Estas não significam necessariamente ganhos para o território que a produz, uma vez que tal vantagem

competitiva, colocada como propulsora de desenvolvimento, é a capacidade de o capital explorar recursos naturais, força de trabalho e usufruir da estrutura do Estado de maneira mais eficiente, ou seja, com menor contrapartida possível, para vender mais barato a mercadoria e ainda acumular capital. A estrutura de relações entre os processos envolvidos na produção de *commodities* para acumulação de capital foi muito bem ilustrada por Harvey (2017) em um diagrama constante na Figura 8.

Figura 8 - Esquema da dinâmica do capital na produção de commodities



Fonte: Harvey, 2017.

O agronegócio da celulose demonstra que o Brasil também não superou a condição de agroexportador e que está submetido aos interesses dos países centrais. O valor agregado do setor de papel é maior em relação à celulose, e nesse caso, na Divisão Internacional do Trabalho, o Brasil tem a função de exportador de matéria prima, uma vez que sua produção de papel é destinada em maior parte para o mercado interno (MONTEBELLO, 2013).

Ressalta-se que o processo de liberalização comercial do setor da celulose nos últimos vinte anos colocou entre suas características mais marcantes uma mudança no controle societário das empresas, fundamentado no controle compartilhado entre sócios nacionais e estrangeiros e formação entre grupos nacionais, acelerando os

processos de fusão e aquisição. Outra característica relevante foi o aumento da produtividade do trabalho na indústria de celulose (MONTEBELLO, 2013).

Nesse contexto, recentemente foi aprovado, na fase de avaliação concorrencial pelos órgãos reguladores internacionais, o processo de combinação de operações e acionárias entre a Fibria e a Suzano Papel e Celulose. Após conclusão prevista para 2019 da reorganização societária, a empresa será a quarta companhia mais valiosa do Brasil, com exceção das instituições financeiras. Terá capacidade de produção de 11 milhões de toneladas de celulose e 1,4 milhões de toneladas de papel, também contará com 37 mil trabalhadores diretos e 11 mil indiretos, além de 11 unidades fabris. Até setembro de 2018, em um ano, as duas companhias geraram um volume de exportação de U\$ 26 bilhões. Os recursos para o pagamento devido aos acionistas da Fibria, no valor de U\$ 9,2 bilhões, têm origem na contratação de financiamento juntamente a instituições financeiras internacionais (Revista O Papel, 2018).

Com relação à Klabin, em 2017, a empresa teve um volume de venda de 3,2 milhões de toneladas de papel e celulose e uma receita líquida de R\$ 8,3 bilhões. O número de trabalhadores na companhia nesse ano era de 19.931, sendo 14.404 trabalhadores indiretos, e 5.171 indiretos, além de 356 estagiários e aprendizes (KLABIN, 2017). Já a Fibria, no mesmo período, contava com 13.335 trabalhadores terceirizados permanentes e 5.009 empregados próprios (FIBRIA, 2017).

Considerando que as maiores empresas de celulose do país são de capital aberto e são controladas por grupos nacionais e internacionais, destaca-se que o controle acionário da Klabin continua majoritariamente nas mãos do grupo da família, a Klabin Irmãos e Cia. Contudo, parcelas das ações da Klabin são de capital estrangeiro e do BNDES, como apresentado na Tabela 5.

Tabela 5: Controle acionário da Klabin em janeiro de 2018

Acionista	Controlador	Nacionalidade Majoritária	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais	
			Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Klabin Irmãos & Cia	sim	Brasileira	941.837.080	50,4	0	0
Capital World Investors	não	Norte Americano	60.208.500	3,22	240.834.000	8,14
Monteiro Aranha S/A	não	Brasileira	55.333.872	2,96	221.366.938	7,48
The Bank Of New York Department	não	Norte Americano	54.419.292	2,91	217.677.168	7,36

BNDES Participações S/A - BNDESPAR	não	Brasileira	42.554.908	2,28	170.219.632	5,75
BlackRock Inc	não	Norte Americana	41.730.587	2,23	166.922.348	5,64
Niblak Participações S/A	sim	Brasileira	142.023.010	7,6	0	0
Ações em Tesouraria	não		30.736.688	1,66	122.946.752	4,16

Fonte: Econoinfo, 2018.

O número de empregos no setor da celulose no Brasil, em 2015, era de 15.893, e no setor de papel 41.998; já o montante de salários pagos foi de R\$ 1,1 bilhão e 1,6 bilhões, respectivamente. Mesmo tendo mais que o dobro de empregos, o total de salários pagos para os trabalhadores da indústria de papel é apenas 1,5 vezes maior (FIEP, 2016). Em 2017, o setor florestal brasileiro criou 5,8 mil novas vagas de trabalho, porém as atividades de produção florestal, relacionadas ao plantio de “florestas” comerciais, perdeu quase 2 mil empregos formais no ano. De 2012 a 2017, o Setor Florestal acumulou a redução de 52 mil empregos em suas companhias. Nesse período, a Indústria de Papel e Celulose teve um crescimento acumulado de empregos de 30% (FUNCHAL, 2017).

A queda do número de empregos principalmente na silvicultura pode ser relacionada ao extraordinário desenvolvimento tecnológico das máquinas agrícolas do setor, que está substituindo o trabalho humano. O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Telêmaco Borba, Albani Betim, relata em relação à contratação de pessoal na Silvicultura pela Klabin na região do Território Caminhos do Tibagi que: “A empresa não contrata mais ninguém praticamente. Hoje o operador faz tudo. Serviço que fazia com 500, 600, hoje faz com cem” (BETIM, 2018).

Outro aspecto ligado às relações de trabalho é a reforma trabalhista, sancionada pelo presidente Temer em julho de 2017, que dá mais segurança jurídica para as empresas contratarem outras firmas para prestação de serviços. A terceirização é uma realidade que já existia no setor florestal, e agora passou a ser impulsionada. Segundo Betim (2018), os terceirizados ganham menos que os contratados diretos da Klabin, muitos são trabalhadores temporários, e as condições de trabalho pioraram: “O cara que pega só o salário, o piso regional mínimo, tá passando aperto. Muitos temporários trabalham por dia, levando a marmitta de casa. Sai de madrugada de casa, 5 horas tá em pé e só volta à noite”.

Para abastecer as duas fábricas da Klabin no Território Caminhos do Tibagi, a empresa colhe e transporta diariamente 30.000 toneladas de madeira, o que equivale ao corte diário de 250 hectares. Para transportar toda essa madeira, estima-se que seja necessário entre 800 a 900 caminhões, sendo que grande parte destes caminhões são terceirizados.

Uma parcela significativa da produção de riquezas do setor tem origem na atividade denominada de fomento florestal para produção de pinus e eucalipto. O fomento consiste basicamente na produção de madeira em terras de terceiros. No caso do Território Caminhos do Tibagi, apesar de a maior parte da produção de madeira da Klabin ser própria, foi detectado através de alguns contratos entre proprietários de terra e a empresa, além de conversas com trabalhadores do setor, 2 modalidades de fomento: uma é referente somente ao fornecimento de mudas, e outra ao fornecimento de mudas, implantação da monocultura e um ano de manejo (modalidade empreendimento). Os contratos entre a Klabin e os fomentados preveem que na colheita o fomentado repasse parcela da produção para a empresa.

O consumo de eucalipto de terceiros, que seriam produtores independentes e fomentados, é uma tendência nacional, uma vez que segundo a FIEP (2016), em 2015, o consumo próprio de eucalipto das indústrias de celulose correspondia à apenas 25%, enquanto o consumo de eucalipto de terceiros 75%. Para Fischer (2012), os principais motivos apontados pelas empresas para adoção do fomento se baseia em:

[...] menores investimentos e redução de custos com a imobilização em terras; uso de terras ociosas para formação de florestas; incentivos ao uso múltiplo do solo; uso de mão de obra familiar em períodos de entressafra; aumento de produção de madeira em regiões vizinhas às instalações industriais; aumento da disponibilidade e oferta de madeira no mercado; redução da dependência do mercado no suprimento de madeira. Esses objetivos orientam-se para o aumento da base florestal com aumento da oferta de madeira [...] (FISCHER, 2012, p.15).

As condições para o fomento são que as propriedades prioritariamente estejam num raio de 150 quilômetros de alguma das fábricas, que a documentação da propriedade esteja sem irregularidade, e que as áreas para o plantio tenham mais de 1 hectare. Na modalidade empreendimento, priorizam-se áreas de plantio acima de

25 hectares, e quando menores, que estejam próximas a áreas com reflorestamentos maiores. Existe um comprometimento por parte da empresa para que os fomentados passem a se enquadrar na certificação do FSC (Forest Stewardship Council). A madeira não certificada é comprada por aproximadamente 5 reais a menos a tonelada.

Na modalidade do fomento empreendimento, consta nos contratos que o agricultor ou empresário rural detentor da terra ficará com 45% a 55% da produção de madeira, e a outra parte será da Klabin. O produtor tem a opção de vender sua parte para a própria Klabin ou para outro comprador. Para Soares et al (2010), as modalidades de fomento são consideradas modelos de integração, que são fundamentados em contratos de parcerias entre as empresas e agricultores.

Diesel et al. (2006), Pedrão (2004) e Pedreira (2004) afirmam que as vantagens para as empresas no fomento para o plantio de eucaliptos consistem na diminuição de despesas referentes à fiscalização; redução de investimento imobilizado, pela opção de não comprar terras; transferência de monitoramento, proteção contra roubo das plantações e outros riscos aos agricultores; e isenção de responsabilidade trabalhista ou ambiental, que no fomento recai sobre o proprietário das terras. Segundo Betim (2018), o fomento também contribui para desorganização dos trabalhadores, já que “Os fomentados não se sindicalizam”.

Para Fernandes (2008), a subalternização dos agricultores, promovida pelo capital (agronegócio) através da terceirização da sua produção, ou da expropriação através da verticalização, que controla todas as suas etapas, é um modo de expandir seu território e se territorializar.

5 TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para analisar o Agronegócio Florestal no Território Caminhos do Tibagi, é importante que não se limite o estudo somente em uma ou outra dimensão desse espaço geográfico. Para tanto, se faz necessário dar sentido aos conceitos de onde se tem o ponto de partida para esse estudo: como território, desenvolvimento sustentável.

5.1 TERRITÓRIO

O território não é tão somente um espaço delimitado por seus limites administrativos. Pode se dar diversos sentidos a este termo, dependendo da área de conhecimento que o está analisando, sendo que, exemplificativamente, para o geógrafo o termo será analisado sob uma perspectiva, ao passo que pelo cientista político será sob outra, bem como pelo economista ou pelo antropólogo (HAESBAERT, 2004).

Raffestin (1993), assim como Santos (1988), chama a atenção para as diferenças entre os termos território e espaço, devendo-se considerar que aquele “se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível” (RAFFESTIN, 1993). Território e espaço não se confundem, portanto, já que território é mais que apenas uma delimitação física, mas que reúne uma série de características semelhantes, como seus recursos naturais, culturais, as relações de apropriação e poder daquele espaço, impondo limites e fronteiras, construindo uma significativa relação de identidade com aquele local.

Assim, continua o autor afirmando que

[...] o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que o envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço, já é uma apropriação [...]. (RAFFESTIN, 1993, p. 144)

É comum dentro dos movimentos sociais e populares o uso do termo “territórios em disputas”. Fernandes (2009) coloca que esse termo surge dos territórios camponeses e indígenas na Bolívia, na disputa desses territórios entre a expansão da exploração capitalista e a resistência que as terras indígenas, camponesas e de agricultores familiares apresentaram. Portanto, o conceito de território para a Via Campesina e para o Banco Mundial não serão os mesmos.

Esses espaços são marcados pelas relações materiais e imateriais, à medida que podemos observar as relações de poder definindo a ideologia, os pensamentos, a teoria, os conceitos, os métodos e as metodologias (FERNANDES, 2008). A conflituidade dos territórios, para Fernandes (2014), não é o conflito em si, mas o conjunto de conflitos relacionados às disputas territoriais, que envolvem os diferentes modelos de desenvolvimento para o território.

5.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento se confirma categoricamente como parte da agenda política internacional após a Segunda Guerra Mundial, diante do Plano Marshall e do Ponto 4 do discurso de Truman (em 1949), em um contexto iminente de surgimento da Guerra Fria, na qual URSS e EUA buscam impor aos demais países o compromisso de transformações de ordem socialista ou capitalista, respectivamente.

Partindo da divisão temporal e geracional sugerida por muitos autores, entende-se majoritariamente que na primeira geração, que se deu aproximadamente entre 1945 e 1970, o desenvolvimento ocorre apenas através do incentivo ao crescimento econômico (AMARO, 2004). Esse, por seu turno, se dá em razão da industrialização, que demanda primeiramente a acumulação de capital, principalmente diante da grande oferta de mão-de-obra (MEIER, 2005), a qual, por fim, convalida a distribuição desigual de rendimentos.

Independentemente do modelo seguido (etapas do crescimento de Rostow ou industrialização por substituição de importações, etc.), exigia-se uma grande interferência estatal, a exemplo de políticas públicas de regulação de preços, já que ocorriam grandes falhas de mercado (MEIER, 2001).

Entretanto, não foram poucas as críticas aos erros do Estado por seus programas e planos intervencionistas, notadamente quanto às distorções de preços por estes promovidas (MEIER, 2001). É diante desse contexto que ressurgiu a

economia neoclássica (com os denominados “Chicago Boys” e Friedman), quando a conjuntura econômica, política e social é marcada pela mudança do sistema de produção fordista para o pós-fordista, acarretando no fim do sistema Bretton Woods, e pelas crises petrolíferas de 1973 e 1979/1980.

A segunda e nova geração de políticas acerca da microeconomia e da “mão invisível” do mercado (paradigma que ainda persiste relacionado às abordagens de desenvolvimento) volta-se, nesse momento, para a industrialização decorrida das exportações. Motivou principalmente, através da neoliberalização das economias globais, pelo “Consenso de Washington”, que trouxe os “ajustamentos estruturais” e a “estabilização” (WILLIAMSON, 1994), a privatização das empresas públicas e a desregulação econômica e financeira, a fim de responder aos desafios trazidos pelo desenvolvimento.

Através das imposições decorrentes da assistência financeira prestada pelo FMI, principalmente para países sul-americanos e africanos, e dos programas de ajustamento do Banco Mundial, criou-se uma lista de determinações que serviriam para qualquer cenário.

Entretanto, surgiu, em meados da década de 1960, na América Latina, uma das mais importantes críticas ao desenvolvimento dominante, denominada de Escola da Teoria da Dependência, a qual contestava, sobretudo, as teorias da modernização que traziam a ideia de que o “subdesenvolvimento” seria a ausência de desenvolvimento. Mencionado movimento estendeu-se a diversas regiões do hemisfério sul, as quais traziam, evidentemente, suas próprias variantes ideológicas e metodológicas. Defendia-se que o subdesenvolvimento fazia parte do mesmo processo econômico, sendo, portanto, o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” (FRANK, 1970).

Acrescenta-se ainda às críticas feitas ao desenvolvimento a referente aos “limites do crescimento”, que foi confirmada no Clube de Roma, em 1972, quando também a ONU realizou a Conferência de Estocolmo, promulgando vários princípios que pretendiam compatibilizar objetivos da sustentabilidade ambiental com os do desenvolvimento econômico. Ainda, houve várias condenações à visão restrita de que o desenvolvimento seria um processo puramente econômico, desencadeando um diálogo crescente entre organizações acadêmicas e internacionais, como OIT e ONU, surgindo concepções de um desenvolvimento voltado para as pessoas (FERREIRA; RAPOSO, 2017).

Foi assim que essas críticas cooperaram para o que passou a se chamar de desenvolvimento humano e desenvolvimento social, em defesa de um panorama normativo e político voltado para a garantia de direitos sociais, colocando à parte questões puramente relacionadas ao sistema capitalista. A propagação desses conceitos se deu, sobretudo, a partir da metade da década de 1990, visando principalmente trazer respostas transformadoras para questões relacionadas à desigualdade e exclusão social, ao desemprego e à pobreza, decorrentes do neoliberalismo e das crises dos anos 1970 e 1980 (FERREIRA; RAPOSO, 2017).

Quanto ao “desenvolvimento sustentável”, atribui-se geralmente a sua conceituação ao Relatório *Our Common Future*, que foi organizado em 1987 pela Comissão Brundtland (CMAD – Comissão Mundial de Ambiente e Desenvolvimento), conforme a qual o desenvolvimento sustentável se dá quando “satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem igualmente as suas necessidades” (COMISSÃO DE BRUNDTLAND, 1987).

Posteriormente, a década de 1990 foi caracterizada pelo amplo debate sobre questões ambientais e mudanças climáticas. Assim, no ano de 1992, na Cimeira da Terra, também conhecida como Eco-92, que tinha como objetivo debater os problemas ambientais mundiais, da discussão acerca de um desenvolvimento viável, na qual se tratou dos sistemas bióticos e das suas possíveis conturbações, destacando-se a necessidade de recuperação das atividades perante isso (VIEIRA, 2006), decorreram a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e a Agenda 21 (POLICARPO, 2009). Desse modo, foi após a Eco-92 que o termo desenvolvimento sustentável consagrou-se na sociedade mundial.

Também nesta mesma década foi elaborada a Carta da Terra, a qual se baseia “em princípios e valores fundamentais, servindo como um código ético planetário e complementando a Declaração Universal dos Direitos Humanos no que concerne à sustentabilidade, à equidade e à justiça social” (POLICARPO, 2009), e que foi adotada pela ONU em 2002.

Uma década após a realização da Cimeira da Terra, ocorreu em Joanesburgo, na África do Sul, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, ou Rio+10. Mais 10 anos depois, em 2012, realizou-se no Rio de Janeiro a Cimeira da Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), a qual reiterou os Objetivos de

Desenvolvimento do Milênio, e esboçou sugestões para o desenvolvimento sustentável no mundo.

Apesar de todo o esforço de grande parte da comunidade internacional em se comprometer com uma agenda preocupada com o desenvolvimento sustentável nos referidos eventos, buscando maior cuidado com os recursos naturais, houve alarmante aumento nos índices relativos ao desmatamento e à fome ao longo dos anos 90 e início do século XXI, a exemplo do que constou no relatório do Painel de Alto Nível do Secretário Geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global (2012), segundo o qual aproximadamente 16 milhões de hectares de floresta foram, por ano, transformados para outros usos ou perdidos (FERREIRA; RAPOSO, 2017).

Ainda, em que pese a modernização da agricultura ter trazido mais produtividade ao setor, ao mesmo tempo fez com que grande parte das populações rurais se deslocassem de seus locais de origem buscando oportunidades de emprego, o que acabou por desencadear também o inchaço das zonas urbanas, que, despreparadas para o grande contingente de novos habitantes, foram sendo ocupadas de forma precária e desordenada, empurrando esses cada vez mais para as periferias dos centros urbanos (CANADAS; NOVAIS, 2014).

Diante desse preocupante contexto, foram sendo elencados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), levados, em 2015, à 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP-21), realizada em Paris. As tratativas acerca dos ODS geraram uma expectativa positiva ao serem elaborados de maneira participativa pelos 30 Chefes de Estado integrantes, bem como por organizações da sociedade civil.

Portanto, assim ficaram estabelecidos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável:

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;

6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
8. Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo, e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
12. Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis;
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionando o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas para todos os níveis;
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalização a parceria global para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2016).

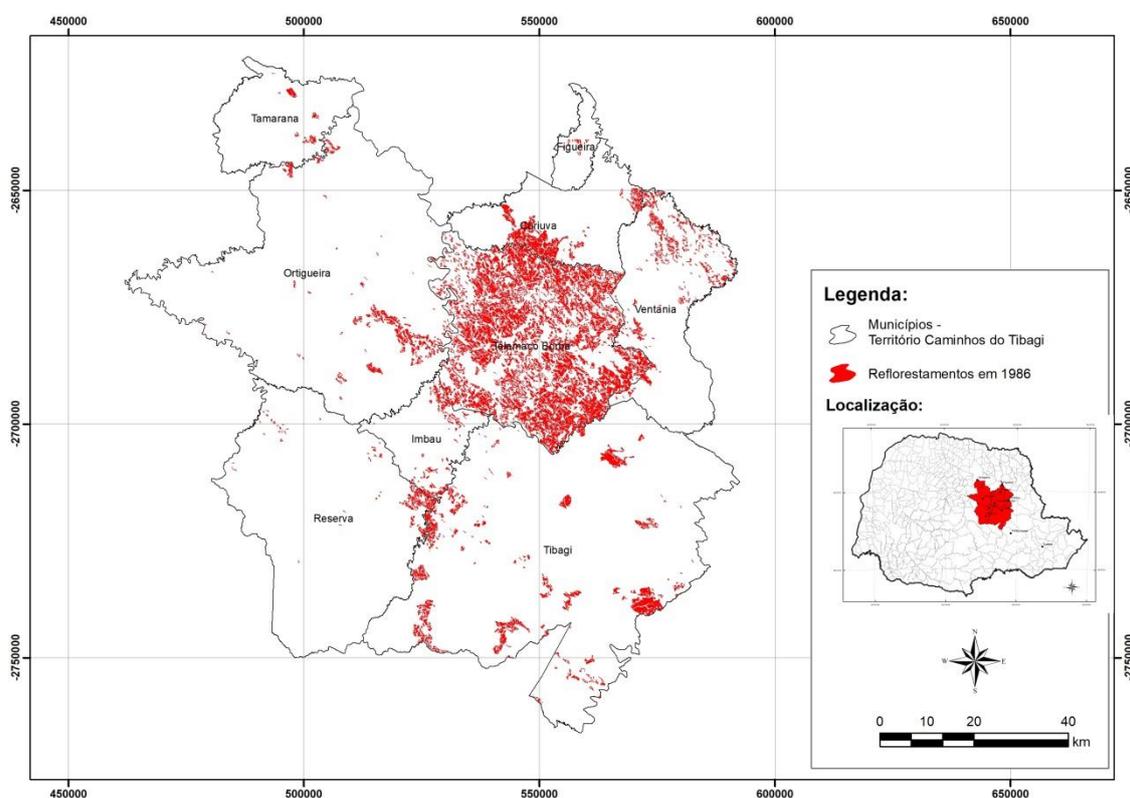
Pôde-se ver anteriormente que o desenvolvimento sustentável é utilizado como slogan, e ferramenta de marketing para um dos modelos de produção do espaço do Território Caminhos do Tibagi, através de um dos atores do território. A resignificação do conceito de desenvolvimento sustentável está no escopo da disputa do território imaterial. Diante da afirmação de que o modelo de desenvolvimento do Agronegócio Florestal promove Desenvolvimento Sustentável, nos cabe entender esse conceito e questionar a compatibilidade dessa afirmação através de suas contradições.

5.3 AVANÇO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO AGRONEGÓCIO FLORESTAL NO TERRITÓRIO CAMINHOS DO TIBAGI

A estratégia de exploração capitalista do Território Caminhos do Tibagi tem seu histórico atrelado, em um primeiro momento, à influência do Estado na doação de terras à família fundadora do Grupo Klabin para a exploração de madeira nativa, e, posteriormente, para plantação de exóticas (pinus e eucalipto) como fonte de matéria-prima da fábrica de papel e celulose do grupo empresarial, instalado no município de Telêmaco Borba.

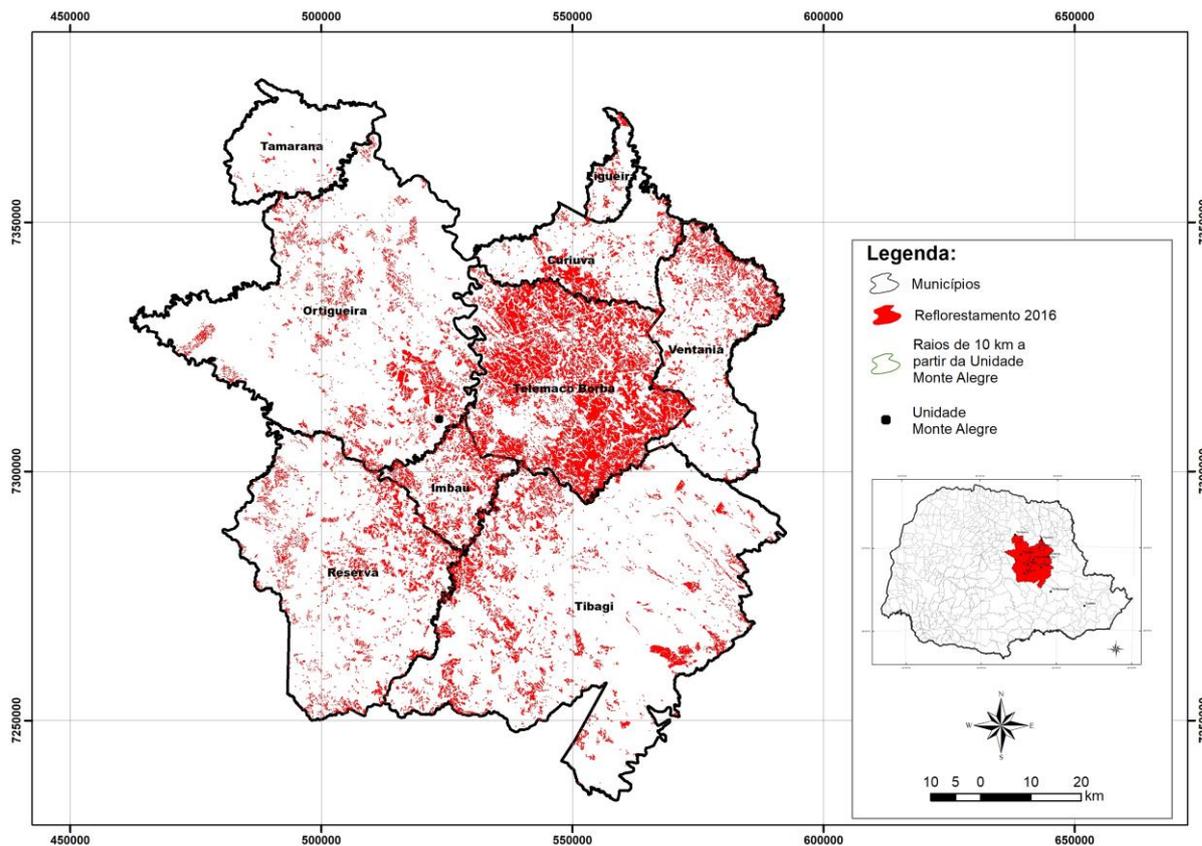
O grupo se apropriou de quase a totalidade do município, sendo atualmente proprietário de mais de 90% de sua área. Como se pode visualizar na Figura 9, o plantio de exóticas para alimentar a indústria não se restringiu às delimitações de Telêmaco Borba, tendo nos últimos 30 anos avançado de maneira significativa nos municípios vizinhos que compõem o Território Caminhos do Tibagi, alterando expressivamente a sua paisagem através do plantio de eucalipto em escala.

Figura 9: Reflorestamento de exóticas no Território Caminhos do Tibagi em 1986



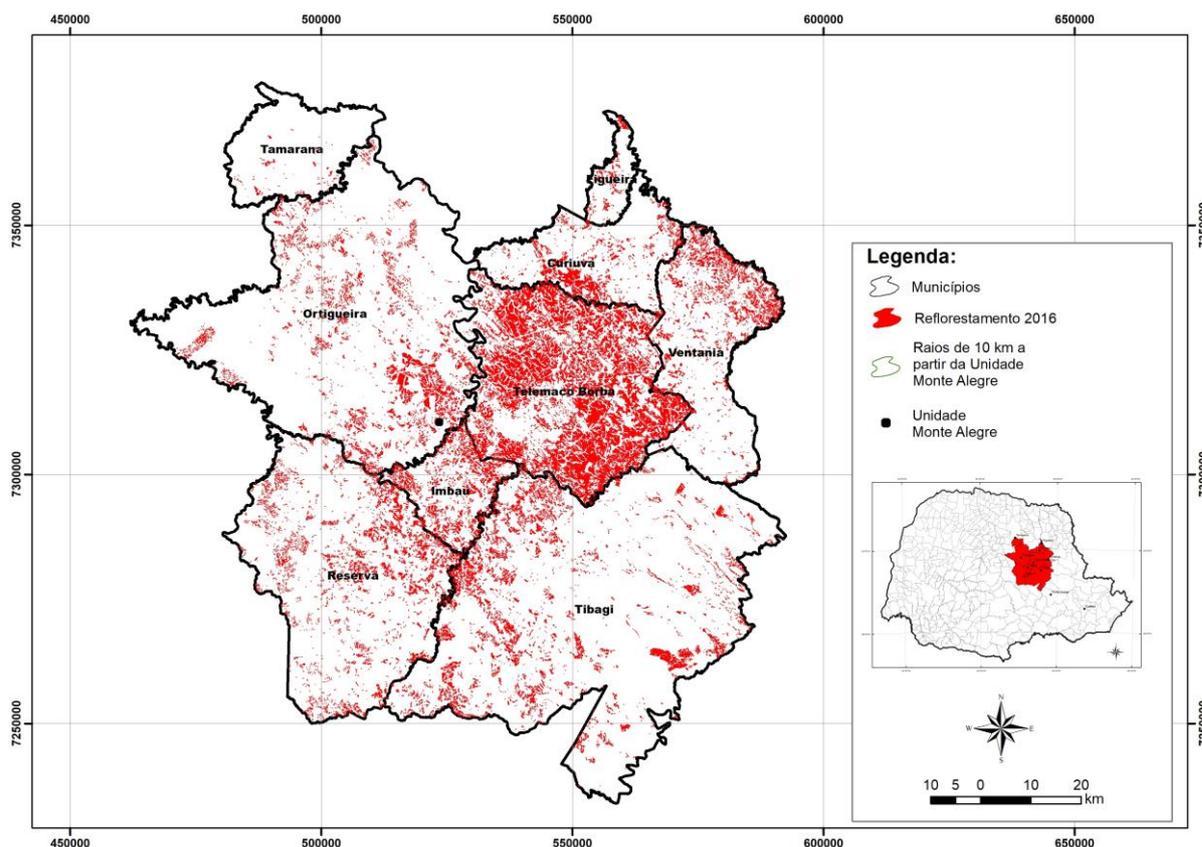
Fonte: Landsat 5, 1986.

Figura 10: Reflorestamento de exóticas no Território Caminhos do Tibagi em 2001



Fonte: Landsat 5, 2001.

Figura 11: Reflorestamento de exóticas no Território Caminhos do Tibagi em 2016



Fonte: Landsat 7, 2016.

O avanço significativo do plantio industrial de florestas territorializa o espaço a partir de sua dinâmica, reorganizando seus arranjos produtivos, econômicos, sociais, institucionais, simbólicos. É mais do que exploração simples da terra e seus recursos naturais. O agronegócio florestal tenta significar esse modelo de exploração do território, como um modelo de Desenvolvimento Sustentável. Além disso, um dos fatores que proporciona o avanço do agronegócio florestal em detrimento de outro modelo de desenvolvimento é o direcionamento dos investimentos do Estado no setor.

5.3.1 O papel do Estado

Os investimentos do Estado em pesquisas e crédito para o avanço da silvicultura com vistas à obtenção de celulose já foram relatados anteriormente. Mas num passado recente, bem como atualmente, a atuação do Estado segue beneficiando de maneira preponderante esse modelo de desenvolvimento. No

território, desde 1984 a Klabin mantém o Programa de Fomento Florestal, e até o final dos anos 2000 contava com um convênio junto à EMATER. No início, a Klabin doava as mudas, e a EMATER se incumbia de dar as orientações técnicas. A ideia era que as propriedades tivessem até no máximo 20% de áreas de eucalipto para usos múltiplos. A contrapartida da Klabin junto ao Estado no convênio foi a doação de 4 carros, conforme relatado pelo Engenheiro Agrônomo da EMATER do Município de Reserva, Marcelo Hupalo (2018).

Após 2008, se iniciaram duas modalidades de fomento, sendo que uma consistia no pagamento da muda quando da comercialização da madeira para a empresa, e outra através do Pronaf, com a empresa de avalista do empréstimo. É sempre relatado pelos agricultores do Território que nesse período houve muito interesse no plantio de eucalipto através dessas modalidades de fomento, pois culminava com o período de corte daquelas mudas doadas, para, segundo a Klabin (2017), diversificar as atividades agrícolas das comunidades, e o agricultor recebia um valor aparentemente alto pela madeira no corte, não fazendo os cálculos da rentabilidade da madeira durante todo o período.

Em 2006, o BNDES aprovou empréstimo de R\$ 1,74 bilhão para a Klabin S.A aumentar a capacidade de produção da Fábrica Monte Alegre, em Telêmaco Borba (BNDES, 2006). Já em 2016, o BNDES financiou 54% (R\$ 3,37 bilhões) do valor da nova fábrica da Klabin em Ortigueira, a Puma (KLABIN, 2016). Por outro lado, no período de 2003 a 2014, o Governo Federal apoiou 22 projetos de infraestrutura da agricultura familiar no Território Caminhos, através do Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf), totalizando apenas R\$ 2,3 milhões (SDT/MDA, 2015).

Esse desbalanço de investimentos por parte do Estado deixa evidente o direcionamento das políticas de desenvolvimento, que favorecem o modelo do agronegócio em detrimento da agricultura familiar. O investimento estatal está no conjunto de fatores que alavancaram significativamente a disponibilidade de matéria-prima nas proximidades da fábrica, como pode se observar na Tabela 6, e sua influência sobre o território através da dependência dos agricultores em comercializar sua produção com a empresa. Com mais oferta de matéria-prima no território, a empresa tem mais controle sobre os preços da madeira, podendo, assim, diminuir seu custo de produção através da diminuição do custo de insumos.

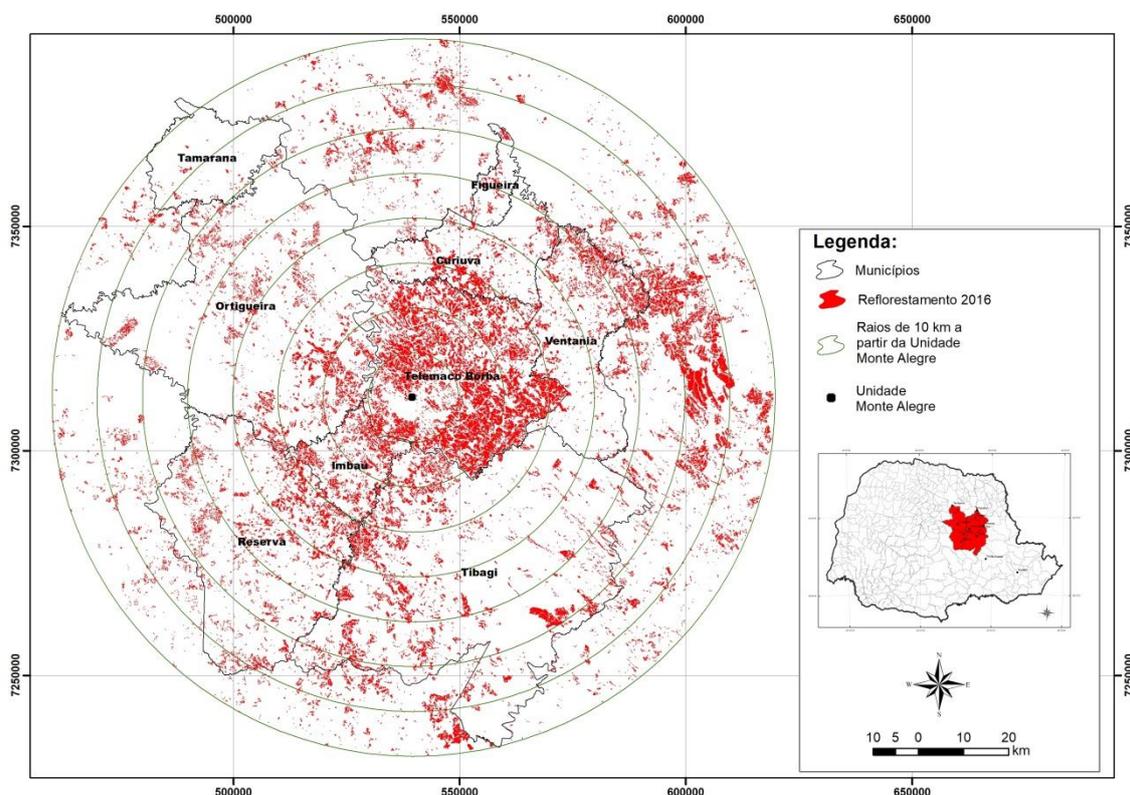
Tabela 6: Reflorestamento nos municípios do Território Caminhos do Tibagi em 1986, 2001 e 2016

Municípios	Área (ha)	Reflorestamento 1986		Reflorestamento 2001		Reflorestamento 2016	
		Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Curiúva	57626	5.424,07	9,41%	5.250,00	9,11%	7452,82	12,93%
Figueira	12.977,00	205,44	1,58%	313,53	2,42%	1268,57	9,78%
Imbaú	33.070,00	2.037,42	6,16%	7919,24	23,95%	8447,03	25,54%
Ortigueira	242.956,00	4.374,70	1,80%	10988,6	4,52%	19868,04	8,18%
Reserva	163.352,00	1.946,28	1,19%	11047,73	6,76%	17842,56	10,92%
Tamarana	47.053,00	602,721	1,28%	287,54	0,61%	636,4	1,35%
Telêmaco Borba	138.286,00	56.346,02	40,75%	69.493,86	50,25%	62792,42	45,41%
Tibagi	295.157,00	11.851,79	4,02%	29648,75	10,05%	27.580,15	9,34%
Ventania	75.937,00	5.105,26	6,72%	7.364,05	9,70%	11842,3	15,59%
Total	1.066.414,00	87.893,70	8,24%	142.313,30	13,35%	157.730,29	14,79%

Fonte: Landsat 5, Landsat 7, 1986, 2011 e 2016.

Como se pode ver, nos últimos 30 anos, com exceção de Telêmaco Borba, que manteve estável o uso do solo destinado ao reflorestamento de exóticas devido à exploração dessa atividade já estar em sua capacidade espacial máxima, e do município de Tamarana, por não estar na zona de influência da Klabin, todos os outros municípios do Território Caminhos do Tibagi apresentaram relevante aumento de reflorestamento em suas áreas. O padrão de avanço espacial do agronegócio florestal é muito mais influenciado pelos limites que o espaço pode proporcionar em razão do aumento do custo operacional do que pelos limites administrativos, conforme Figura 12.

Figura 12 – Reflorestamento de exóticas em relação à distância da fábrica da Klabin em Telêmaco Borba



Fonte: Landsat 7, 2016.

O mapa acima demonstra o avanço do reflorestamento para além do Território Caminhos do Tibagi num raio de 80 quilômetros em torno da fábrica da Klabin, em Telêmaco Borba. Pode-se notar que a concentração de reflorestamento está nas proximidades da fábrica. Porém, a leste do território também existe uma tendência de concentração de reflorestamento, provavelmente por outras fábricas de celulose instaladas naquela região.

A forte correlação ($r=-0,88$) entre a variável distância da fábrica até 80 km, e a variável de concentração de reflorestamento no raio de 80 km, nos mostra que para a indústria o fator preponderante para expansão do reflorestamento no território é a proximidade da unidade fabril, que pode estar relacionada com disponibilidade abundante de matéria-prima nas proximidades, conforme aumenta a capacidade produtiva, reduzindo custo de produção através de logística, para melhor competir e acumular capital.

Pode ser observado que essa estratégia coordenada de expansão do reflorestamento faz parte das políticas da empresa, já que consta em relatório da

Klabin (2017) que os reflorestamentos que abastecem a fábrica no Paraná se encontram numa média de 66 km, o que lhes garante vantagem competitiva. Dessa maneira, pode-se supor que em alguns anos o Território contará com outro aglomerado de reflorestamento em torno da Unidade Puma da Klabin, em Ortigueira, como aconteceu com o Município de Telêmaco Borba, e em certa medida com o Município de Imbaú, que em 2016 tinha 25% da sua área total com reflorestamento.

Para Fernandes (2008), essas condições de avanço do agronegócio configuram territórios divergentes, com organizações espaciais e paisagens geográficas distintas. O autor considera que os modelos de desenvolvimento do agronegócio e do campesinato formam territórios divergentes, nessa situação com três tipos de paisagens:

[...]a do território do agronegócio que se distingue pela grande escala e homogeneidade da paisagem, caracterizado pela desertificação populacional, pela monocultura e pelo produtivismo para a exportação; o território camponês que se diferencia pela pequena escala e heterogeneidade da paisagem geográfica, caracterizado pelo freqüente povoamento, pela policultura e produção diversificada de alimento – principalmente – para o desenvolvimento local, regional e nacional; o território camponês monopolizado pelo agronegócio, que se distingue pela escala e homogeneidade da paisagem geográfica, e é caracterizado pelo trabalho subalternizado e controle tecnológico das commodities que se utilizam dos territórios camponeses (FERNANDES, 2008, p.296).

Essa gradual transformação dos sistemas de produção do território, ditada pelo ritmo do agronegócio, também vai transformando o meio material e imaterial das pessoas que ali vivem. Logicamente, investimentos financeiros da magnitude que o setor vem aplicando trazem resultados econômicos positivos, amplamente divulgados pelos instrumentos de comunicação do capital. Entretanto, a lacuna deste modelo de desenvolvimento reside em suas contradições socioambientais, essas muito pouco divulgadas, cabendo aos atingidos por esse modelo o fazerem.

5.3.2 Movimento dos Atingidos pelo Deserto Verde

Segundo a FAO (2015), o termo “floresta” é definido como uma “área medindo mais de 0,5 ha com árvores maiores que 5 m de altura e cobertura de copa superior a 10%, ou árvores capazes de alcançar estes parâmetros in situ. Isso não inclui terra que está predominantemente sob uso agrícola ou urbano”.

Considerando a mencionada definição, que é adotada por órgãos governamentais e outras organizações, e segundo a qual seria floresta, também, qualquer conjunto de um só tipo de árvores, poderia se dizer que as monoculturas de eucalipto ou pinus aí se enquadram.

Entretanto, contrariando a mencionada definição, e fazendo uma análise que ultrapassa as características meramente ecológicas ou botânicas dessas plantações, desenvolveu-se o conceito do chamado “deserto verde”, que se preocupa em identificar também as consequências da utilização desse modelo de monocultura, que acaba por causar o envenenamento do solo, a seca das nascentes, a supressão da biodiversidade animal e vegetal, entre outros.

Para Binkowski (2014), utiliza-se a expressão deserto verde:

[...] para descrever as imensas áreas cobertas por eucalipto no norte do Espírito Santo e sul da Bahia; esta denominação foi incorporada pela Rede Alerta Contra o Deserto Verde (RADV) e, posteriormente foi incorporada também ao discurso dos movimentos sociais no sul do Brasil (BINKOWSKI, 2014, p.133-134).

Para Alves (2015),

A expressão “deserto verde” surgiu para denominar as plantações de só um tipo de árvores, como nas grandes extensões de terra destinadas para a produção de celulose, madeira ou carvão vegetal. As consequências deste tipo de plantação para o meio ambiente são: desertificação, erosão e redução de biodiversidade (ALVES, 2015).

Sintetizando as principais características do deserto verde, LIMA et al (2016) apresentam o seguinte quadro:

Quadro 1: Característica do deserto verde

Deserto de fauna e flora	<p>a) São raras as espécies que conseguem sobreviver nas entrelinhas dos monocultivos de eucalipto e caminhos utilizados para o manejo e ações de antiincêndios, pois as mesmas são eliminadas com certa periodicidade, principalmente na colheita das árvores, evitando que sejam objeto de início e proliferação de incêndios.</p> <p>b) Ao priorizar uma só espécie, eliminando as demais (fauna e flora), tornando um ambiente de baixa biodiversidade, impedem o desenvolvimento de alimento, refúgio e condições de reprodução de outras espécies. O uso de agrotóxico altera drasticamente a vida e estrutura do solo e das águas. São prejudiciais ao ecossistema, destruindo o habitat de diversas espécies animais e plantas, assim como fungos, bactérias e outros, tornando um solo estéril a outras espécies.</p>
Deserto de alimento	<p>c) Algumas espécies de animais e plantas que conseguem se adaptar no interior dos monocultivos de eucalipto encontram nessa plantação a única fonte de alimento, como é o caso de cupons e formigas cortadeiras, as quais são eliminadas, pois se tornam pragas e podem destruir amplas áreas. O seu combate com agrotóxico, prejudica e/ou elimina outros seres vivos inofensivos à plantação. Além disso, as folhas de eucalipto são tóxicas para grande parte da fauna e flora do solo, reduzindo sua biodiversidade.</p>
Deserto populacional e de emprego	<p>d) Em função do baixo uso da força de trabalho nos monocultivos do eucalipto e desta ocorrer sazonalmente, dispensa e impede a residência de moradores no seu interior e arredores. Todos/as aqueles/as que trabalham e residem nas áreas a serem transformadas em monocultivo de eucalipto são evacuados/as. Diferente de uma floresta, nos monocultivos de eucalipto, toda e qualquer espécie de planta e animais, inclusive o ser humano, é vista como ameaça e indesejável às empresas do ramo que se utilizam dos mais variados instrumentos para a controlar e combater.</p> <p>e) As atividades nos monocultivos de árvores são as que menor quantidade de emprego geram, por unidade de área, principalmente em âmbito local e regional, pois são substituídas</p>

	pelo uso cada vez mais intenso de máquinas e insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos).
Deserto hídrico e biológico	f) Há uma relação entre a vegetação local e o ciclo hidrológico, pois a morfologia e fisiologia das espécies componentes do ecossistema foram, no decorrer dos tempos, adaptadas para o uso mais eficiente da precipitação disponível, diferente dos monocultivos de eucalipto.
Deserto Verde	g) Contrárias à opção de áreas subutilizadas e degradadas, como costumam divulgar, as empresas buscam extrair as maiores vantagens comparativas, pois, para garantir o desenvolvimento rápido das plantas, reduzindo o tempo e custo no ciclo entre plantio e colheita, buscam e se apropriam de áreas e regiões com características favoráveis a esses objetivos, porque o que almejam não está relacionado à recuperação do solo e preservação ambiental, mas à redução de custo e geração de lucros às empresas e seus acionistas.

Fonte: Binkowski (2014); Ferreira (2009) Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (1999); Porto Gonçalves (2015); Org.: LIMA (2016).

Nota: Elaborado por LIMA et al, 2016.

No Território Caminhos do Tibagi e arredores tem se notado um processo de expansão incessante das áreas de plantio de reflorestamento de exóticas. As consequências desse processo não se limitam à alteração da paisagem, que por si só é uma forma de apropriação do Território pelo complexo papel/celulose; outras restrições como acesso à água, biodiversidade, direito de ir e vir, entre outros, também vêm sendo denunciados pela população desse território.

Esse modelo de desenvolvimento imposto ocasiona uma série de conflitos que vem se arrastando desde a década de 30 no Território, se aprofundando na década de 60 com a Revolução Verde, e fazendo emergir nos últimos anos uma categoria social, na medida em que esses atingidos se organizam, e identificam os principais conflitos que afetam seu cotidiano, seu modo de vida, sua situação social, econômica e a dinâmica desse Território.

Esses sujeitos, em 2012, passam a se intitular de Comissão Regional dos Atingidos pelo Deserto Verde, numa menção direta e antagônica de denúncia ao modelo de desenvolvimento imposto em seu território. Esse movimento social

juntamente com uma equipe do Instituto Federal do Paraná (IFPR), através da metodologia de auto cartografia social, elaboraram um estudo muito rico no município de Imbau, que resultou num Boletim Informativo onde estão sistematizados, a partir da visão dos depoimentos dos atingidos, os conflitos socioambientais e violações dos direitos humanos nas comunidades (SOUZA, 2013).

Dentre as situações de conflitos encontradas nas comunidades, estão: Nascente Seca; Diminuição de água do rio; Diminuição de nascente; Envenenamento da água; Diminuição de animais do mato; Retirada de mata nativa; Diminuição dos peixes; Substituição de plantio de alimentos por madeira; Impedimento da luz solar; Empobrecimento da terra; Ameaça criador comunitário; Confinamento de famílias/comunidades; Danos na fiação elétrica; Êxodo Rural /Casas abandonadas; Estrago e perigo nas estradas; Desaparecimento/ Morte de abelhas (SOUZA, 2013).

No mesmo Boletim são colocados como conquistas do movimento os seguintes feitos: Mapeamento Social dos Conflitos; Elaboração de Lei Municipal; Elaboração de Lei Estadual; Organização da Comissão Regional dos Atingidos pelo Deserto Verde; Proposta de Seminário Regional dos Atingidos pelo Deserto Verde; Valorização dos Camponeses e da cultura local; Levar para as escolas essas informações; Denúncia da violação dos direitos humanos fundamentais (SOUZA, 2013).

Após ampla mobilização popular para o lançamento do Boletim no 1º Seminário Regional dos Atingidos pelo Deserto Verde, foi elaborado um projeto de lei de iniciativa popular para disciplinar o plantio de pinus e eucalipto para o município de Imbau, apresentado na Câmara de Vereadores do município em 2014, sob amplo apoio popular. Fato ainda carente de esclarecimentos para os agricultores e integrantes do Movimento é que o projeto de lei foi aprovado e posteriormente a Lei foi arquivada, em descumprimento à Lei Orgânica do Município.

O movimento também ampliou a articulação e seu raio de ação passando a sugerir o disciplinamento do plantio de exóticas, através de projeto de lei também na Assembleia Legislativa do Paraná, em 2014. Alguns poucos Deputados se envolveram nesta pauta. A narrativa do agronegócio florestal é muito atraente pelo seu viés de crescimento econômico, fato este que pode justificar a falta de apelo para os agentes políticos, uma vez que entrar nessa disputa para estar ao lado dos marginalizados pelo modelo de desenvolvimento vigente é estar contra a classe dominante, os detentores do poder econômico, os mesmos que estão há gerações financiando campanhas eleitorais, para também deter o poder político. A atitude de

disciplinar o modelo de desenvolvimento vigente parece ser ousado demais para a institucionalidade.

Dentro de todo esse contexto, o curso de Agroecologia do IFPR de Telêmaco Borba foi fechado. Os professores responsáveis por coordenar as pesquisas junto ao Movimento foram transferidos para outros campi. Segundo lideranças dos movimentos sociais da região, é muito provável que as decisões tomadas pelos dirigentes do IFPR tenham sido influenciadas pela disputa de interesses envolvendo a Klabin e o Movimento.

Estas mesmas lideranças acreditam que todo esse processo de mobilização garantiu alguns avanços em relação às suas reivindicações. Isso ficou explícito na audiência realizada em Imbau no dia 29 de setembro de 2017, quando em algumas falas das comunidades havia o reconhecimento de que a Klabin estava se adequando em suas áreas, ao menos para evitar caimento de energia decorrente de queda de árvores da rede elétrica, proteção de nascentes e incentivos à produção de orgânicos. Porém, alguns conflitos são inerentes a esse modelo de desenvolvimento, e portando, o Movimento segue reivindicando. Apresentou, na denominada Carta de Imbau, as seguintes resoluções: Fortalecer a resistência e as lutas locais contra as monoculturas que invadem as terras da agricultura familiar, camponesa e indígenas; Aprovação de Leis Estaduais e Municipais que disciplinem as plantações industriais; Exigir do Estado do Paraná a realização de licenciamentos ambientais e Zoneamento ecológico-econômico das Plantações Industriais de Madeira; Criação de uma Frente Parlamentar na Assembleia Legislativa do Paraná visando à defesa da Agricultura.

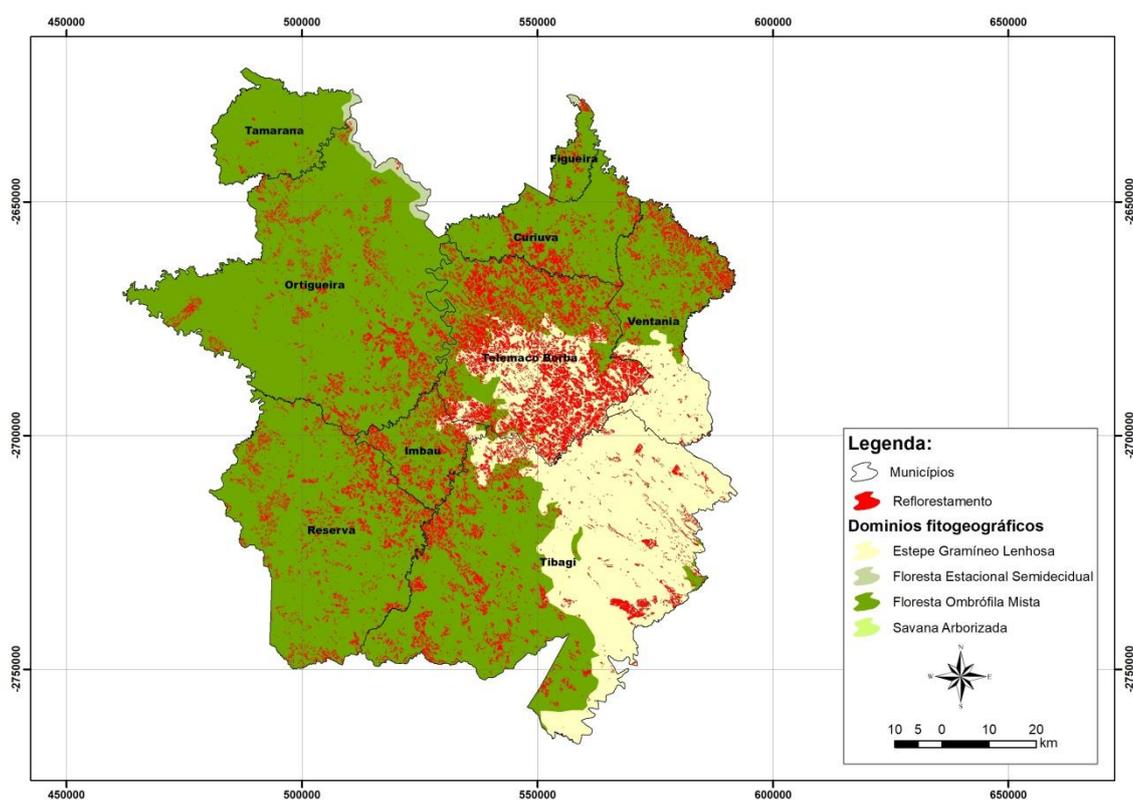
5.3.3 Impactos Ambientais

Devemos lembrar que o interesse inicial da Klabin em construir uma fábrica onde hoje é o município de Telêmaco Borba era principalmente o fato de a região ter uma vasta quantidade de Pinheiros do Paraná, que poderia ser usada como fonte de matéria-prima para obtenção da celulose. A primeira preocupação em relação ao uso dos recursos florestais pela Klabin partiu do Estado. O Instituto Nacional do Pinho, fundado em 1941, chamou à atenção de seus membros a possibilidade de um grupo privado deter 144.000 alqueires com farta presença de pinheiros, uma vez que o Instituto estava com a incumbência da preservação dos recursos naturais, principalmente em relação ao pinheiro, por ser matéria-prima estratégica de vários

setores, e com demanda se ampliando principalmente no cenário da Segunda Guerra (MARGALHO, 2008).

A preocupação que outrora era referente à conservação dos recursos naturais por motivos principalmente econômicos, voltados à soberania da indústria nacional, atualmente se revela relevante (FIGURA 13) e se transforma em preocupações ambientais, uma vez que a indústria não necessita mais de espécies nativas como fonte de matéria-prima. O Território Caminhos do Tibagi está inserido no Bioma da Mata Atlântica, que vem sofrendo com a pressão das monoculturas em todo Brasil.

Figura 13 - Mapa de reflorestamento inserido nos Domínios Fitogeográficos do Bioma Mata Atlântica no Território Caminhos do Tibagi em 2016



Fonte: Landsat 5, 2016.

Nesse mapa, pode-se observar que a maior proporção do Território era constituída originalmente por Floresta Ombrófila Mista (811.254 hectares), e uma grande porção de Estepes Gramíneo Lenhosa, áreas de Campo Nativo (254.984 hectares). Também conta com uma porção bastante reduzida mais ao norte de Floresta Estacional Semidecidual (6.786 hectares) e um pedaço muito pequeno de

Savana Arborizada, também manchas de Savana Arborizada, Relíquo de Cerrado (998 hectares).

A maior proporção, em quantidade de reflorestamento, está situada na Floresta Ombrófila Mista (109.920 hectares), substituindo 13% desse domínio fitogeográfico por reflorestamento. A maior proporção de reflorestamento dentro dos domínios se dá nas áreas de Campo, onde 18% dessa vegetação hoje é de reflorestamento.

Por mais que se tente transmitir uma ideia de que o reflorestamento de eucalipto evita desmatamentos, a atividade foi responsável pela devastação de parte da vegetação nativa existente originalmente de maneira quase que irreversível, e tem implicações preocupantes. No caso do Território, uma grande preocupação se dá com a Estepe Gramíneo Lenhosa, principalmente por estar sendo suprimida quase que completamente com atividades de reflorestamento, e ter várias espécies endêmicas em extinção.

Dentre as aproximadamente 70 famílias de plantas que foram amostradas nos campos da região dos Campos Gerais, segundo os levantamentos feitos até então (KLEIN; HATSCHBACH, 1971; HATSCHBACH; MOREIRA FILHO, 1972; MORO et al., 1996; CARMO, 2006; CERVI et al., 2007), Asteraceae tem a maior riqueza florística, estimada em mais de 100 espécies.

A expansão do agronegócio nas últimas décadas na região dos Campos Gerais, bem como a implantação de monoculturas de importação e plantios florestais, que substituem cada vez mais a pecuária extensiva tradicional, têm suprimido áreas campestres em uma velocidade surpreendente, em que pese esta mesma região já ter sido considerada uma das áreas em melhor estado de conservação dentro do Paraná (TROPPEMAIR, 1990).

Em razão dos ciclos da erva mate e da madeira, as florestas de araucária na região dos Campos Gerais foram muito exploradas, sendo que atualmente o seu remanescente está em estágio de equilíbrio secundário. Isso é resultado do processo de regeneração que vem ocorrendo há aproximadamente 50 anos, que, por sua vez, decorre principalmente do avanço tecnológico e da diminuição de extração de material lenhoso (MORO, 2001). Desse modo, não há uma presença representativa de remanescentes intocados na maior parte dos capões mais desenvolvidos, posto que estes foram profundamente alterados (RODERJAN et al., 2002; CASTELLA; BRITZ, 2004).

Ademais, a presença humana em ambientes ripários também diminuiu de maneira drástica as florestas, causando redução da biodiversidade, erosão dos solos e danos à hidrologia, ao passo que seria essencial a presença de floresta nesses ambientes, já que garantiriam um ecossistema regional estável, mantendo a integridade de processos hidrológicos e ecológicos.

Segundo Ziller e Galvão (2002), a contaminação biológica, pela invasão de espécies exóticas diante da substituição direta de ambientes com a finalidade produtiva, é a principal causa de degradação ambiental. Diante da competição e eliminação de espécies nativas, a introdução de exóticas como o *Pinus*, *Eragostris plana* (capim-anone), *Melinis minutiflora* (capim-gordura) e *Brachiaria decumbens* (braquiária) se mostra uma grave ameaça à vegetação regional.

Para a Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA, considerando que a região abriga diversas plantas raras e endêmicas, das 593 espécies em situação crítica no Paraná, 29,3% (174 espécies) está nas estepes e 10,3% (61 espécies) nas savanas. A título de exemplo, dentro do Parque Estadual de Vila Velha foram listadas 27 espécies raras ou endêmicas, como a *Sophranitella violacea*, que era abundante em paredões de arenitos, mas que foi gradativamente exterminada de seu ambiente (PARANÁ, 1995). Do mesmo modo, na Bacia do Rio São Jorge, Moro et al. (1996) indicam a *Dorstenia cayapia*, que está na Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção (IBAMA, 1992) na categoria em perigo, e a *Crumenaria polygaloides*, como ameaçada de extinção (PARANÁ, 1995).

Também é nesse cenário que outras espécies arbóreas nativas da região passaram a estar elencadas, como a *Araucaria augustifolia* (pinheiro-do-paraná) e *Ocotea porosa* (imbuia), incluídas na categoria vulnerável, e da *Dicksonia sellowiana* (xaxim-bugio) e *Ocotea odorífera* (sassafrás), dentro da categoria em perigo (IBAMA, 1992). Também fazem parte da lista vermelha de plantas ameaçadas de extinção no Paraná, na categoria rara, a *Aspidosperma polyneuron* (peroba) e *Calycorettes psidiiflorus*; a *Ocotea bicolor* na categoria vulnerável, e, por fim, *Gochnatia argyrea* e *Dyospirus hispida* em perigo de extinção (PARANÁ, 1992).

Noutro passo, não se pode afirmar que somente a monocultura dos reflorestamentos de árvores exóticas é responsável pela supressão da vegetação nativa e biodiversidade. O modelo de agricultura de larga escala, independente da cultura agrícola, também provoca impactos ambientais severos aos ecossistemas. Porém, no caso do Território Caminhos do Tibagi, pode-se asseverar que os

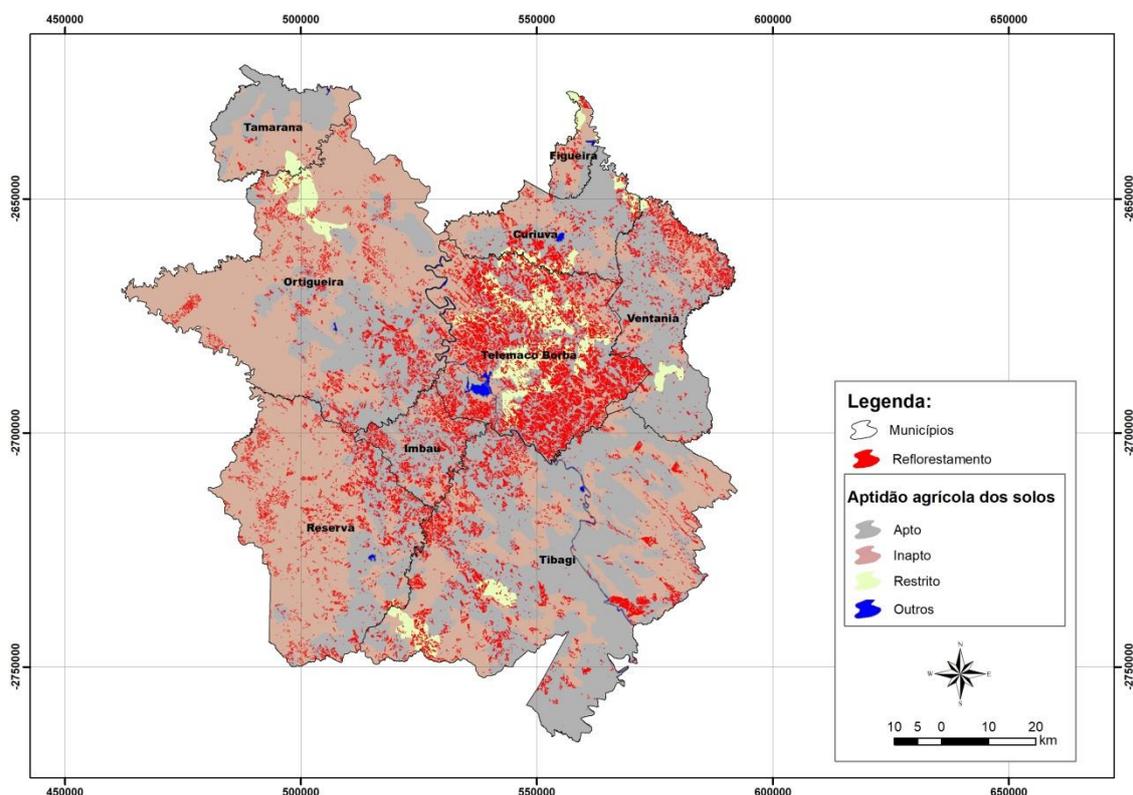
reflorestamentos da Klabin no município de Telêmaco Borba substituíram os campos nativos de 68.139 hectares desse domínio fitogeográfico, restando apenas as matas de galeria.

Nos últimos anos surgiu um conflito intenso entre os interesses do agronegócio florestal e a preservação dos últimos fragmentos de Campo na Região dos Campos Gerais. Na borda leste do Território Caminhos do Tibagi se encontra uma unidade de conservação que pode ser considerada um dos últimos refúgios dessa vegetação, a Área de Preservação Ambiental (APA) da Escarpa Devoniana. Existe forte pressão dos setores ligados ao agronegócio para reduzir a área dessa unidade de conservação a fim de aumentar a exploração de atividades agrícolas nesse Território.

Ressalta-se que o modelo dominante de agricultura brasileiro é responsável por colocar o país como o maior consumidor de agrotóxicos do mundo em números absolutos. A Klabin considera satisfatório, em seus relatórios, ter utilizado em suas plantações, no ano de 2016, 0,20 quilogramas de herbicidas por hectare, 1,43 litros também de herbicida por hectare e 2,85 quilogramas de formicida por hectare (KLABIN, 2017). Se extrapolarmos essa média de consumo de agrotóxicos para os 157.730,29 hectares de reflorestamento de exóticas no Território Caminhos do Tibagi, tem-se um consumo de 31,54 toneladas de herbicidas, mais 225.554 litros de herbicidas e 449,53 toneladas de formicidas contaminando o solo, a água e o ar do território.

Também é possível observar os riscos ambientais dos reflorestamentos sobre o Território quando observamos que, do ponto de vista agrônomo, em torno de 34% das áreas são inaptas ou apresentam restrições para atividade agrícola devido ao risco de erosão, como se pode observar na Figura 14.

Figura 14 - Reflorestamento de exóticas em diferentes Classes Aptidão Agrícola de Usos das Terras no Território Caminhos do Tibagi, em 2016



Fonte: Landsat 5, 2016.

Na figura acima se pode constatar que as áreas consideradas inaptas para atividade agrícola devido ao risco de erosão se encontram em maior proporção na porção oeste do território, mais distantes da Unidade da Klabin de Telêmaco Borba e da parte mais concentrada de reflorestamentos. Ainda assim, 10% das áreas inaptas tem reflorestamento, enquanto nas áreas restritas, que existem em menor proporção no Território, o reflorestamento ocupa 25%. E, de todas as áreas aptas, 16% delas são ocupadas por reflorestamento.

Isso evidencia que a tecnologia desenvolvida para silvicultura pode superar barreiras de caráter ambiental, podendo representar um problema para a conservação dos recursos naturais, nesse caso a conservação de solo e água. Em relação à aptidão, se apresentam dois conflitos. Nas áreas inaptas ou com restrições à agricultura por risco de erosão há um conflito ambiental, pois o corte raso deixa o solo exposto no período pós-colheita, até o desenvolvimento do próximo plantio. Em relação às áreas aptas para agricultura, está se optando por ocupar essas terras com

uma *commodity*, ao invés de desenvolver uma agricultura voltada à produção de alimentos para as pessoas do Território.

5.3.4 Impactos Sociais

A agroindústria da celulose e a silvicultura criam a possibilidade de inserção de diversas regiões em outras escalas econômicas, nacionais e internacional, e, em contrapartida, são promotoras de relevantes impactos socioeconômicos no meio rural, pois os lucros proporcionados por essa inserção dificilmente possibilitam benefícios para quem vive no meio rural. A expansão do agronegócio florestal com objetivo de suprir as indústrias de papel e celulose acaba, de certa maneira, rompendo as estruturas sócio produtivas tradicionais. Os novos processos técnicos introduzidos pelo agronegócio florestal fazem emergir novas relações sociais e políticas (PEDREIRA 2004).

Corroborando a afirmação da autora, podemos analisar o desempenho econômico do município de Imbau, que, com exceção de Telêmaco Borba, é o município com maior área proporcional de silvicultura. O Valor adicionado bruto da administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social do município em 2015 foi de R\$ 73,06 milhões, 3,6 vezes maior que o Valor adicionado bruto da Agropecuária (R\$ 19,95 milhões), e 3 vezes maior que o Valor adicionado bruto da indústria (R\$24,37 milhões) (IBGE, 2015). Em 2010, 29,46% das pessoas ocupadas em Imbaú trabalhavam no setor agropecuário, e a renda média per capita era de R\$ 418,52. Já em Telêmaco Borba, apenas 0,14% trabalhavam no setor agropecuário, porém 20% trabalhavam na indústria. A renda per capita média de Telêmaco Borba, em 2010, era de R\$ 732,78.

O desenvolvimento do Território através desse modelo pode ser questionado pela duvidosa distribuição de riquezas e renda, uma vez que os municípios, que desse complexo tem a posição exclusiva de produção de madeira, não da indústria, apresentam índices econômicos e sociais preocupantes.

Em audiência ocorrida em setembro de 2017, em Imbaú, após a exposição deste autor em relação ao avanço espacial do reflorestamento de exóticas no Território Caminhos do Tibagi, e também dos resultados do êxodo rural para o mesmo período das últimas duas décadas, o representante do Sindicato das Indústrias de Papel e Celulose do Paraná (SINPACEL) pediu a palavra para afirmar, conforme a

exposição, que o interesse do deslocamento da indústria para o Brasil se dava pela abundância de terra, condições climáticas e mão de obra barata. Mas agora discordando desse autor, aquele colocou que o setor promove desenvolvimento, uma vez que Ortigueira e Imbau, municípios mais influenciados pelo setor recentemente, melhoraram seus Índices de Desenvolvimento Humano, como podemos ver na Tabela 7.

Tabela 7: IDH-M de 2000 e 2010 dos municípios do Território Caminhos do Tibagi, e suas posições no Ranking Nacional

Município	IDHM		RANKING NACIONAL	
	2000	2010	2000	2010
Curiúva	0,482	0,656	3462 °	2986 °
Figueira	0,555	0,677	2419 °	2503 °
Imbau	0,521	0,622	2947 °	3653 °
Ortigueira	0,472	0,609	3609 °	3927 °
Reserva	0,485	0,618	3427 °	3735 °
Tamarana	0,504	0,621	3173 °	3680 °
Telêmaco Borba	0,644	0,734	717 °	920 °
Tibagi	0,522	0,664	2935 °	2802 °
Ventania	0,541	0,65	2652 °	3115 °

Fonte: IBGE, 2010.

O representante do setor foi feliz em sua fala, observando a melhora do IDH nos municípios citados, assim como em todos os outros municípios do Território. Mas, infelizmente, apenas dois municípios do Território (Curiúva e Tibagi) sobem posições no Ranking Nacional, e apenas o município de Telêmaco Borba se encontra pouco acima da média nacional. Observa-se que houve um crescimento no IDH do Brasil, que passou de 0,612, em 2000, para 0,727, em 2010, classificado então como "alto" (entre 0,700 e 0,799), posicionando o país na 85ª posição de IDH global (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013). Isso indica que não se pode afirmar que a melhora desse índice está atrelada diretamente à expansão do agronegócio florestal, mas a uma conjuntura nacional de melhora desse índice.

Contudo, se por um lado o PIB e o IDH-M de Telêmaco Borba transparecem uma prosperidade econômica, decorrente principalmente das atividades da Indústria Klabin, a cidade também ostenta o título de uma das mais violentas do interior do Estado do Paraná, estando na 12ª posição estadual na taxa de homicídios, e em 265º lugar no ranking nacional (Diário dos Campos, 2016). O que se observa é que a

desigualdade social, a pobreza e a exclusão social impulsionam sim a violência, já que a criminalidade se mostra como um canal mais rápido de se alcançar a mobilidade social (PINHEIRO, 1997).

Se detalharmos um pouco mais, conforme Tabela 8 e Tabela 9, podemos observar que a situação social dos indivíduos desse Território muitas vezes são ocultadas e escamoteadas pelos índices de crescimento econômico que a classe dominante ostenta, não somente para impor o seu modelo de desenvolvimento, mas também para impor seu modelo como desenvolvimento.

Tabela 8: Nível de pobreza da população do Território Caminhos do Tibagi, 2010

Município	Pobres (%)	Extremamente pobres (%)
Curiúva (PR)	12,05	3,3
Figueira (PR)	9,41	1,82
Imbaú (PR)	15,5	4,91
Ortigueira (PR)	23,38	6,92
Reserva (PR)	20,38	4,87
Tamarana (PR)	22,57	9,76
Telêmaco Borba (PR)	7,05	2,53
Tibagi (PR)	16,14	4,69
Ventania (PR)	13,81	3,95

Fonte: IBGE, 2010.

Tabela 9: Nível de escolaridade da população de 25 anos ou mais, 2010

Município	Fundamental incompleto e analfabetos (%)
Curiúva (PR)	17,5
Figueira (PR)	17,7
Imbaú (PR)	21
Ortigueira (PR)	23
Reserva (PR)	18,9
Tamarana (PR)	18,8
Telêmaco Borba (PR)	9,3
Tibagi (PR)	15,6
Ventania (PR)	19,4

Fonte: IBGE, 2010.

Cazella (2008) defende que a economia não é suprema, e sim que a qualidade de vida dos atores deve ser o cerne do processo de desenvolvimento. Considerando nesse momento, diante dos dados das tabelas acima, somente os itens 1 e 4 dos ODS (“1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”), podemos afirmar que

o modelo de desenvolvimento em curso no Território Caminhos do Tibagi está longe de ser sustentável.

A situação desigual que o acúmulo de riquezas que um setor econômico promove em detrimento da pobreza de uma parcela significativa da população acaba por gerar falta de perspectiva de um futuro digno, sensação bem simbolizada no depoimento de um Agricultor Atingido, da região de Areia Preta, citado por Souza (2013):

“Contamos mais ou menos as casa que tem hoje, e na outra reunião passada, o pessoal mais antigo falô que, mais o menos umas 15 famílias tinha ido embora, da região, e hoje, eu contei que mora lá é só 12 famílias. Pra vocês vê como que tá a situação lá na Areia Preta.”

Diante disso, o êxodo rural se apresenta como uma alternativa, assim como mostra a Tabela 10.

Tabela 10: População do Território em 1991, 2000, e 2010.

Município	População (1991)		População (2000)		População (2010)	
	Total (Abs.)	Rural (%)	Total (Abs.)	Rural (%)	Total (Abs.)	Rural (%)
Ortigueira	22.092	80,32	16.853	66,83	13.793	58,99
Curiuva	6.514	62,02	5.878	45,55	4.350	31,24
Figueira	2.405	25,09	1.396	15,45	1.202	14,49
Reserva	16.708	69,91	14.366	59,92	12.966	51,51
Tibagi	9.380	57,12	8.155	44,24	7.676	39,68
Telemaco Borba	7.279	12,51	2.884	4,71	1.432	2,05
Tamarana	4.567	52,94	4.994	51,42	6.404	52,23
Ventania	2.913	45,98	2.667	33,24	3.446	34,61
Imbau	4.219	52,86	3.991	42,13	4.214	37,38

Fonte: Censo demográfico (1991, 2000, 2010).

O fenômeno que ocorreu quase no mesmo período das imagens de satélite que foram usadas para identificar a expansão do agronegócio florestal, de maneira muito simples, foi o reflorestamento avançando no território dos agricultores, e os agricultores indo embora do meio rural. Não se pode afirmar que o agronegócio florestal seja o único responsável pelo êxodo rural do Território Caminhos do Tibagi,

mas, como modelo hegemônico de produção, geração e concentração de riqueza, é um dos maiores responsáveis por esse fenômeno.

Podemos entender que “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Com a territorialização, vem a desterritorialização, que, dentre tantos outros vieses, pode ser entendida como uma limitação do acesso a terra, entendida essa como local de apropriação simbólica, não só em seu sentido físico e material (HAESBAERT, 2003).

Mais do que um fenômeno genérico, de destruição e remodelação dos territórios, promove-se, hoje um intenso movimento de exclusão territorial, de impossibilidade concreta de inserção nas formas mais elementares de territorialização. Aqueles que estão excluídos do território enquanto morada, local de reprodução e de sobrevivência (os "aglomerados humanos de exclusão"), a estes, sim, é que efetivamente deve-se dirigir o termo desterritorializados. É ali que, sem nenhuma dúvida, a desterritorialização se realiza em toda a sua perversidade (HAESBAERT, 2003).

5.3.5 Disputa do Território Imaterial

O território não é o território em si, deve ser entendido como o território usado. Esse, nas palavras de Milton Santos, “é o chão mais a identidade”. Já a identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território, portanto, é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2006).

Os Territórios camponeses do Território Caminhos do Tibagi vem desenvolvendo uma série de frentes de resistências à territorialização dos agronegócios (soja, reflorestamento, milho, etc), a partir de suas histórias, costumes, práticas produtivas, saberes, organizações, cultura, dinâmicas políticas e sociais, enfim, em todas as dimensões da vida de seus territórios. Existem duas iniciativas de maior alcance e que têm proporcionado pertença entre os camponeses e seus territórios, sendo essas as Feiras de Sementes crioulas, que vêm ocorrendo anualmente há 5 anos, e a Rede Ecovida de Agroecologia, que dentre outras coisas, organiza grupos de agricultores inseridos na produção orgânica para certificação, comercialização, e formação.

Essas atividades estão inseridas no desenvolvimento da Agroecologia, que por sua vez, está no cerne do Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Camponeses. A Agroecologia é o modelo de produção defendido pelo Movimento Sem Terra de

maneira explícita, desde seu IV Congresso Nacional, ocorrido em 2000.

Quando o debate sobre sustentabilidade ganhou amplitude internacional nos anos 80, período em que alguns autores começam a resgatar e sistematizar práticas tradicionais de agricultura, deu-se origem à Agroecologia. Na vanguarda desse movimento que começa a lhe dar corpo acadêmico, se encontram Altieri, sistematizando os primeiros escritos, onde define as bases científicas da Agroecologia, e Gliessman, como primeiro sistematizador dos processos agrônômicos para sustentabilidade dos sistemas agrários, a partir de seus desenhos (SEVILLA; OTTMANN, 2004). Pode-se dizer, então, que a Agroecologia surge da negação e da necessidade de superação do modelo de agricultura hoje hegemônico, através da quebra de seus paradigmas, concretizados através da Revolução Verde.

Dito isso, está muito claro que o modelo de desenvolvimento do Agronegócio Florestal é antagônico ao Desenvolvimento Sustentável preconizado pelos movimentos sociais. Porém, depois de 2013, com o arrefecimento da mobilização em torno da Comissão Regional dos Atingidos pelo Deserto (CRADE), e com R\$ 30 milhões financiados pelo BNDES, para um ciclo de investimentos sociais que terminaram em 2017 (Klabin, 2017), a Klabin começou a se inserir nos espaços dos agricultores e movimentos sociais do campo, através de projetos executados por ONG's contratadas pela empresa. Algumas lideranças do Movimento acreditam que os projetos são uma resposta à mobilização que vinha prejudicando a imagem da empresa: "As pessoas entenderam os impactos. 100 anos explorando sem contrapartida, agora se mexem. É preocupação com a imagem" (Liderança do MST).

As estratégias de inserção da Klabin nos espaços de agricultores são diversas: Promoção de eventos com temas relacionados às demandas dos movimentos sociais, como sementes crioulas, proteção de nascentes, certificação da produção orgânica, comercialização; Disponibilização de recursos para eventos; Promessa de infraestrutura; Promessa de compra de alimentos garantida. "Expectativa de gerar agroindústria para cooperativa. Depois deram pra trás, percebemos que estavam usando a gente". "Rapaz responsável da compra disse que não tem garantia, se alguém oferece mais barato, vai pegar da pessoa" (Dirigente de Cooperativa de agricultores do Território).

Por mais que exista reconhecimento de que a abordagem dos projetos em parte esteja na estratégia de Desenvolvimento proposta pelos movimentos sociais e seja considerada uma vitória do CRADE, aparentemente as lideranças dos movimentos

sociais têm clareza acerca da disputa de territórios, e apresentam críticas: “Dizem que certificaram 20 famílias. Na verdade foi trabalho da Rede e da UEPG” (Dirigente de Cooperativa de agricultores); “IDH baixo, não desenvolveu nada, agricultura abandonada, Estado não faz nada. Uma coisa é reconhecer a contrapartida, outra é estar vinculado à empresa, tem conflito de identidade. Nós disputamo a mema coisa: terra pro nosso projeto de desenvolvimento e eles pro lucro” (Liderança do MST).

Esses projetos, em teoria, têm por objetivo fomentar conservação de recursos naturais e produção ecológica de alimentos. Contudo, essa estratégia de cunho “social”, irracionalmente ou estrategicamente, tem causado alguns conflitos na disputa imaterial dos territórios. A Agroecologia sempre foi um elemento de identificação, referência e pertença dos movimentos sociais. Além de disputar o sentido do Desenvolvimento Sustentável, sem abordar questões referentes à concentração de terras e riqueza, trata apenas de relaciona-lo à conservação ambiental e à produção orgânica de alimentos. “Não se consegue mais discutir profundamente, nem avançar com o movimento” (Integrante do CADRE); “Esparramam as condições. Se amanhã ou depois se desenvolver, quem vai ser?” (Liderança do MST).

Para Sevilla e Ottmann (2004), a Agroecologia deve utilizar métodos coletivos para desenvolver o potencial transformador endógeno, respeitando as identidades locais, para alterar as condições sociais principalmente dos menos favorecidos. E isso não se dá levando soluções a curto prazo para as comunidades, mas sim com métodos participativos, entendendo que é um processo de transformação a partir da experimentação, análise e acompanhamento da mescla de tecnologias locais e externas, com a valorização dos saberes populares. Este processo prevê levar em conta os seguintes aspectos segundo o autor: Integralidade; Harmonia e equilíbrio; Autonomia de gestão e controle; Minimização das externalidades negativas nas atividades produtivas; Manutenção e potencialização dos circuitos curtos; Utilização do conhecimento local vinculado aos sistemas tradicionais do manejo dos recursos naturais.

Segundo Perez-Cassarino; Ferreira e Mayer (2013), a estratégia agroecológica se articula no conhecimento socialmente construído pelo campesinato de modo a resgatar sua racionalidade e maneira de fazer agricultura; na leitura crítica do sistema agroalimentar e redesenho destes em âmbito local e regional; seguida de uma proposta de intervenção multidimensional.

A Agroecologia, na dimensão social, tem como horizonte a distribuição da produção e dos custos, a segurança e soberania alimentar; a dimensão cultural deve reconhecer os saberes e conhecimentos locais, respeitando suas prerrogativas no desenho do seu agrossistema; a dimensão econômica deve garantir as necessidades dos agricultores e suas famílias, diminuir os riscos da dependência do mercado e considerar todos os custos do sistema; a dimensão ecológica deve estar focada na conservação e recuperação dos recursos naturais em todos os níveis; a dimensão política deve garantir os processos democráticos e participativos no meio rural; e por fim, a dimensão ética é indissociável da sustentabilidade, a partir de um conjunto de extenso de valores (SARANDÓN; FLORES, 2014).

5.3.6 Uma Alternativa dentro da Agroecologia

No contexto da silvicultura, deve-se reconhecer a agrofloresta como uma alternativa ao reflorestamento de exóticas. Os sistemas agroflorestais (SAFs) são sistemas de produção em que espécies florestais são cultivadas em uma mesma área em conjunto com culturas anuais e/ou animais de interesse econômico, gerando benefícios e serviços ambientais, econômicos e sociais (FAO, 2010). As agroflorestas multiestratos sucessionais são sistemas de produção agroflorestais baseados na dinâmica da sucessão ecológica, com grande diversidade de espécies, sendo desenvolvido e manejado para atingir harmonia entre as atividades agrícolas e os processos naturais (GÖTSCH; PAZ, 1995).

Os efeitos benéficos dos SAFs no fornecimento de inúmeros produtos e serviços para apoiar o uso sustentável da terra e o manejo dos recursos naturais têm sido documentados em diversos estudos (NAIR; VISWANATH; LUBINA, 2016; LOVELL et al, 2017). O cultivo de árvores perenes com espécies anuais e animais possibilita a criação de sistemas com alta diversidade, nos quais convivem na mesma área plantas frutíferas, madeireiras, graníferas, ornamentais, medicinais e forrageiras (EMBRAPA, 2002), levando a maior produção por unidade de área quando comparado aos sistemas de monocultura (DORWARD, 1999). A organização de cada espécie no tempo (sucessão) e no espaço (estratificação), dentro de seu contexto natural, proporciona melhor utilização e reciclagem de luz, água e nutrientes do ambiente (SIMINSKI, 2016).

Os SAFs possuem potencial para mitigar problemas ambientais. A incorporação do componente florestal ao sistema de produção aumenta o total de carbono sequestrado da atmosfera quando comparado a áreas de monoculturas anuais ou pastagem (SHARROW; ISMAIL, 2004). Além da quantidade significativa de carbono na parte aérea, os SAFs podem armazenar carbono abaixo do solo, através do sistema radicular extenso (JANSSON, et al., 2010; JOSE; BARDHAN, 2012). Em meta-análise avaliando o efeito de SAFs no controle de pragas, doenças e plantas daninhas, Pumariño et al. (2015) verificaram as práticas agroflorestais resultam em maior abundância de inimigos naturais, menor abundância de plantas daninhas parasitas e não parasitas, o que pode minimizar a utilização de pesticidas e seus danos ambientais.

Estes sistemas diversificados de produção desempenham também importante papel no aumento e na manutenção da qualidade do solo. O cultivo conjunto de árvores perenes com culturas anuais proporciona a colonização de raízes em diferentes profundidades de solo, proporcionando maior acesso a nutrientes, maior percolação e armazenamento de água no solo e melhoria da estrutura do solo. Outros benefícios observados incluem a melhoria e manutenção da fertilidade e da biologia do solo (ANDERSON; ZERRIFFI, 2012; JOSE; BARDHAN, 2012; CEZAR et al., 2015; SCHWIDERKE et al. 2012).

O incentivo à adoção de sistemas agroflorestais pode evitar impactos negativos, tais como desmatamento e degradação de áreas. Muitos países em desenvolvimento ainda utilizam a biomassa de florestas, principalmente madeira e carvão, como fonte de energia primária para cozinha, aquecimento e tratamento de água (FAOSTAT, 2017). Outro aspecto positivo da utilização da biomassa de agroflorestas para bioenergia é o reflorestamento e a preservação das florestas nativas.

A biomassa produzida pelos sistemas agroflorestais também tem a vantagem de gerar energia neutra de carbono, pelo fato do C liberado quando do uso da energia ter sido previamente sequestrado para este fim (JANSSON, et al., 2010). Em comparação a sistemas de monocultivo, as agroflorestas aumentam a produção potencial de biomassa por integrar espécies anuais e perenes. Estes modelos de produção promovem também a disponibilidade de biomassa para bioenergia durante maior período de tempo no ano, pela colheita de árvores e culturas anuais em diferentes épocas (HOLZMUELLER; JOSE, 2012).

Pela reunião de vantagens econômicas e ambientais, a agrofloresta mostra-se interessante para a agricultura familiar (EMBRAPA, 2002). Em países em desenvolvimento, os cultivos agroflorestais podem melhorar a segurança alimentar dos pequenos agricultores, através da melhoria da saúde do solo e do fornecimento de produtos como lenha, material de construção, forragem e frutas (SILESHI et al., 2014).

Exemplos de sistemas agroflorestais em pequenas propriedades de base familiar existem no estado do Paraná. O Assentamento Contestado, no município da Lapa, é referência em Agroecologia, com grande parte das famílias praticando e comercializando produtos agroecológicos. Dentre os sistemas produtivos adotados pelos agricultores do assentamento, os SAFs merecem destaque pela sua complexidade e equilíbrio quanto a aspectos agrônômicos, ambientais e econômicos que pode alcançar (TORINELLI, 2016).

Na divisa do Paraná com São Paulo pode-se citar a experiência da Coperafloresta, organização que, através das agroflorestas, vem transformando a vida de mais de 100 famílias desde a década de 1990 (COSTA; SILVA, 2011). A Cooperafloresta, de acordo com Perez-Cassarino (2011), vende uma variedade de aproximadamente 130 produtos in natura, entre estes frutas, legumes, tubérculos e produtos processados para mercados institucionais do governo, feiras livres e vendas no varejo.

Assim, através das oportunidades econômicas baseadas em diversos produtos provenientes do sistema, os SAFs podem ajudar a criar empregos no meio rural, proteger os agricultores contra os riscos de quebra de safra fornecendo fontes alternativas de renda, pode oferecer oportunidades de diversificação que aumentam a resiliência e geram renda adicional, além de proporcionar aos agricultores e às comunidades adaptação às mudanças no clima através da manutenção e melhoria dos serviços ambientais (SHARMA et al, 2016).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se através desse trabalho entender quais as condições históricas e materiais para que o modelo de desenvolvimento em curso no Território Caminhos do Tibagi, do agronegócio florestal, territorializasse a região para acumulação de Capital.

Investigando o processo de ocupação daquele território, que é vinculado à história dos Campos Gerais, pôde-se observar que a ocupação do mesmo até a chegada da Klabin esteve primeiramente ligada ao colonialismo e ao massacre de indígenas. Posteriormente, a sua base econômica esteve fundamentada no latifúndio, no trabalho escravo e no tropeirismo.

A chegada da Klabin na Fazenda Monte Alegre é resultado de uma série de fatores. Da conjuntura local pôde-se observar a decadência do tropeirismo, que culminou na perda da Fazenda para o Estado, a economia pouco diversificada e, por fim, a migração de capital das oligarquias agrárias dos Campos Gerais para o comércio (não para indústria). A família Klabin desenvolveu conhecimento na indústria de papel, bem como acumulou capital mercantil e posteriormente industrial, inclusive com mais valia de crianças. Também conseguiu acumular capital social e em seguida político, a ponto de influenciar e liderar por muito tempo, e com forte influência até hoje, a burguesia industrial. A crise econômica do café, a mudança da hegemonia dos setores do Estado, e a nova fase econômica do Brasil também estão entrelaçadas naquele momento.

As condições ambientais da fazenda também contribuíram para a escolha do grupo e do Estado para se investir na primeira fábrica de celulose do Brasil. A interferência do Estado nessa iniciativa foi fundamental. O Estado continuou sendo imprescindível para o agronegócio agroflorestal, e conseqüentemente, para a Klabin através da concessão de crédito, subsídios, exoneração fiscal, investimento em pesquisas para o desenvolvimento da indústria de celulose através da fibra de eucalipto.

O que se pôde observar na história do desenvolvimento dos negócios do Grupo Klabin é que as crises internacionais, principalmente as relacionadas às duas guerras, o favoreceu.

O que chama atenção na história da empresa é que o grupo sempre esteve à frente na disputa do Estado em relação aos seus concorrentes. Um fator que pode explicar isso é a relação deste Grupo com a mídia, que visa articular seus interesses junto à sociedade através da comunicação de massa, para justificar suas relações com o Estado. Para isso, estão sempre propagando o desenvolvimento como uma

qualidade absoluta, vinculada ao crescimento econômico. Nas primeiras gerações da família Klabin no Brasil, a contrapartida pelo favorecimento do Estado e da mídia eram presentes em doações financeiras. Atualmente, o mecanismo de contrapartida é a doação de dinheiro para campanha de grupos políticos em diferentes regiões e esferas de poder nacional.

A Klabin é um ótimo exemplo da tese da Modernização Conservadora da agricultura, em detrimento da Questão Agrária. O latifúndio deu conta de desenvolver o capitalismo na agricultura brasileira, porém a Questão Agrária persiste. É no mínimo questionável se o modelo do agronegócio florestal da Klabin promove desenvolvimento sustentável. Os índices de desenvolvimento da região, por mais que tenham melhorado nos últimos anos, acompanharam a tendência do Brasil, não deram conta de diminuir a concentração de terra, conter o êxodo rural e diminuir de maneira significativa as desigualdades.

Em relação à sustentabilidade, por mais que a empresa esteja subordinada a certificações internacionais, o parâmetro de sustentabilidade referenciado na legalidade tem a função de atender o mercado internacional, e não de fato as questões ambientais resultantes dos reflorestamentos, que extrapolam a legislação. Pelo simples motivo de deter um latifúndio que ocupa quase toda a extensão do município de Telêmaco, não seria possível dizer que a empresa promove o desenvolvimento sustentável, pois a monocultura em larga escala é incompatível com a preservação ambiental. Portanto, pode se afirmar que a Klabin promove crescimento econômico.

O crescimento econômico é relativo à vantagem competitiva que o Brasil adquiriu no mercado internacional, principalmente relacionado à produtividade do eucalipto. O baixo preço da celulose no mercado, que torna a Klabin competitiva, cobra um alto preço do Território, uma vez que a mercadoria, para chegar a preço baixo no mercado internacional, depende de ter um custo de produção também baixo. Para tanto se busca: 1) remuneração do trabalho reduzida; 2) pagar menos imposto; 3) ter boa infraestrutura para a movimentação da mercadoria; 4) reduzir os custos de logística; 5) a empresa deter o controle sobre o preço de matéria prima.

A única barreira para expansão do agronegócio florestal atualmente é o custo de produção ou a ausência de demanda. Ficou evidenciado que o ordenamento e planejamento do agronegócio florestal não segue outra lógica, que não seja a acumulação de capital. O que nos demonstra que o poder sobre o território tem uma

escala muito mais ampla, pois a competitividade do Brasil serve aos interesses do capital financeiro e industrial nacional e internacional.

É necessário acompanhar, no próximo período, como se comportará a expansão do reflorestamento de eucalipto no território, a partir da recente construção da Unidade Puma em Ortigueira, que já está demandando mais matéria-prima pela sua capacidade instalada de produção. Na lógica da empresa exposta nesse trabalho, quanto mais reflorestamento, e mais perto, melhor.

Deste modo, não se pode deixar de notar que está ocorrendo um processo de territorialização do capital, e desterritorialização dos agricultores.

Uma outra lógica de planejar o território reside num modelo que supere as contradições sociais e ambientais que foram expostas nesse trabalho. Não existe outro modo que não seja a partir da organização daqueles que vivem a contradição do modelo vigente no dia a dia, fazem parte do território e dele querem um espaço pra viver e conviver – não para acumular. Portanto, é papel da nova ciência, da nova tecnologia, do novo modo de produção, estar inserido na lógica da Agroecologia e do Desenvolvimento Rural Sustentável, através do conhecimento dos povos e para os povos, não do capital para explorar os povos.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de; AUED, Idaletto Malvezzi. Modernização e produção da miséria nos Campos Gerais do Paraná. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v.13, n.2, p. 221-245, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2276/1763>>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. **Deserto Verde e Defaunação**. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2015/03/18/deserto-verde-e-defaunacao-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em: 12 out. 2018.
- AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento: Um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 4, p. 35-70, 2004. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/cea/1573>>. Acesso em: 30 out. 2018.
- ANDERSON, Emily K.; ZERRIFFI, Hisham. Seeing the trees for the carbon: agroforestry for development and carbon mitigation. **Climatic Change**, v. 115, n. 3-4, p.741-757, abr. 2012.
- ARMANDO, Márcio Silveira et al. Agrofloresta para agricultura familiar. Brasília: EMBRAPA, 2002. 11 p. (Circular técnica 16).
- ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: Ranking Paraná 2010**. PNUD, Ipea, FJP, 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking/>>. Acesso em: 17 jul. 2018.
- BALHANA, Altiva Pilatti; PINHEIRO MACHADO, Brasil; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969. 277p.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Quem somos**. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/>> Acesso em: 31/07/2018.
- _____. **Com financiamento de R\$ 3,37 bi e subscrição de debêntures, BNDES responde por 54% do investimento total de nova fábrica da Klabin**. 28 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/com-financiamento-de-r-3-37-bi-e-subscricao-de-debentures-bndes-%20responde-por-54-do-investimento-total-de-nova-fabrica-da-klabin>>. Acesso em: 20 out. 2018.
- BEHLING, Hermann. Late Quaternary vegetation, climate and fire history of the Araucaria forest and campos region from Serra Campos Gerais, South Brazil. **Review of Palaeobotany and Palynology**, Amsterdam, v. 97, p.109-121, jul. 1997. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0034666796000656>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

BETIM, Albani. **Albani Betim**: depoimento [set. 2018]. Entrevistador: Guilherme Pedrollo Mazer. Telêmaco Borba: Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Telêmaco Borba e Região, 2018. Entrevista concedida ao autor.

BINKOWSKI, Patrícia. **Dinâmicas socioambientais e disputas territoriais em torno dos empreendimentos florestais no Sul do Rio Grande do Sul**. 2014. 266 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/109253>> . Acesso em: 11 out. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. Disponível em: <http://lpeq1.quimica.ufg.br/up/426/o/BOURDIEU__Pierre._O_poder_simb%C3%B3lico.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2018.

BRADESCO. Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos. **Papel e Celulose**. jul. 2018. Disponível em: <https://www.economiaemdia.com.br/EconomiaEmDia/pdf/infset_papel_e_celulose.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2018.

BRASIL. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Perfil Territorial**: Caminhos do Tibagi - PR, 2015. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_145_Caminhos%20do%20Tibagi%20-%20PR.pdf>. Acesso em: 16 set. 2018.

BROCKERHOFF, Eckehard G. et al. Role of eucalypt and other planted forests in biodiversity conservation and the provision of biodiversity-related ecosystem services. **Forest Ecology and Management**, 301, p.43-50, mai. 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/27820058/Role_of_eucalypt_and_other_planted_forests_in_biodiversity_conservation_and_the_provision_of_biodiversity-related_ecosystem_services>. Acesso em: 18 abr. 2018.

CANADAS, Maria João; NOVAIS, Ana. Forest owners, management, and rural territories. **Análise Social**, n. 211, p. 346-381, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732014000200005&lng=pt&tlng=en>. Acesso em: 14 out. 2018.

CARAZZAI, Estelita Hass. Em viagem oficial, Temer inaugura fábrica e pede 'pacificação nacional'. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 28 jun. 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1786500-em-viagem-oficial-temer-inaugura-fabrica-e-pede-pacificacao-nacional.shtml>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

CARMO, Marta Regina Barrotto do. **Caracterização fitofisionômica do Parque Estadual do Guartelá, Município de Tibagi, Estado do Paraná**. 2006. 142 p. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/100628>>. Acesso em: 20 set. 2018.

CARVALHO, Kaio Henrique Adame de; SILVA, Márcio Lopes da; SOARES, Naisy Silva. Efeito da área e da produtividade na produção de celulose no Brasil. **Revista Árvore**, Viçosa, v. 36, n. 6, p. 1119-1128, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-67622012000600012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 set. 2018.

CASTELLA, Paulo Roberto; BRITZ, Ricardo Miranda. (Orgs.) **A Floresta com Araucária no Paraná: conservação e diagnóstico dos remanescentes florestais**. Brasília: MMA, 2004.

CERVI, A. C. et al. A vegetação do Parque Estadual de Vila Velha, município de Ponta Grossa, Paraná, Brasil. **Boletim do Museu Botânico Municipal**, Curitiba, v. 69, p. 1-52, 2007.

CEZAR, Raul Matias. et al. Soil biological properties in multistrata successional agroforestry systems and in natural regeneration. **Agroforestry Systems**, v. 89, n. 6, p.1035-1047, jul. 2015.

CHAGAS, Rogério Rocha das; MACHADO, Julio Henrique. Geração e distribuição de valor adicionado no setor de papel e celulose. **Revista de Iniciação Científica da Libertas**, São Sebastião do Paraíso, v.2, n.2, p. 70-84, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.libertas.edu.br/revistas/index.php/riclibertas/article/view/29/27>>. Acesso em: 03 set. 2018.

CHERUBINI, Fábio. Klabin ignora crise e inaugura fábrica de R\$ 8,5 bilhões nos Campos Gerais. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 28 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/klabin-ignora-crise-e-inaugura-fabrica-de-r-85-bilhoes-nos-campos-gerais-4whiq8zz74nnygwbn1uceb3ul>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

COMISSÃO DE BRUNDTLAND. **Our common future**. Oxford: Oxford University Press, 1987. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2018.

COSTA E SILVA, Letícia. **As necessidades e fontes de informação para a comercialização de produtos agroecológicos na Região Metropolitana de Curitiba**: um estudo de caso na Cooperafloresta. Dissertação (Mestrado em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação) - Curso de Pós-Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

CUNHA, Anacília Carneiro da. **O Homem Papel**: Análise Histórica do Trabalhador das Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A 1942-1980. 212 p. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Curso de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1982. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24603/D%20-%20CUNHA,%20ANACILIA%20CARNEIRO%20DA.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

DELGADO, Guilherme C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estud. Av.**, São Paulo, v.15, n.43, p. 157-

172, dez. 2001. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 set. 2018.

_____. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCLOUD, Luciana. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2005. p. 51-90.

DIESEL, Vivien et al. Os impactos sociais dos programas de fomento florestal. **Rev. Extensão Rural**. Santa Maria, v. 13, p. 120-146, 2006.

DORWARD, Andrew. Farm size and productivity in Malawian smallholder agriculture. **The Journal of Development Studies**, vol. 35, n. 5, p. 141-161, 1999.

ECONOINFO. **Klabin SA**. 31 jan. 2018. Disponível em:
<<http://www.econoinfo.com.br/governanca-corporativa/posicao-acionaria?codigoCVM=12653>>. Acesso em: 12 out. 2018.

ELIAS, Denise. Ensaio sobre os Espaços Agrícolas de Exclusão. **Revista Nera**, Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP, A.9, n.8, p. 29-51, jan./jun. 2006. Disponível em:
<<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1442-4187-1-PB.PDF>>. Acesso em: 05 set. 2018.

EM inauguração de fábrica no Paraná, Temer pede 'pacificação nacional'. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 28 jun. 2016. Disponível em:
<<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/em-inauguracao-de-fabrica-no-parana-temer-pede-pacificacao-nacional-5eowk9jazh127rvskws1ddzjx/>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

FAO. The Forest Resources Assessment - FRA 2015: Terms and Definitions. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/017/ap862e/ap862e00.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2018.

FAOSTAT, 2017. Forestry Production and Trade (Rome: United Nations Food and Agriculture Organization). Disponível em: <<http://www.fao.org/faostat/en/#data>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ. **Panorama setorial: indústria de celulose, papel, embalagens e artefatos de papel - Paraná 2016**. Curitiba: FIEP, 2016. Disponível em: <[http://www.fiepr.org.br/para-sindicatos/estudos-economicos/uploadAddress/papel_digital\[75083\].pdf](http://www.fiepr.org.br/para-sindicatos/estudos-economicos/uploadAddress/papel_digital[75083].pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidades, reforma agrária e desenvolvimento. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 9, n. 18, p. 1-10, jun. 2014. Disponível em:
<<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/27064/14691>>. Acesso em: 13 set. 2018.

_____. Sobre a Tipologia de Territórios. In: Saquet, Marco Aurélio; Sposito, Eliseu Saverio. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERREIRA, Bárbara; RAPOSO, Rita. Evolução do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento: Um Roteiro Crítico. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 34, p. 113-144, 2017. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/cea/2293>>. Acesso em: 15 out. 2018.

FIBRIA. **Relatório Fibria 2017: uma floresta de oportunidades**. Disponível em: <<http://www.fibria.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Rel-Fibria-2017.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2018.

FISHER, Rod. Como as taxas de câmbio influenciam o setor de papel e celulose. **Revista O Papel**, A. 76, n.5, p. 31-34, mai. 2015. Disponível em: <https://fisheri.com/images/features/Fisher_Article_How_Exchange_Rates_Shape_the_Paper_Industry_Portuguese.pdf>. Acesso em: 03 set. 2018.

FISCHER, Augusto; ZYLBERSZTAJN, Décio. O fomento florestal como alternativa de suprimento de matéria-prima na indústria brasileira de celulose. **REAd. Rev. eletrôn. adm. (Porto Alegre)**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 494-520, Aug. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-23112012000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 ago. 2018.

FOELKEL, Celso Edmundo Bochetti. Eucalipto no Brasil, história de pioneirismo. **Visão Agrícola**, n.4, p. 66-69, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.esalq.usp.br/visaoagricola/sites/default/files/va04-florestas-plantadas03.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2018.

FONSECA, Maria da Graça Derengowski. Indústria de Papel e Celulose no Brasil: Um Estudo sobre Competitividade e Meio Ambiente. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.25, n.10, p.11-32, out. 1995. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/1995/tec1-1095.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2018.

FONTES, Stella. Klabin planeja investir US\$ 2 bi em nova fábrica no Paraná. **Valor Econômico**. São Paulo, 01 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/empresas/5702133/klabin-planeja-investir-us-2-bi-em-nova-fabrica-no-parana>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS/FAO. **Trees outside forests/agroforestry systems**. 2010. Disponível em: <http://www.fao.org/forestry/9469/en>. Acesso em: 10 ago. 2018.

FRANK, Andre Gunder. The development of underdevelopment. In: R. Rhodes (Ed.), **Imperialism and underdevelopment: A reader**. Nova Iorque: Monthly Review, 1970. p. 4-17. Disponível em: <<http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/ceo/article/viewFile/6716/6151>>. Acesso em: 22 out. 2018.

FUNCHAL, Márcio. Evolução dos empregos no Brasil e no setor florestal. **Revista O Papel**. Dez. 2017. Disponível em: <<http://www.sinpacel.org.br/informativos/2017/703/evolucao-dos-empregos-no-brasil-e-no-setor-florestal.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2018.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32 ed. São Paulo: Editora Nacional, 2005.

GÖTSCH, Ernst. O renascer da agricultura. Tradução Patrícia Vaz. 2 ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1995.

HAESBAERT, Rogério. Da **Desterritorialização à Multiterritorialidade**. In: Boletim Gaúcho de Geografia. jan. 2003, p. 22).

HARVEY, David. **Visualising Capital**. School of Geography and Environment, University of Oxford. 26 jan. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=11&v=83Yx6RBvoFc>. Acesso em: 10 ago. 2018.

HATSCHBACH, G.; MOREIRA FILHO, H. Catálogo Florístico do Parque Estadual de Vila Velha (Estado do Paraná - Brasil). **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, n. 28, p. 1-51, set. 1972.

HILGEMBERG, Emerson Martins; BACHA, Carlos José Caetano. A evolução da indústria brasileira de celulose e sua atuação no mercado mundial. **Análise Econômica**, Porto Alegre, A.19, n.36, p.67-92, 2001. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10679/6308>>. Acesso em: 04 set. 2018.

HOFFMANN, Rodolfo; KAGEYAMA, Angela A. Modernização da agricultura e distribuição da renda no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Brasília: IPEA, v.15, n.1, p. 171-208, abr. 1985. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6148/1/PPE_v15_n01_Modernizacao.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2018.

HOLZMUELLER, Eric J.; JOSE, Shibu. Biomass production for biofuels using agroforestry: potential for the North Central Region of the United States. **Agroforestry Systems**, v.85, p. 305–314, 15 mar. 2012.

HUPALO, Marcelo. **Marcelo Hupalo**: depoimento [set. 2018]. Entrevistador: Guilherme Pedrollo Mazer. Ponta Grossa: Laboratório de Mecanização Agrícola/UEPG, 2018. Entrevista concedida ao autor.

IBAMA. Portaria 006/92-N, 15 de janeiro de 1992. **Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção**. Brasília: Diário Oficial, 1992.

INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES. **Relatório Anual IBÁ 2017**. Disponível em: <http://iba.org/images/shared/Biblioteca/IBA_RelatorioAnual2017.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2000:** resultados. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2000/inicial>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

_____. **Censo 2010:** resultados. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

_____. **Censo Agropecuário 2017.** Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2002 - 2015.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Relatório Assentamentos Geral Superintendência Regional Paraná – SR 09.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/rela-o-de-benefici-rios-rb-da-reforma-agr-ria>>. Acesso em: 15 ago. 2018

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Diagnóstico socioeconômico do Território Caminhos do Tibagi:** 1.^a fase: caracterização global. Curitiba: IPARDES, 2007. 132p. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/territorio_caminhos_tibagi.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. **Caderno Estatístico:** Município de Ortigueira. IPARDES, set. 2018. 44. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84350>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

JANSSON, Christer. et al. Phytosequestration: Carbon Biosequestration by Plants and the Prospects of Genetic Engineering. **BioScience**, v.60, p. 685-696, out. 2010.

JOSE, Shibu; BARDHAN, Sougata. Agroforestry for biomass production and carbon sequestration: an overview. **Agroforestry Systems**, v. 86, n. 2, p.105-111, out. 2012.

KAGEYAMA, Angela. **Modernização, Produtividade e Emprego na Agricultura:** uma análise regional. 1985. 463p. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/305643?mode=full>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

KLABIN gera emprego e impulsiona economia nos Campos Gerais. **Folha de Campo Largo.** Campo Largo, 28 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.folhadecampolargo.com.br/noticias/geral/klabin-gera-emprego-e-impulsiona-economia-nos-campos-gerais-37637>>. Acesso em 31/07/2018>. Acesso em: 31 jul. 2018.

KLABIN inaugura fábrica em Ortigueira com investimento recorde na história do Paraná. **CBN Londrina**. Londrina, 28 jun. 2016. Disponível em: <<https://cbnlondrina.com.br/materias/klabin-inaugura-fabrica-em-ortigueira-com-investimento-recorde-na-historia-do-parana->>. Acesso em: 31 jul. 2018.

KLABIN inaugura nesta terça-feira negócio de R\$ 8,5 bilhões no Paraná. **Portal Bem Paraná**. Curitiba, 28 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.bemparana.com.br/noticia/klabin-inaugura-nesta-terca-feira-negocio-de-r-85-bilhoes-no-parana>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

KLABIN muda perfil econômico de Ortigueira. **Tribuna do Norte**. Apucarana, 28 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.tribunadonorte.com/noticias/klabin-muda-perfil-economico-de-ortigueira>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

KLABIN muda a realidade econômica de Ortigueira. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 18 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.diariodoscamos.com.br/noticia/klabin-muda-a-realidade-economica-de-ortigueira>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

KLABIN muda a realidade econômica de Ortigueira (PR). **Portal Celulose Online**. Guarapuava, 18 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.celuloseonline.com.br/klabin-muda-realidade-economica-de-ortigueira-pr/>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

KLABIN muda a realidade econômica de Ortigueira. **Portal Super Informado**. Guarapuava, 14 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.superinformado.com.br/noticias-do-parana/klabin-muda-a-realidade-economica-de-ortigueira/>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

KLABIN. **Klabin Semeando Educação beneficiará 11 mil estudantes dos Campos Gerais**. 31 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.klabin.com.br/pt/imprensa/releases/klabin-semeando-educacao-beneficiara-11-mil-estudantes-dos-campos-gerais-no-parana/>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

_____. **Linha do tempo**. Disponível em: <<https://www.klabin.com.br/pt/a-klabin/memoria-klabin/linha-do-tempo/>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

_____. **Relatório de Sustentabilidade 2014**. Disponível em: <<http://rs2014.klabin.com.br/pt/contribuir>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

_____. **Relatório de Sustentabilidade 2017**. Disponível em: <<http://rs.klabin.com.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

_____. **Resumo Público 2017**. Disponível em: <https://www.klabin.com.br/media/2339/resumo_pr_2017.pdf>. Acesso em: 04 out. 2018.

KLEIN, R. M.; HATSCHBACH, G. Fitofisionomia e notas complementares sobre o mapa fitogeográfico de Quero-Quero (Paraná). **Bol. Par. Geoc.**, n. 28-29, p. 159-188, 1971.

KLOCK, Umberto; ANDRADE, Alan Sulato de; HERNANDEZ, José Anzaldo. **Manual Didático Polpa e Papel**. 3. ed. rev. Curitiba: UFPR, 2013. Disponível em: <<http://www.madeira.ufpr.br/disciplinasklock/polpaepapel/manualpolpa2013.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

LAMOSO, Lisandra Pereira. Produtividade espacial e commodity, Mato Grosso do Sul - Brasil. **Mercator (Fortaleza)**, Fortaleza, v. 17, jun. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-22012018000100212&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 set. 2018.

LEITE, Elton da Silva et al. Desempenho do Harvester na colheita de eucalipto em diferentes espaçamentos e declividades. **Revista Árvore**, Viçosa, v. 38, n. 1, p. 000-000, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rarv/v38n1/09.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2018.

LIMA, Adelson Rocha et al. Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo. **Revista Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA**, Presidente Prudente, n. 34, p. 12-36, 2016. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4977/4134>>. Acesso em: 16 set. 2018.

LIMA-TOIVANEN, Maria Barbosa. A evolução da indústria sul-americana de celulose e papel: foco no Brasil, Chile e Uruguai. **Revista O Papel**, v. 74, n.9, p. 51-66, set. 2013. Disponível em: <http://www.revistaopapel.org.br/noticia-anexos/1380634191_6d5aac0f077350b8c8a7820ccbd798db_189840160.pdf>. Acesso em: 03 set. 2018.

LOVELL, Sarah Taylor et al. Temperate agroforestry research: considering multifunctional woody polycultures and the design of long-term field trials. **Agroforestry Systems**, p.1-19, mar. 2017.

MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002. 440p.

MARENCO, André. Financiamento de Campanhas Eleitorais. In: AVRITZER, Leonardo et al. (Org.). **Corrupção: Ensaios e Críticas**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 381-387.

MARGALHO, Maurício Gonçalves. **Klabin: os empresários, a empresa e as estratégias de construção da hegemonia (1930-1951)**. 2008. 195p. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2008_MARGALHO_Mauricio_Goncalves-S.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2018.

_____. **Estado, Empresários e Política: a hegemonia em construção (1930-1945)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2018. 370p.

_____. Os Empresários Industriais e a formação da aprendizagem industrial na Era Vargas. In: VIII Simpósio Nacional Estado e Poder: Educação, Política e Movimentos Sociais, 2014, Juazeiro, BA. **Anais do VIII Simpósio Nacional Estado e Poder: Educação, Política e Movimentos Sociais**, 2014. p. 124-135.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; 2010.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Tradução Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

MEIER, G. **Biography of a subject: An evolution of development economics**. Oxford & Nova Iorque: Oxford University Press, 2005.

_____. The old generation of development economists and the new. In: MEIER, G. M; STIGLITZ, J. E. (Eds.), **Frontiers of development economics: The future in perspective**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2001. p. 13-50.

MEU CONGRESSO NACIONAL. **Candidatos Eleições 2014**. Disponível em: <<http://meucongressonacional.com/eleicoes2014/empresa/89637490000145>>. Acesso em: 03 set. 2018.

MONTEBELLO, Adriana Estela Sanjuan; BACHA, Carlos José Caetano. Avaliação das pesquisas e inovações tecnológicas ocorridas na silvicultura e na produção industrial de celulose no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Piracicaba, v.47, n.2, p.485-517, abr./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v47n2/a08v47n2.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. Impactos da reestruturação do setor de celulose e papel no Brasil sobre o desempenho de suas indústrias. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 109-137, jan./mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612013000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 set. 2018.

MORO, Rosemeri Segecin. A vegetação dos Campos Gerais da escarpa devoniana. In: DITZEL, C.D.H.M.; SAHR, C.L.L. **Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2001. p. 481-503.

MORO, Rosemari Segecin et al. Análise da vegetação nativa da bacia do Rio São Jorge. **Publicatio UEPG**, Ponta Grossa, v. 2, p. 33-56, 1996.

MOTTA, Javan Pereira et al. Caracterização da madeira de quatro espécies florestais. **Cienc. Rural**, Santa Maria, v. 44, n.12, p. 2186-2192, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782014001202186&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jul. 2018.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. **Revista de Sociologia e Política**: UFPR, n. 9, p. 47-56, 1997. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39297/24116>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

_____. **O silêncio das genealogias**: Classe dominante e Estado do Paraná (1853-1930). 2000. 484 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280280>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

_____. **O silêncio dos Vencedores**: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001. 447p.

OJALA, Jari et al. A Evolução da Indústria de Papel Global. **Revista O Papel**, v. 74, n. 9, p. 51-54, set. 2013. Disponível em: <http://www.revistaopapel.org.br/noticia-anexos/1380633861_9d98ac5d69c82e3958cc89d10147e758_976076025.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo**: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030>>. Acesso em: 12 out. 2018.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981. 155p.

PARANÁ. Agência Estadual de Notícias. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2016. Disponível em: <<https://www.aen.pr.gov.br/modules/debaser/visualizar.php?audiovideo=1&xfid>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

_____. Secretaria de Estado da Cultura – Coordenadoria do Patrimônio Cultural. **Tropeirismo**: Um modo de vida. Curitiba: 1989. 98p.

_____. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Lista Vermelha de plantas ameaçadas de extinção no Estado do Paraná**. Curitiba: SEMA/GTZ, 1995.

PEDRÃO, Fernando. As transformações rurais do capital no Brasil. **Rev. Bahia Análise & Dados**, v. 13, n. 4, mar. 2004.

PEDREIRA, Maria da Silva. Complexo florestal, desenvolvimento e reconfiguração do espaço rural: o caso da região do Extremo Sul baiano. **Rev. Bahia Análise & Dados**, v. 13, n. 4, mar. 2004.

PEREZ-CASSARINO, J. et al. Agricultura, campesinato e sistemas agroalimentares: uma proposta de abordagem para a transição agroecológica. **Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN**, Natal, v. 14, n. 2, p. 129-152 jul./dez. 2013.

PICCHIO, Rodolfo et al. Mechanized Harvesting of Eucalypt Coppice for Biomass Production using high mechanization level. **Croat. j. for. eng.**, 33, p. 15-24, 2012. Disponível em:

<<https://pdfs.semanticscholar.org/ccaf/c21424234f72a99db1edbe2dbaf0e07a6424.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

PINHEIRO, Paulo S. et al. **São Paulo sem medo**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998. p. 133-154.

PINHEIRO MACHADO, Brasil. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná: Formação da Estrutura Agrária tradicional dos Campos Gerais. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba: UFPR, 1963 – v.3.

_____. Formação histórica. In: BALHANA, Altiva Pilatti; PINHEIRO MACHADO, Brasil. (Eds.). **Campos Gerais: Estruturas Agrárias**. Curitiba: Faculdade de Filosofia, Universidade Federal do Paraná, 1968. p. 29-54.

POLICARPO, Mariana Aquilante. **Impactos socioambientais do setor agroflorestal em Santa Catarina**: estudo de caso nas encostas da Serra Geral à luz do enfoque do desenvolvimento territorial sustentável. 2009. 470 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92370/275245.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 23 set. 2018.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PROTOCOLO garante que ICMS da Klabin beneficie 12 municípios. Tibagi, 27 jun. 2016. Disponível em: <<https://tibagi.pr.gov.br/noticias/modules/news/article.php?storyid=7511>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

REFERÊNCIAS para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil. In: Série Documentos Institucionais Nº 01 - SDT. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário; mar. 2005.

RITTER, Marina Lourdes. **As sesmarias do Paraná no século XVIII**. Curitiba: Estante Paranista; Instituto Histórico e Etnográfico Paranaense, 1980.

ROCHA, Carlos Hugo; WEIRICH NETO, Pedro Henrique. Origens dos sistemas de produção e fragmentação da paisagem dos Campos Gerais. In: MELO, Mário Sérgio de; MORO, Rosemeri Segecin; GUIMARÃES, Gilson Burigo. **Patrimônio natural dos Campos Gerais do Paraná**. Ponta Grossa: UEPG, 2007. cap. 18, p. 171-179.

RODERJAN, Carlos Vellozo et al. As unidades fitogeográficas do estado do Paraná. **Revista Ciência e Ambiente**, Santa Maria, v. 24, p. 75-92, 2002.

ROSTOW, Walt W. The Stages of Economic Growth. **The Economic History Review**, v. 12, p. 1-16, ago. 1959. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1468-0289.1959.tb01829.x>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. São Paulo: Itatiaia; Universidade de São Paulo, 1978. 209p.

SALLES, Thiago Taglialegna et al. Exportação brasileira de papel e celulose: sua dinâmica pela equação gravitacional. **Revista Árvore**, Viçosa, v. 35, n. 3, p. 573-580, mai./jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-67622011000300020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 abr. 2018.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1988. 124 p.

SARANDÓN, Santiago Javier; FLORES, Cláudia Cecília. **Agroecología: bases teóricas para el diseño y manejo de Agroecosistemas sustentables**. – 1ª ed. – La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2014. p. 13-98.

SCHETTINO, Stanley; MINETTE, Luciano José; PAULO SOUZA, Amaury. Correlação entre Volumetria de Florestas de Eucalipto e produtividade e custos de máquinas de colheita de madeira. **Revista Árvore**, Viçosa, v. 39, n. 5, p. 935-942, set./out. 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/488/48842815016/>>. Acesso em: 04 fev. 2018.

SERRA, Elpídio. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, v.10, n.1, p.61-93, dez. 1992. Disponível em: <<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/viewFile/12893/7360>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

SEVILLA Guzmán, E.; OTTMANN, G. Las dimensiones de la Agroecología. In: INSTITUTO DE SOCIOLOGÍA Y ESTUDIOS CAMPESINOS. **Manual de olivicultura ecológica**. Córdoba: Universidad de Córdoba, 2004. p. 11-26.

SHARMA, Navin et al. Bioenergy from agroforestry can lead to improved food security, climate change, soil quality, and rural development. *Food And Energy Security*, v. 5, n. 3, p.165-183, ago. 2016.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. Ed. 2, Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SILVA, Richardson B. G. da; SIMÕES, Danilo; SILVA, Magali R. da. Qualidade de mudas clonais de *Eucalyptus urophylla* x *E. grandis* em função do substrato. **Rev. bras. eng. agríc. ambient.**, Campina Grande, v. 16, n. 3, p. 297-302, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-43662012000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 mai. 2018.

SOARES, Naisy Silva et al. A cadeia produtiva da celulose e do papel no Brasil. **Rev. Floresta**, Curitiba, PR, v. 40, n. 1, p. 1-22, jan./mar. 2010.

SOUZA, Priscila F. de et al. Growth of eucalyptus rooted cuttings in toxic organic waste compost of textile industry. **Rev. bras. eng. agríc. ambient.**, Campina Grande, v. 19, n. 9, p. 829-834, set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-43662015000900829&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Sept. 2018.

SOUZA, Rodolfo Marcondes Silva et al. Evaluation of the spatial dependence of dendrometric characteristics for an Eucalyptus plantation. **Acta Sci., Agron.**, Maringá, v. 37, n. 4, p. 483-488, out./dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-86212015000400483&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 jun. 2018.

SPEROTTO, Fernanda Queiroz. A expansão do setor de celulose de mercado no Brasil: condicionantes e perspectivas. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 85-100, 2014. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/3073/3475>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

SUZANO anuncia aprovação final da fusão com a Fibria. **Revista O Papel**. 01 dez. 2018. Disponível em: <<http://www.revistaopapel.org.br/publicacoes.php?id=2989>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

TELÊMACO Borba está entre as cidades mais violentas. **Diário dos Campos**, 13 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.diariodoscamos.com.br/noticia/telemaco-borba-esta-entre-as-cidades-mais-violentas>>. Acesso em: 20 set. 2018.

TORINELLI, Michele. **Assentamento Contestado, laboratório de organização popular e de agroecologia**. 2016. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/08/17/assentamentocontestado-laboratorio-de-organizacao-popular-e-de-agroecologia.html>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

TOIVANEN, Hannes. Waves of Technological Innovation: The Evolution of the U.S. Pulp and Paper Industry, 1860–2000. In: LAMBERG Juha-Antti; OJALA, Jari (eds). **The Evolution of Global Paper Industry 1800–2050: A Comparative Analysis**. Springer, Netherlands, 2012. p. 49-80. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/263525248_Waves_of_Technological_Innovation_The_Evolution_of_the_US_Pulp_and_Paper_Industry_1860-2000>. Acesso em: 14 jul. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Consulta a prestação de contas final de candidatos e comitês financeiros eleições 2006**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2006/candidaturas-e-resultados/consulta-a-prestacao-de-contas-final-de-candidatos-e-comites-financeiros-eleicoes-2006>>. Acesso em: 03 set. 2018.

_____. **Consulta aos doadores e fornecedores de campanha de Candidatos**. Disponível em:

<<http://spce2010.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2010/resumoReceitasByCandidato.action>>. Acesso em: 03 set. 2018.

TROPMAIR, Helmut. Perfil fitoecológico do Estado do Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 8, n. 1, p. 67-83, 1990. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12895/7367>>. Acesso em: 23 set. 2018.

VIEIRA, Paulo Freire. **Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável**: esboço de roteiro metodológico participativo. Florianópolis: Eisforia, v. 4, n. 4, p. 249-309, 2006.

WILLIAMSON, John (Ed.). **The political economy of policy reform**. Washington, D.C.: Institute for International Economics, 1994.

ZILLER, Sílvia Renate; GALVÃO, Franklin. A degradação da estepe gramíneolenhosa no Paraná por contaminação biológica de *Pinus elliotti* e *Pinus taeda*. **Floresta**, v. 32, n. 1, p. 41-47, 2002. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/floresta/article/view/2348>>. Acesso em: 16 out. 2018.